



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu* EM GEOGRAFIA

KÁTIA DA COSTA LEMES

PRODUÇÃO FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os
desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral em Orizona
(GO)

CATALÃO (GO)

2010



Entrada da pequena propriedade na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Salão de beleza na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Supermercado na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



12ª FESTA DOS CARREIROS DE ORIZONA-GOÍAS DE 27 à 30 DE MAIO DE 2010 POVOADO TAQUARAL DA CAPELA



Salão Comunitário na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Festa dos carreiros na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Chegada dos carreiros na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Desfile da festa dos carreiros na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Chegada dos carreiros na comunidade Taquaral. Autor: LEMES, K. C., 2010.



Carregamento dos carros-de-boi para a festa dos carreiros. Autor: VIEIRA, E., 2010.



Comunidade Taquaral. Autor: VIEIRA, E., 2010.



Carro-de-boi sendo carregado de lenha para a festa dos carreiros. Autor: LEMES, K. C., 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu* EM GEOGRAFIA

KÁTIA DA COSTA LEMES

PRODUÇÃO FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os
desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral em Orizona
(GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes

CATALÃO (GO)

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(GPT/BSCAC/UFG)

Lemes, Kátia da Costa

L552a Produção familiar e Territorialidades: [manuscrito]
os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral
em Orizona (GO) / Kátia da Costa Lemes. – 2010.

159 f.: il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^a Dra. Estevane de Paula Pontes
Mendes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás
– Campus de Catalão – Departamento de Geografia, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



KÁTIA DA COSTA LEMES

PRODUÇÃO FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os
desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral em Orizona
(GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes
Orientadora

Prof^º. Dr. João Cleps Júnior
Examinador

Prof^º. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Examinador

CATALÃO (GO)
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(GPT/BSCAC/UFG)

Lemes, Kátia da Costa

L552a Produção familiar e Territorialidades: [manuscrito]
os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral
em Orizona (GO) / Kátia da Costa Lemes. – 2010.

159 f.: il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^a Dra. Estevane de Paula Pontes
Mendes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás
– Campus de Catalão – Departamento de Geografia, 2010.

Dedico esse trabalho aos meus pais Ubaldo e Luzia pela força, entusiasmo e perseverança que mediaram os caminhos para que eu pudesse chegar e transpor mais essa etapa, me ensinando que educação é o alicerce de tudo. Ofereço, também, aos meus irmãos e aos amigos que sempre estiveram presentes em todos os momentos, inclusive nos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Na vida há tempo para tudo. Sonhar, lutar, vencer e agradecer. Em todas as etapas percorridas, o essencial ao findar dessas são os agradecimentos, até porque por mais que as conquistas tenham uma autoria própria, não são obtidas de maneira independente. Nessa pesquisa não foi diferente. Embora tenha minha autoria, foi construída por intermédio do auxílio de vários colaboradores, diretos e indiretos, aos quais estendo meus sinceros agradecimentos pela presença e contribuições, sejam as teóricas, as físicas e até mesmo as psicológicas.

Assim, externando meus agradecimentos, inicio dizendo um muito obrigado aos meus pais, Ubaldo e Luzia, pelo dom da vida e pela torcida constante em todas as etapas de minha vida, não sendo diferente nessa. Obrigado a vocês pela atenção e carinho ao me acolherem nos momentos de angústia e frustrações, transmitindo serenidade e apoiando, mesmo com a minha ausência em momentos familiares tão importantes, que me permitiram alcançar o findar de mais essa caminhada.

Agradeço, também, aos meus irmãos Carla e Lucas, que mesmo privados da convivência diária, sempre demonstraram o apoio incondicional em todos os momentos. Ao meu querido sobrinho Gabriel, nascido no meio dessa jornada, enchendo de luz e esperanças nossas vidas.

A professora Dra. Estevane, meus mais sinceros agradecimentos pela disponibilidade ao aceitar a orientação, fazendo-a muito bem. Pela paciência, dedicação e estímulos para a realização dessa pesquisa, com a compreensão nos momentos mais angustiantes e a calma nos momentos mais temerosos, sendo profissional e, acima de tudo, amiga em todos os momentos. A você, meu muito obrigado.

Aos professores que ministraram as disciplinas e também as orientações sejam nas salas de aula e até mesmo nos corredores da Universidade. Aos colegas de turma, que enfrentaram junto todos os percalços de primeira turma de mestrado desse Programa. A todos, minha eterna gratidão.

Aos professores Marcelo Mendonça e João Cleps por terem aceito compor essa banca, desde o momento da qualificação até a defesa. O meu muito obrigado pelas contribuições e considerações realizadas na construção dessa pesquisa.

A secretária do Programa Priscila Querino pelos “socorros” nos momentos de desespero e por atender sempre com humildade e alegria, mesmo quando do imediatismo das solicitações. “Dona Pri”, muito obrigado por tudo.

Em especial aos amigos Suely, Rosimeire, Kelly, Letícia, Priscila, Roberli, Jaqueline e Gabriel, formados nessa turma, cultivados e fortalecidos na convivência nos

eventos e viagens, dividindo momentos de alegrias e angústias, torcendo por boas conquistas a cada dia. Obrigado a todos vocês.

Aos meus amigos de longa data (nem vou citar nomes para não correr o risco de deixar alguém fora da lista), companheiros de tantas etapas, que compreenderam a ausência em inúmeros momentos de comemorações, me incentivando sempre a completar mais essa jornada. As “meninas do Cortiço”, Luara, Karla, Aline e Marília, que me proporcionaram momentos inesquecíveis e muito extrovertidos durante nossa convivência nessa cidade, compartilhando não só os bons momentos mas os transtornos (de humor inclusive) nessa etapa. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Aos pequenos produtores da comunidade Taquaral pela hospitalidade e comodidade ao receber-me para a realização das entrevistas e nos tantos momentos de visitas. Ao prefeito da cidade de Orizona por disponibilizar todo material necessário a produção da pesquisa. Aos secretários municipais da agricultura e da saúde pelas informações prestadas. Ao diretor da EFAORI pelas contribuições. Aos produtores e engenheiros agrônomos pela atenção para com as questões colocadas. Muito grata por tudo.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que essa pesquisa fosse possível, o meu muito obrigado. Àqueles que aqui não foram citados, minhas desculpas pelo breve esquecimento, mas tenham a certeza que estarão materializadas suas contribuições nesse trabalho. Por fim, mas não menos importante, a Deus por me permitir viver tudo isso.

Convido os amigos

Pra comigo olhar

Os cantos desta terra

Que estão a devastar.

*Convido os amigos
Pra comigo pensar
No passado, no presente
O futuro, qual será?*

*Convido os amigos
Pra comigo admirar
Esta terra recoberta,
Palmas imensas no ar.
Ela é minha, ela é tua
E de quem se apaixonar.*

*Vamos começar o trabalho:
eu faço de cá
e tu fazes de lá
e, nesse caminho,
eu creio,
mil braços podemos somar.*

Guaraciara Barros Leal
(1999)

RESUMO

O processo de modernização na agricultura brasileira provocou profundas mudanças na produção e organização do espaço geográfico, resultando na constituição de novos (re) arranjos socioespaciais, mudanças nas relações sociais de trabalho e no próprio universo rural. Na presente pesquisa propõe-se analisar a dinâmica da modernização da agricultura, com ênfase nas transformações ocorridas, a partir da década de 1980, com a modernização da agricultura inserida em Orizona (GO), de modo a analisar a produção rural familiar e as

estratégias dos pequenos produtores para a sua continuidade frente a isso. O estudo desta temática ocorreu pelo interesse em averiguar como o processo de modernização se instaurou no campo e quais foram as principais transformações geradas por este processo, além de destacar como a comunidade rural em estudo, Taquaral, conseguiu permanecer em suas pequenas propriedades. A relevância deste estudo foca-se na preocupação em discutir as profundas transformações pelas quais o município de Orizona (GO), vem passando, nos últimos anos, em decorrência do processo de modernização da agricultura, principalmente, na comunidade em foco. A pesquisa foi realizada por meio da revisão da literatura pertinente à temática, levantamento, sistematização, análise e representação de dados e informações de fontes primárias e secundárias e, também, através da pesquisa empírica, com entrevistas realizadas no período da pesquisa de campo. É importante ressaltar que, mesmo diante desse processo, persistem pequenas unidades de produção, estruturadas no trabalho familiar, que buscam a cada dia estratégias para sobreviver. A pesquisa de campo apontou que a comunidade Taquaral utiliza-se de algumas estratégias para a permanência em suas propriedades tais como, a produção familiar, a pecuária leiteira, a religiosidade, a cultura e as tradições.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Agricultura familiar. Comunidades rurais. Orizona (GO). Taquaral.

ABSTRACT

The process of modernization in Brazilian agriculture has caused profound changes in production and organization of geographic space, resulting in the formation of new (re) sociospatial arrangements, changes in social relations and work in rural universe itself. In the present study proposes to examine the dynamics of modernization of agriculture, with emphasis on changes from the 1980s, with the modernization of agriculture inserted into Orizona (GO), to analyze production and rural household strategies of small producers for continuity in the face of it. The study of this issue was the interest in ascertaining how the modernization process is initiated in the field and what were the main changes generated by this process, as well as highlighting the rural community under study, Taquaral

managed to stay in their small properties. The relevance of this study focuses on the concern in discussing the profound transformations for which the municipality of Orizona (GO), has been undergoing in recent years as a result of the modernization of agriculture, especially in the community in focus. The survey was conducted by reviewing the literature pertinent to the subject, survey, organization, analysis and representation of data and information from primary and secondary sources and also through empirical research, with interviews conducted during the fieldwork. Importantly, despite this process, there remain a small-scale, structured in family work, seeking strategies to survive each day. The field research showed that the community is Taquaral uses some strategies for staying on their properties such as household production, dairy farming, religion, culture and traditions.

Keywords: Modernization of agriculture. Family farming. Rural communities. Orizona (GO). Taquaral.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO-----	17
2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS: a agricultura das técnicas modernas-----	22
2.1 O processo de modernização na agricultura Brasileira: a incorporação do estado de Goiás na grande produção agrícola-----	24
2.2 As ocupação do Centro-Oeste: o desenvolvimento agrícola do Estado de Goiás-----	33
2.3 As políticas públicas e programas criados no Centro-Oeste e em Goiás: o papel do Polocentro e do Prodecer-----	39

2.4 A modernização da agricultura em Orizona (GO): a inserção das técnicas no processo produtivo-----	45
3 OS TERRITORIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AS COMUNIDADES RURAIS EM ORIZONA (GO): considerações teórico-metodológicas-----	60
3.1 Agricultura familiar e produção rural no Brasil-----	61
3.2 As comunidade rurais e a formação dos territórios-----	70
3.3 Produção familiar e associativismo-----	77
3.4 As comunidades no município de Orizona (GO): o papel da agricultura familiar-----	79
3.4.1 Comunidade Cachoeira-----	83
3.4.2 Comunidade Montes Claro-----	84
3.4.3 Comunidade Corumbajuba-----	85
3.4.4 Comunidade Buritizinho-----	86
3.4.5 Distrito de Ubatã-----	87
3.4.6 Comunidade Taquaral-----	89
4 O UNIVERSO DA PESQUISA: <i>pela rota do carro de boi na comunidade Taquaral</i> ---	99
4.1 A trajetória da pesquisa-----	100
4.2 A formação da comunidade Taquaral-----	110
4.3 Territórios familiares e estratégias de sobrevivência-----	114
4.4 Religiosidade e formação cultural do homem do campo-----	120
4.5 Políticas públicas e produção familiares: o PRONAF e as Associações rurais-----	127
4.6 Educação e reprodução da comunidade rural: a EFAORI-----	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	136
REFERÊNCIAS-----	140
ANEXOS-----	151

LISTA DE MAPA, FIGURAS E FOTOS

Mapa 1: MUNICÍPIO DE ORIZONA (GO): localização e vias de acesso-----	46
Figura 1: ORIZONA (GO): Carta Imagem ETM+/LANDSAT 7 – 2004-----	53
Figura 2: ORIZONA (GO): Carta Imagem ETM+/LANDSAT 7 – 2006-----	54
Figura 3: ORIZONA (GO): Uso da terra e Cobertura Vegetal – 2006-----	55
Figura 4: Localização da Comunidade Taquaral-----	107
Foto 1: Campo de futebol na Comunidade Taquaral-----	90
Foto 2: Igreja católica na Comunidade Taquaral-----	91
Foto 3: Quadra de esportes na Comunidade Taquaral-----	92

Foto 4: Salão Comunitário na Comunidade Taquaral-----	93
Foto 5: Salão de beleza na Comunidade Taquaral-----	95
Foto 6: Bar e mercearia na Comunidade Taquaral-----	96
Foto 7: Supermercado Linópolis na Comunidade Taquaral-----	97
Foto 8: Plantação de hortaliças e criação de ovinos, suínos, caprinos e bovinos na Comunidade Taquaral-----	115
Foto 9: Saída dos carros de boi da Comunidade Taquaral-----	122
Foto 10: Carregamento dos carros de boi para o desfile-----	122
Foto 11: Festa do pouso, barracas de pouso dos carreiros e churrasco-----	123
Foto 12: Trajeto de retorno e chegada a Comunidade Taquaral-----	124
Foto 13: Percurso dos carreiros à cidade de Trindade (GO)-----	125
Foto 14: Secagem, ensacamento e divisão do arroz aos associados-----	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população urbana e rural em Orizona (GO)-----	47
Gráfico 2: Uso da terra e cobertura vegetal em Orizona (GO) em 2007-----	56
Gráfico 3: Cultivos agrícolas e área plantada em hectares em Orizona (GO)-----	82
Gráfico 4: Percentual da idade da população da Comunidade Taquaral-----	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produtividade de leite em Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde-----	57
Quadro 2: Comunidades e Distrito do município de Orizona (GO)-----	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDEJOR: Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

CENTAF: Centro de Formação da Agricultura Familiar

CFR: Casa Familiar Rural

COAPRO: Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Orizona

CPAC: Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados

DATER: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DF: Distrito Federal

ECOR: Escola Comunitária Rural

EFA: Escola Família Agrícola

EFAORI: Escola Família Agrícola de Orizona

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPA: Escola Popular de Assentamento

ETA: Escola Técnica Agrícola

FAEG: Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás

FAO: Food and Agriculture Organization

FETAEG: Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás

GO: Goiás

IFET: Instituto Federal de Educação Tecnológica

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MA: Ministério da Agricultura

MEPES: Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

MFR: Maison Familiale Rurale

MG: Minas Gerais

MP3: Music Player 3

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PNDs: Programas Nacionais de Desenvolvimento

POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PRODECER: Programa de Cooperativo Nipo Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado

PROJOVEM: Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais

PRONAF: Programa Nacional de Agricultura Familiares

SDR: Secretaria do Desenvolvimento Rural

SEAGRO: Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Goiás

SEBRAE: Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN: Secretaria de Planejamento

SUDECO: Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste

UNB: Universidade de Brasília

VALEZA: Vale do Orizona

1 INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura é um fenômeno que se fez presente no Brasil desde o pós-guerra (1950), com a utilização de equipamentos mecânicos e produtos da indústria química. No entanto, somente a partir da década de 1970, em razão da instalação de empresas produtoras destes bens materiais no país, é que a “industrialização da agricultura” difundiu-se. É válido ressaltar que as transformações nas atividades agrícolas não foram consolidadas uniformemente por todas as regiões do país, abrangeram primeiramente as regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Na região Centro-Oeste, a consolidação do processo de modernização da agricultura ocorreu após a década de 1970. Sua sustentação foi elaborada sob o poder do Estado, valendo-se de políticas de financiamentos a juros subsidiados, intensificadas com a criação de Sistemas de Créditos Rurais. A região Centro-Oeste foi alvo central de programas de ocupação econômica do Cerrado, tais como: o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Diversas linhas de créditos foram abertas com o objetivo de criar infra-estrutura necessária para fomentar o interesse dos empresários rurais pelo Cerrado. O Estado foi o agente financiador para a instalação destas infra-estruturas e para a aquisição do pacote tecnológico, através da implantação de elementos técnicos e político-administrativos, com a finalidade de integrar o Cerrado às novas exigências do padrão de acumulação de capitais.

Assim como no Brasil, no Centro-Oeste a modernização agrícola também não foi homogênea. Em Goiás, as regiões Sudeste e Sudoeste foram as pioneiras, em razão da

topografia plana (com os chamados chapadões), abundância hídrica e de uma infraestrutura mais adequada, incluindo-se estradas e meios de transportes, além da organização política e econômica dessas regiões. Durante a implantação desse processo, os municípios compreendidos nestas áreas foram transformados pelas relações de produção do capital agrário, novos sistemas de objetos e ações foram estabelecidos na cidade e no campo. Com a intensificação desse processo, pela inserção do meio técnico-científico-informacional, os circuitos espaciais de produção deram novo “perfil” aos Municípios. Orizona (GO) foi um destes Municípios transformados pelo conjunto de técnicas e ações determinadas pelo processo de modernização da agricultura, resultando na substituição de vegetação nativa e áreas de agricultura tradicional pelas grandes lavouras de monocultura, principalmente de soja e milho.

O processo de modernização da agricultura no município de Orizona (GO) foi efetivado na década de 1980, sendo associado principalmente à topografia plana e à abundância dos recursos hídricos, aliados ao baixo preço das terras (na época) em detrimento às terras de origem dos produtores. Produtores sulistas e paulistas configuraram a inserção de um novo processo produtivo em Orizona (GO), com a implantação e consolidação da agricultura empresarial moderna.

Até a década de 1980, o município cultivava, principalmente, produtos básicos destinados ao consumo, quase exclusivamente, ao sustento familiar. Com esse processo em curso, o referido município passou a abrigar grandes lavouras capitalistas, produtoras de milho e soja. Ocorreram mudanças até mesmo no modo de vida dos pequenos agricultores rurais, através de sua inserção na sociedade capitalista. Os pequenos produtores de maneira geral sempre tiveram uma produção excedente e/ou prestação de serviço para complementar seus rendimentos e adquirir produtos que não produziam como, sal, querosene, remédios e outros. Anterior a esse processo, a circulação de dinheiro não se dava como hoje, o modo de vida era essencialmente diferente. A produção familiar era basicamente do que dispunham.

A produção familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Nessas unidades produtivas o trabalho e a propriedade estão ligados à família. A interdependência desses três fatores (terra, trabalho e família) no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

A propriedade familiar é considerada como um imóvel rural, que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, em que absorve toda a força de

trabalho familiar, garantindo a subsistência e o progresso social e econômico (em área máxima fixada para cada região) e, quando necessário, conta com ajuda de terceiros. Assim, a agricultura familiar se define com base em três características: a) a gerência da propriedade rural feita pela família; b) o trabalho desempenhado na sua maior parte pela família; e c) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Assim, a realização desse estudo ocorreu pela preocupação em saber como agiam os pequenos produtores diante das grandes lavouras que “engoliram” algumas comunidades rurais do município de Orizona (GO), a exemplo da comunidade Firmeza e do atual distrito de Ubatã. E ainda mais que isso, intrigantemente, percebia as constantes preocupações de como sobreviveriam essas comunidades diante da inserção do processo de modernização na agricultura no município. A escolha da Comunidade Taquaral ocorreu pela estreita relação com esta comunidade, pois desde a infância convivo com grande parte das famílias desta localidade. E, por meio dessa convivência, foi possível perceber as modificações que a comunidade foi sofrendo com o passar dos anos e com o surgimento das grandes lavouras, de soja e milho especialmente, que utilizavam maquinários modernos e produziam a cada ano em maiores escalas.

Diante disso, procuramos saber quais eram os modos de organização que faziam a comunidade capaz de sobreviver às sobreposições com que a agricultura moderna chegou ao Município. A partir de então, partimos à procura de um caminho teórico metodológico capaz de permitir alcançar o universo da pesquisa e pautar-se em uma discussão amparada teoricamente por autores e discussões sólidas. Baseado nos discursos teóricos que consolidavam a realidade do universo pesquisado, construímos os caminhos a serem percorridos e assim o trilhamos. Essa construção e os consequentes arremates finais foram possíveis através da confrontação da realidade empírica, dos conhecimentos teóricos e técnicos. Tarefa essa que não foi fácil ou simples, ao contrário, exigiu muito esforço e estudo, mas não deixou de ser prazerosa e gratificante.

Outras dificuldades, além das teóricas, foram colocar em algumas páginas todo o universo da pesquisa e os sujeitos que o compunham. Perceber as formas de organização, as estratégias e os desafios da comunidade configurou-se em tarefa menos árdua diante da complexidade de tabular os dados de forma que todos pudessem compreender sem provocar distorções e sem parecer uma simples descrição do processo. Assim, a pesquisa de campo foi o principal instrumento na busca em retratar a comunidade e as atividades desenvolvidas pelos “sujeitos da pesquisa”. A escolha dessa metodologia foi em razão de essa permitir alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, que tinham

como premissa compreender as transformações da agricultura familiar diante do processo de modernização da agricultura no município de Orizona (GO), assim como analisar o comportamento sociocultural, econômico e organizacional das comunidades rurais que utilizam o território como espaço produtivo e para constituição de seu patrimônio familiar.

Desse modo, buscamos por meio da pesquisa de campo compreender como a comunidade Taquaral tem resistido à inserção da modernização agrícola e quais as estratégias utilizadas para a permanência na propriedade. Os instrumentos escolhidos dentro da pesquisa de campo foram a observação participante e os roteiros de entrevista. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de abril e junho de 2010. O período de observação participante foi determinante para que os membros da comunidade colaborassem com a pesquisa. Os roteiros de entrevista foram aplicados com cerca de cem pessoas para deprender questões propostas como o surgimento da comunidade, os desafios dos produtores e as estratégias utilizadas por eles para a sobrevivência do território familiar. A amostragem dos entrevistados foi escolhida em conformidade com a necessidade da pesquisa. Selecionamos as pessoas com mais idade para retratar como se fundou a comunidade. Entrevistamos, também, homens, mulheres e jovens, de modo a compreender o papel de cada um na comunidade. Além desses, entrevistamos Agentes Comunitários de Saúde, Presidente da Associação Rural e Secretário Municipal de Agricultura, que, a propósito, nos auxiliaram no acesso aos entrevistados, pois são pessoas que mantêm maior contato e conhecem a realidade pesquisada.

Iniciamos nosso desafio tentando discutir a inserção do processo de modernização na agricultura brasileira. Essa é a discussão da segunda seção dessa pesquisa, intitulada MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS: a transição da agricultura pelas técnicas modernas, onde procuramos tratar como se deu esse processo na agricultura em todo o território nacional, trazendo para a região Centro-Oeste e desdobrando suas características de inserção no estado de Goiás e no Município da pesquisa. Nessa seção, apontamos também as políticas governamentais que tiveram participação para que se instaurasse a modernização das atividades agrícolas, colaborando desde o processo de ocupação das áreas atingidas.

Na terceira seção, com o título O TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AS COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL: considerações teórico-conceituais; buscamos apresentar como se dá a territorialização da agricultura familiar e das comunidades rurais no Brasil. Com o propósito de discutir o conceito de agricultura familiar para chegar às comunidades rurais que sobrevivem desse segmento. Nessa seção

tratamos, também, o associativismo, enquanto fator de resistência da comunidade rural, destacando o papel da agricultura familiar.

Já na quarta e última seção, apresentamos O UNIVERSO DA PESQUISA: “*pela rota do carro-de-boi na comunidade Taquaral.*” Na primeira parte tratamos de apontar a trajetória da pesquisa, destacando a formação da comunidade Taquaral, através da reconstrução por meio de entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Por meio das entrevistas e da pesquisa de campo em si, foi possível depreender os territórios familiares e as estratégias utilizadas para sobreviverem. Destacamos o papel das políticas públicas e produção familiar, a educação, a cultura, a agricultura familiar e o resgate de tradições para a reprodução da identidade da comunidade rural Taquaral, foco da pesquisa.

Por último, trouxemos as considerações sobre todo o processo de pesquisa. Apresentamos desse modo, os resultados obtidos com a pesquisa de campo e com todos os referenciais eleitos para a produção do presente estudo. Nas considerações apontamos, também, os desafios enfrentados pelos produtores da comunidade Taquaral quanto à produção e manutenção de seu território familiar, assim como as estratégias utilizadas por eles.

2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS: a “nova” agricultura das técnicas modernas



“Modernização da agricultura não é somente a substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas “modernas”: o burro pelo trator; o estrume pelo adubo; a enxada pelo arado motorizado; vai, além disso.” (GRAZIANO NETO, 1986).

Essa seção apresenta o processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e, em especial, do Estado de Goiás a partir da modernização da agricultura no Brasil.

A análise compreende uma breve periodização que abrange a década de 1930, momento em que o país inicia o processo de transição para o capital industrial, até meados da década de 1970, período caracterizado por grandes mudanças na política agrícola, que, por sua vez, se refletiram no desenvolvimento agrícola dessa região, através da inserção do processo de modernização da agricultura, por meio da participação e das implicações do papel do Estado, como grande indutor desse desenvolvimento.

O processo de modernização da agricultura foi um fenômeno que chegou ao Brasil em meados da década de 1950. Através das técnicas modernas de produção, com a incorporação de maquinários e implementos agrícolas tais como defensivos e fertilizantes, que permitiram uma reestruturação na agricultura, houve um aumento na produtividade (capacidade de produzir) e na produção (o produzido). Mas foi a partir dos anos 1960, período denominado “Milagre Brasileiro”, que a agricultura efetivamente iniciou o processo de modernização de suas técnicas de produção. A mecanização agrícola, com o uso de tratores e outros maquinários específicos e com o uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes selecionadas, incorporou inúmeras transformações na agricultura.

As transformações ocorridas estenderam-se, também, ao campo social. Haja vista que gerou uma série de mudanças significativas nos territórios rurais, através da inserção do processo de modernização da agricultura. As propriedades rurais passaram, com isso, a produzir em larga escala, com lavouras monocultoras de grãos, especialmente de soja e milho. Em grande parte das regiões brasileiras, as áreas planas, propícias a atividade agrícola mecanizada, tornaram-se grandes lavouras de poucos produtores que tinham acesso a todos esses “benefícios”. As pequenas propriedades, que circunvizinhavam as áreas planas, foram, aos poucos, incorporadas pelos grandes proprietários de terra, o que desdobrou no acúmulo de grandes extensões produtivas nas mãos de poucos produtores.

Além desse fator, a utilização da pouca mão-de-obra de trabalhadores, em razão dos maquinários modernos, gerou algumas consequências sociais, como produtores excluídos das atividades do campo e migração intensa para as cidades. É importante salientar que, embora essa tenha sido uma característica ocasionada pelo processo de modernização agrícola, a cidade contava com a urbanização e industrialização em curso, que oferecia novidades, a princípio glamurosas e atrativas, o que ocasionou inúmeras migrações para os centros urbanos. Desse modo, essa seção objetiva evidenciar as características e transformações ocasionadas com o processo de modernização da agricultura nas regiões do Brasil.

2.1 O processo de modernização na agricultura Brasileira: a incorporação do estado de Goiás na grande produção agrícola

O processo de mecanização da agricultura iniciou-se nos Estados Unidos, entre o fim do século XIX, com pesadas máquinas a vapor, e as primeiras décadas do século XX, com os tratores equipados com motor a explosão. Segundo George (1978), pioneiro ao discutir a implantação do processo de mecanização na agricultura norte-americana, a utilização de máquinas foi um importante fator de desenvolvimento da agropecuária ao longo da história, fazendo com que a preparação do solo, o plantio e a colheita fossem realizados em áreas cada vez maiores e com o uso cada vez menor de mão-de-obra.

Corroborando com esse mesmo sentido, Santos e Silveira (2003) em obra que trata as inovações, adentrando no campo agrícola coloca que essas:

[...] inovações técnicas e organizacionais concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de créditos e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima, eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 130).

Desse modo, como aponta Graziano da Silva (1995), a crescente mecanização da agricultura propiciou, por um lado, um grande aumento na produtividade (capacidade de produzir) e produção (o produzido), mas, por outro, ao demandar uma menor quantidade de mão-de-obra gerou desemprego no campo, o que levou muitas pessoas a migrar para as cidades.

Para Graziano Neto (1986), a modernização da agricultura no Brasil baseou-se na introdução do capital através de máquinas pesadas, que acabaram por desocupar os trabalhadores no campo. Como o preço do capital tende a ser elevado, as políticas agrícolas entram para manter artificialmente barato esse capital, por meio do crédito rural subsidiado, de modo a viabilizar a modernização.

O processo de modernização da agricultura brasileira apresentou resultados qualificados por Graziano da Silva (1999) de perversos, uma vez que provocaram a

concentração fundiária e da renda, a elevação do êxodo rural e a superexploração dos trabalhadores rurais. Além disso, contribuíram para aumentar as disparidades regionais, pois não atingiram de forma homogênea todas as regiões brasileiras.

[...] maiores níveis de modernização da agricultura tendem a se associar inequivocamente com maiores índices de concentração da renda. Embora possa ser levantada uma discussão acerca da casualidade do processo, acreditamos que as características da modernização da agricultura brasileira [...] e as políticas a ela associadas, como as de crédito rural e fundiário, são em grande parte responsáveis pelas desigualdades da distribuição da renda ao setor agropecuário. (GRAZIANO da SILVA, 1999, p. 124).

Uma característica importante da modernização agrícola, e que justifica o adjetivo "conservadora", é que ela manteve a estrutura fundiária do país, caracterizando-se pela forte concentração de terras. A modernização da agricultura brasileira foi, portanto, concentradora e excludente, sendo essas características aprofundadas pela política agrícola executada pelo governo. (GRAZIANO da SILVA, 1999).

Brum (1987) coloca que a introdução de novos processos na produção agrícola começou a ser pensada por volta de 1935. De acordo com o autor, o processo foi comandado pelas grandes corporações, de fora para dentro. A princípio fora patrocinado por essas, mas aos poucos a responsabilidade passou a ser compartilhada com o poder político e o poder público, por meio de organismos específicos criados, ou inteiramente transferida e assumida pelo Estado. O desfecho da Segunda Guerra Mundial abriu grandes perspectivas de expansão do capital, e isso viabilizou a inserção do processo de expansão e modernização das atividades agrícolas. Essa “primeira fase teve caráter pioneiro e experimental e estendeu-se de 1943 a 1965. A fundação Rockefeller patrocinou projetos pilotos em determinados países.” (Brum, 1987, p.15).

A modernização da agricultura, para Faria (1998) significou a transfiguração das formas avançadas do capitalismo nas áreas incorporadas ao sistema, por meio da esfera da circulação. Apoiada ao Estado configurou-se na implantação da racionalidade técnica e científica, que alterou as relações sociais de produção, propiciou mudanças substanciais no trabalho e territorializou, de certa forma, alguns elementos que refletem em um novo conteúdo na relação cidade-campo. Nesse mesmo sentido, Silva (2003) afirma que:

[...] a modernização da agricultura levou à substituição das antigas e tradicionais formas de trabalho na terra, pela “mecanização”,

transformando “o antigo morador, agregado ou parceiro, e até mesmo o empregado permanente” em “assalariado sazonal, safrista, volante,” mais conhecido como “bóia-fria”. (SILVA, 2003, p. 130).

Assim, os sistemas de ações e de objetos inerentes à modernização da agricultura foram reestruturados com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, o que resultou em um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária, num processo de agricultura científica muito mais produtivo e competitivo, oferecendo novas possibilidades para acumulação ampliada do capital.

Kautsky (1989) em suas discussões sobre a questão agrária ao final do século XIX assegura que esse avanço delineou o primeiro esboço do perfil da agricultura moderna dentro da formação econômica e social vigente, cujas características são propriedades privadas e individuais da terra, dependência em relação ao dinheiro para a produção de fatores e insumos transformados em mercadorias, divisão do trabalho, integração e independência do mercado e a perda do controle da produção – a tomada de decisão do que e de quanto produzir passa a ser orientada pela demanda expressa no mercado.

A mudança no modo de produzir teve como característica principal a intensificação das atividades, consequência do progresso tecnológico, num processo de aperfeiçoamento de instrumentos ou de outros conhecidos e invenções de instrumentos novos. À medida que a mecanização foi sendo introduzida na agricultura, em decorrência da própria acumulação dos financiamentos bancários e da elevação do preço da terra, trouxe consigo o aumento da produtividade no trabalho pelas máquinas e a consequente diminuição da mão-de-obra necessária, tornando-se mais vantajoso ao empresário rural à exploração do trabalho pelo sistema de salariedade. Essa ideia é reforçada nos dizeres de Faria (1998):

[...] a divisão do trabalho possibilitou a introdução de máquinas na agricultura, apesar de não se ter logrado reproduzir, aqui, o ambiente de produção controlado da indústria – a máquina teve de adaptar-se à natureza. Foram criados instrumentos especializados, adaptados as tarefas especiais, cujo objetivo era a produção para o mercado, além de se constituírem em poupadores de salários. (FARIA, 1998, p. 150).

A agricultura científica faz um novo uso do espaço, à medida que se intensificam as relações sociais e econômicas de produção. As atividades agropecuárias realizam-se pela utilização intensiva de circulação do capital financeiro, agrário e

industrial, revelando a expansão do meio técnico-científico-informacional e a dinâmica do território. Conforme Graziano Neto (1986), o sentido da evolução técnica no capitalismo é o de elevar a produtividade do trabalho, através do incremento da mais-valia relativa. Essas mudanças na base técnica do capitalismo fizeram acelerar a produção do espaço no tempo, o que provocou alterações no comportamento social, na paisagem, na relação de trabalho, além de ter impulsionado à migração e transformado as firmas e instituições.

Somente a partir de meados dos anos de 1960, período denominado “Milagre Brasileiro”, que a agricultura brasileira efetivamente iniciou um importante processo de modernização das suas técnicas de produção. A mecanização avançou e intensificou-se o uso de tratores e maquinários específicos. Os chamados insumos modernos, como os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas, os medicamentos entre outros começaram a ser utilizados de forma crescente. Matos (2006) em seu artigo que trata as transformações na agricultura a partir da modernização afirma que:

[...] a partir de 1960 o desenvolvimento capitalista no campo revela uma realidade. O país aderiu ao pacote tecnológico com o emprego de insumos modernos, assim como a utilização de equipamentos e técnicas modernas, fornecidas pelo parque industrial que estava em plena expansão. (MATOS, 2006, p. 68).

Os meados da década de 1960 marcaram o início de uma nova etapa no desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, cuja característica principal é, segundo Delgado (1985), o aprofundamento das relações do setor agrícola com a economia urbano-industrial e com o setor externo. Tratava-se da reformulação da inserção da agricultura no padrão de acumulação, por meio de um processo de modernização, com ênfase na diversificação e aumento da produção, com vista no enfrentamento dos desafios da industrialização e da urbanização acelerados, além da necessária elevação das exportações primárias e agroindustriais e na transformação da base técnica na agricultura brasileira, consolidando o complexo agroindustrial. Mazzali (1998) em sua obra sobre os complexos agroindustriais, completa que:

[...] a década de 1960, a partir de sua segunda metade, constitui um marco de referência na literatura sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, que define um novo padrão de produção agrícola, caracterizado pela intensificação das relações agricultura/indústria e por alterações significativas nas relações sociais. (MAZZALI, 1998, p. 17).

Os anos de 1970 são considerados, também, um marco na modernização da agricultura brasileira, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes. Para Santos (2003), a união entre ciência e técnica, a partir da década de 1970, transformou o território brasileiro, revigorando-se com os novos e portentosos recursos advindos com a informação, no período da globalização e sob a égide do mercado, e este, exatamente por meio da ciência, da técnica e da informação, torna-se mercado global. Nesses novos comportamentos, devido às amplas possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e até dos homens.

Assim, a tecnologia atingiu de modo avassalador todos os processos da agricultura, desde a preparação do solo até o transporte da colheita. Nesse processo, não só ocorreu a substituição da mão-de-obra pela máquina, como também da máquina pela máquina cada vez mais desenvolvida. O mesmo decorre do aumento da produtividade agrícola com a utilização de investimentos do capital financeiro, ou seja, a capitalização da atividade agrícola provoca o aumento da produção com uso de menor mão-de-obra, promovendo a expulsão dos trabalhadores do campo em razão da supressão dos postos de trabalho. Isso reflete na intensificação do processo, que nada mais é do que a busca de ganhos, via aumento do uso de insumos por área cultivada e por meio do emprego maciço das inovações técnicas, procurando sempre a redução dos custos de produção e o acúmulo do capital. Silva (1998) expõe que:

[...] na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Um engendra o outro. Como consequência desse movimento contraditório, temos ora esse monopólio, sobretudo, instala-se na circulação. No atual estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura. (SILVA, 1998, p. 475).

No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista encontra-se igualmente marcado pela modernização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista que oferecia aos proprietários de terras a oportunidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira. Como principal marca desse processo, tem-

se a territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, que em geral, atuam sob a forma de oligopólios. Mas isso está também marcado pela expansão da produção familiar, onde o capital monopolista desenvolveu ditames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos produtores familiares, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território quando esse se encontra ocupado por esse segmento.

O caráter industrial da agricultura capitalista do país possibilitou a produção em grande escala das culturas cuja obtenção de preços altos no mercado garantia lucro concreto nesses empreendimentos, a exemplo da soja e do milho. O Estado atuou no sentido de estimular estes setores competitivos, deixando praticamente abandonado as culturas que se tem constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros. Conforme diz Kageyama (1980):

Em termos históricos, a intervenção do Estado estimulando a modernização da agricultura brasileira pode ser vista como uma nova etapa de um processo que já vinha se desdobrando desde os anos 30 e que constitui um dos problemas fundamentais dos processos de industrialização brasileira – conformar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor urbano-industrial. (KAGEYAMA, 1980 p. 52).

A partir dessa intervenção do estado, algumas políticas foram instituídas e um novo “pacote tecnológico” foi adotado com vistas no aumento da produção via camuflagem através de propagandas que colocavam esse novo progresso como parte de um programa para superação da fome e da miséria. Assim, nesse contexto de políticas instituídas pelo poder estatal, encontrava-se disponível o “pacote tecnológico” da chamada “Revolução Verde”. Esse conjunto de técnicas e práticas agrícolas não pressupunha a redistribuição fundiária e ajustava-se aos objetivos da política de industrialização brasileira, bem como aos interesses norte-americanos representados pela Aliança para o Progresso. A sua adoção favoreceu o desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas, Além da internacionalização da produção de fertilizantes e defensivos. De acordo com Brum (1987),

[...] a chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e a multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e

climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária ocultavam-se poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização. (BRUM, 1987, p. 44).

Associados a esse pacote tecnológico, assinala-se as políticas favoráveis que se estabeleceram na aliança entre a velha oligarquia, o capital financeiro e o industrial, mas, o papel que mais favoreceu o pacote tecnológico foi a política de crédito que se efetivou durante a ditadura. O crédito subsidiado foi o principal instrumento de modernização da agricultura e também os mecanismos de concentração de renda. A política de crédito beneficiou os grandes produtores, os cultivos de exportação e estimulou a produção industrial por meio do consumo de máquinas e insumos industrializados.

Nesse contexto a ideologia que fez surgir e difundir a Revolução Verde tinha como argumento social, o agravamento da fome no mundo, sobretudo nos países menos desenvolvidos, sendo concebida pelos moldes capitalistas, sob parâmetros da “ciência moderna”, no domínio do homem – ciência sobre a natureza, sem levar em conta os efeitos e limites, uma vez que não foram consideradas ou visualizadas as consequências que tais práticas, intensivas e expansionistas, teriam sobre o meio ambiente. Assim, como salienta Graziano Neto (1986, p. 87):

[...] viu-se o grande fracasso técnico da conhecida “Revolução Verde”, programa que se destinava a resolver a fome no mundo. Mais fome e mais miséria foram provocados, pois somente os grandes produtores tiveram condições de aplicar todo o “pacote tecnológico” que acompanhava as sementes “milagrosas” desenvolvidas nos centros de pesquisa. A concentração de terras agravou-se. (GRAZIANO NETO, 1986, p. 87, grifos do autor).

No Brasil, as políticas públicas adotadas possibilitaram um (re)ordenamento territorial por meio da desterritorialização sob duas formas: a primeira, a desruralização, que ocorria à medida que os “expulsos” do campo seguiam em direção às metrópoles para venderem sua força de trabalho. A segunda, a ocupação das áreas de fronteira, com diversas finalidades, como maior destaque ao atendimento dos interesses do capital. Isso revelava a concentração fundiária favorecida pela modernização agrícola, em que a propriedade da terra era condição para obtenção de créditos subsidiados e quanto maior a extensão de terras maior o montante de crédito, o que ocasionava as acumulações de terra e capital.

Nesse sentido, a modernização não se caracterizava como um processo dinâmico e auto sustentado, mas ao contrário, como um processo induzido. Ela somente tornou-se possível mediante a intervenção do Estado. Os objetivos dessa intervenção são perceptíveis nos planos oficiais de estímulo à expansão do capitalismo no campo, desde os governos militares.

A ação do Estado é essencial no contexto do processo, uma vez que este é o elemento interventor e estimulante, por meio da questão política e da necessidade de acumulação histórica comandada pelo setor urbano-industrial. Daí decorreram, como afirma Santos (2003), solidariedades materiais e organizacionais de uma nova espécie: sementes, fertilizantes e herbicidas, culturas de entressafra, bancos de germoplasmas, créditos públicos específicos, tudo apontando o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira.

O processo de transformações em que submergiu o país nos últimos 30 anos redefine o desenvolvimento brasileiro na ordem capitalista. As mudanças desse período têm uma relação muito forte com a proposta de modernizar a sociedade brasileira, que é anterior a esse período. Esse modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado desde os anos 1930, com um aprofundamento na década de 1950, foi consumado nas últimas décadas e, através disso, o Brasil saiu de país rural agro exportador para uma condição de país urbano e industrializado, com inúmeras transformações.

Assim como no Brasil, no Centro-Oeste mais especificamente no estado de Goiás, esse processo propiciou transformações de ordem produtiva, econômica e sociocultural. É válido ressaltar que tais transformações nas atividades agrícolas não foram consolidadas uniformemente por todas as regiões do país, uma vez que as regiões Sul e Sudeste brasileiras dominaram a implantação desse novo sistema. Isso ocorreu, principalmente, em decorrência da presença de um conjunto de fatores, tais como: topografia plana (áreas denominadas de chapadões), abundância hídrica e uma infraestrutura mais adequada, incluindo-se estradas e meios de transportes, crédito agrícola, suporte armazenador, além da organização política e econômica das áreas.

Na região Centro-Oeste, área de Cerrado, a implantação e consolidação do processo de modernização da agricultura somente ocorreram pelas décadas de 1970 e 1980. A sua sustentação foi elaborada sob o poder do Estado, valendo-se de políticas de financiamentos a juros subsidiados, intensificadas com a criação de Sistemas de Créditos Rurais. No estado de Goiás essa inserção do processo de modernização agrícola seguiu os mesmos preceitos.

Associado a todos esses fatores inclui-se, ainda, a mudança da capital goiana para a cidade de Goiânia em 1934 e a construção de Brasília (DF) para abrigar a capital do país, na década de 1950, que possibilitaram a expansão agrícola e industrial para a região, principalmente através da construção de rodovias que interligavam as capitais brasileiras, resultando na expansão da agricultura comercial. (PEIXINHO, 1998).

Assim, para estudar a inserção de Goiás na agricultura moderna e a expansão dessa agricultura comercial é necessário refletir sobre o processo de ocupação dessas áreas de Cerrado. O processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste foi intensificado a partir da década de 1960. Até esse período, a falta de programas específicos e de incentivos governamentais bloqueava, de certa forma, o desenvolvimento agrícola da região. Até o fim dessa década, o envolvimento do Estado na evolução da fronteira agrícola manteve-se reduzido. A expansão das frentes de atividades produtivas foi basicamente espontânea, “a participação governamental, frequentemente tardia, ocorria apenas quando deficiências de infra-estrutura ameaçavam a viabilidade das frentes de agricultura comercial”. (MULLER, 1990, p. 50).

No início da década de 1970, as políticas governamentais passaram a estimular a ocupação da Amazônia na esperança de que, em pouco tempo, pudesse se tornar importante região agrícola. Como isso não aconteceu, a princípio, o interesse governamental voltou-se novamente aos Cerrados, mais bem situados em relação aos crescentes mercados do Centro-Sul, marcando, assim, o início do desenvolvimento agrícola na região Centro-Oeste, apoiado por programas governamentais. Assim, Goiás conheceu uma aceleração produtiva e populacional, resultado do processo de ocupação das áreas de fronteiras e da incorporação no processo produtivo moderno, como é destacado na subseção a seguir.

2.2 A ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o desenvolvimento agrícola do estado de Goiás

O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste foi intensificado a partir da década de 1930. Essa intensificação teve por objetivo atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste, deixando o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país, que se iniciou na região Sudeste nesse período.

A necessidade de um custo de mão-obra mais barato levou a indústria a pressionar o setor agrícola para que ele elevasse a oferta de bens primários buscando, por conseguinte, uma redução nos preços dos produtos agrícolas. Com uma maior oferta de produtos agrícolas, menor seria o custo da força de trabalho industrial, o que seria fundamental para o fortalecimento do setor industrial brasileiro. Dessa forma, o processo de industrialização da região Sudeste passou a demandar da agricultura uma evolução técnica e produtiva. Com isso, a região Sudeste promoveu uma (re)estruturação do espaço agrário nacional, reorganizando-o de acordo com os interesses do capitalismo industrial que começava a avançar seu desenvolvimento no país.

É nesse contexto que a região Centro-Oeste, portanto, o estado de Goiás passou a integrar a nova dinâmica capitalista do país, como uma região capaz de contribuir, por meio do fornecimento de bens primários, para a consolidação do capital industrial. A construção de Goiânia, na década de 1950, foi um marco na inclusão do Estado no processo de divisão inter-regional do trabalho e de interiorização do país. A capital goiana é considerada um símbolo governamental na inserção do Centro-Oeste na dinâmica capitalista nacional.

Apesar de ter ocorrido no período em análise uma reorientação do padrão de acumulação capitalista no país, passando de agropecuário para industrial, o estado de Goiás não acompanha a tendência da região Sudeste, pois continuou alicerçado na agropecuária. Assim, a ocupação de novas áreas na fronteira e a redução dos custos de produção tornou-se a base do crescimento da produção agropecuária goiana. Alguns impasses colocavam-se para a integração econômica e geográfica entre as regiões brasileiras, haja vista que as grandes distâncias entre os centros regionais dificultavam a expansão do capital pelo país, como salienta Cunha (2002) ao afirmar que a incorporação do interior à economia nacional estava calcada num mercado interno inexpressivo e na precariedade das estruturas de transporte, de energia e de comunicações. Diante desses aspectos, os meios de transportes e comunicações tiveram importante papel frente à integração nacional.

A ferrovia foi o meio de transporte que iniciou essa integração nacional, pois contribuiu para estender a fronteira agrícola, criando e ligando os pontos de produção agropecuária. Brandão (1999) coloca bem essa situação ao descrever em seu trabalho sobre a ferrovia e as implicações de sua implantação:

[...] a construção de ferrovias faz parte da própria gênese do processo de constituição do mercado nacional, permitindo a absorção das mercadorias mais elaboradas que vinham dos núcleos urbanos mais avançados e

viabilizando o escoamento dos bens agropecuários as outras regiões. A melhoria das condições do traslado das mercadorias induz à maior especialização produtiva de diversas áreas geográficas, possibilitando uma crescente complementaridade entre suas estruturas produtivas. Assim, o papel do aperfeiçoamento das comunicações entre diferentes áreas vai desenhando uma divisão inter-regional do trabalho (BRANDÃO, 1999, p. 51).

Dessa forma, como em diversas outras regiões do país, o estado de Goiás possuía as características necessárias para ser considerado uma nova fronteira agrícola. Entretanto, algumas barreiras inibiam a sua inserção no novo processo de acumulação capitalista, a exemplo das péssimas condições de transportes e comunicação. Devido à localização do Estado, o alto custo dos transportes elevava o valor final dos bens e, ao mesmo tempo, reduzia a competitividade do produto goiano na região Sudeste. Para a consolidação do Estado como fornecedor de bens primários, eram necessários meios de transportes mais rápidos e eficientes, a fim de obter custos mais baixos e maiores condições de comercialização na região Sudeste.

A Estrada de Ferro Goiás teve suas obras iniciadas na primeira metade do século XX, e, apesar de apresentar graves deficiências, como a grande lentidão de suas obras, problemas técnicos entre outros, teve papel relevante. Foi o primeiro meio de transporte que propiciou ao estado de Goiás condições reais de escoamento da sua produção para a região Sudeste, muito embora ainda não atendesse todas as necessidades, pois os trilhos não percorriam todas as regiões do Estado, servindo, inicialmente, às regiões mais ao sul do estado, conforme colocado por Borges (2000) ao tratar a questão em sua obra:

[...] o trem-de-ferro – simbolizado na maria-fumaça – com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. (BORGES, 2000, p. 41).

Além de fazer todo o transporte de produtos destinados à exportação, levava, também, os produtos manufaturados do Sudeste para Goiás. Assim, as estradas de ferro, mais especificamente os terminais ferroviários, desempenharam a função de transformar a vida econômica e social das populações que viviam naqueles locais, pois, aos redores dos

terminais ferroviários, desenvolveram-se vilas, vilarejos, acompanhados de um dinâmico comércio.

A Estrada de Ferro foi importante para a inserção de Goiás no processo de acumulação de capital industrial que estava ocorrendo no país. Porém, os problemas financeiros e técnicos, em conjunto com a chegada da rede rodoviária federal na região Centro-Oeste, levaram a Estrada de Ferro de Goiás a assumir um papel secundário como um meio de transporte. Em verdade, a ferrovia além de ter constituído uma via de transporte estratégica na ocupação do Centro-Oeste, foi um elemento fundamental na reorganização do espaço agrário regional e na estruturação da economia goiana.

Nessa conjuntura, a malha rodoviária viria complementar a infra-estrutura de transportes, necessária à plena inserção do estado de Goiás ao mercado nacional. Até a década de 1950, o desenvolvimento das rodovias no estado ficava a cargo da iniciativa privada, dos governos estadual e municipal, não apresentando grande desenvolvimento, em razão da escassez de recursos para aplicar nessa área. A escolha pela expansão da rede rodoviária e não pela expansão e melhorias da rede ferroviária teve como pano de fundo o interesse político, pois os governos estaduais distribuíam subsídios ao capital privado.

A expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, iniciada na década de 1940, conhecida como a “Marcha para o Oeste”, teve como principal objetivo atender à demanda de produtos primários, para a região sudeste que iniciava o seu processo de industrialização. Secundariamente, esteve assentada também, em questões mais gerais, como, por exemplo, às migrações. Com a Marcha para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país. Segundo Pessôa (1999, p. 47):

[...] a expressão máxima e o coroamento da Marcha para o Oeste se deram com a construção de Brasília. Passar a abrigar a capital federal significou profundas alterações econômicas e políticas para o estado – aceleração do ritmo migratório; ocupação de novas terras; abertura de estradas; expansão do mercado; novos empregos. (PESSÔA, 1999, p. 47).

A “Marcha para o Oeste” foi considerada por Martins (1997) como uma frente pioneira, em que o Estado teve importante papel, ao acelerar o seu deslocamento sobre os territórios “novos”, já ocupados pela frente de expansão. É nesse sentido que o autor

chama atenção para a dimensão de conflitos existente nas regiões de fronteiras, onde a (re)ocupação dos territórios era feita por meio do encontro entre as frentes, o que, na maioria das vezes culminava em conflitos violentos.

Cabe ressaltar que o Centro-Oeste, assim como outras regiões do país assumiram, nesse momento a função de amortecedores do caos social que foi gerado na região Sudeste. Conforme colocado por Brandão (1999), as fronteiras agrícolas se constituíram em verdadeiras “válvulas de escape” para os problemas populacionais gerados pelo processo de urbanização nessa região.

A nova fronteira agrícola esteve assentada, durante um período, em projetos de colonização privados e estatais, que entraram em crise, tanto por falta de interesse político como por falta de planejamento e investimentos. Os agricultores que viviam nos assentamentos foram gradativamente engolidos pelos latifundiários, expondo a ineficiência desses projetos, como mencionado por Borges (2000):

[...] a expansão da fronteira agrícola, na forma em que se processou no país, por um lado, favoreceu o aumento da produção de alimentos para atender a demanda da população urbana e, por outro, contribuiu para a reprodução do latifúndio e da agricultura tradicional no Centro-Oeste. (BORGES, 2000, p. 72).

Nas décadas de 1950 e 1960, os pequenos produtores, que tomaram posse da terra no primeiro momento da abertura da fronteira agrícola, tiveram a função de desmatar e preparar a terra a um baixo custo para posteriormente ela ser apropriada por grandes fazendeiros, que se dedicavam à pecuária extensiva. A expropriação do pequeno produtor significou o fechamento da fronteira nas regiões sul e central de Goiás, e, ao mesmo tempo sua partida em busca de novas áreas de fronteira.

Para Martins (1997), a primeira forma de ocupação, marcada pela presença de pequenos agricultores, pode ser considerada como frente de expansão, já a segunda, que assume a forma de grandes fazendeiros, é chamada de frente pioneira. O fechamento da fronteira se deu no momento em que a frente pioneira chegou e promoveu a invasão das terras pelos grandes proprietários e empresários, causando, assim, não só expropriação econômica do pequeno agricultor, mas também cultural. A perda de laços de amizade e vizinhança, que foram cultivados ao longo de muitos anos, e a busca por novas terras, significou a inserção em um novo cotidiano, que, por vezes, pode ser diferente do anterior,

impondo uma redefinição de costumes, tradições e, além disso, um novo relacionamento entre homem e natureza.

É nesse sentido, também, que Graziano da Silva (1982) define o fechamento da fronteira, no momento em que a terra deixa de ser livre e de ser apropriada por pequenos produtores, para se tornar uma mercadoria, uma reserva de valor, ou seja, a terra passou a ser apropriada de uma forma privada. Entretanto, ao mesmo tempo em que a fronteira sul e central se fechavam no estado de Goiás, a região norte do estado mostrava um processo de abertura de fronteira, que culminou na consecução da rodovia Belém-Brasília. A partir de meados dos anos de 1960, o norte do estado passou a ser incorporado à fronteira agrícola, e grandes projetos agropecuários e madeireiros começaram a ser instalados nessa região.

O aumento populacional se deu, em grande parte, devido ao início da construção de Brasília e à abertura da rodovia Belém-Brasília, que foi inaugurada em 1959. Com a construção de Brasília, o contexto foi alterado, passando a ser de interesse federal o desenvolvimento da estrutura rodoviária do Centro-Oeste. Com esse objetivo, foram feitos grandes investimentos em melhorias e na construção de novas rodovias, visando atender às necessidades da nova capital do país e, com isso, consolidar a posição da região como fronteira agrícola e grande exportadora de bens primários para a região Sudeste do país.

A rodovia Belém-Brasília teve, também, papel relevante ao beneficiar as regiões localizadas mais ao norte do estado, proporcionando a essas áreas maior integração aos mercados das regiões Norte e Sul do país. Mais uma vez, o interesse político foi responsável pela maior vontade governamental em levar o projeto ao fim, visto que a emergente indústria automobilística multinacional, que estava sendo implantada no país, necessitava de novos mercados consumidores e a expansão da malha rodoviária era o caminho para esse mercado.

Outro fator que provocou a expansão da população para a região foi o surgimento de programas de colonização, resultado de parcerias entre o governo e empresas privadas, que atraíram pequenos produtores de outras regiões, principalmente do sul do país. Além disso, segundo Cunha (2002), na década de 1970 a região contribuiu para amenizar tensões demográficas de outras regiões servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios e de via de penetração para a ocupação do Norte do Brasil. Logicamente, os baixos preços das terras serviram como atrativo aos produtores de outros estados do país. E além do mais foram criados programas especiais de estímulo à agricultura nos Cerrados, de apreciável impacto na evolução das frentes comerciais,

implantados, sob estímulo oficial, projetos privados de colonização. Alguns desses projetos melhor discutidos na subseção abaixo.

2.3 As políticas públicas e programas criados no Centro-Oeste e em Goiás: o papel do Prodecer e do Polocentro

A ocupação do Cerrado iniciou-se no século XVIII, com a abertura e assentamento de povoados para a exploração de ouro e pedras preciosas. Com a exaustão das minas, a região passou a ser explorada pela criação extensiva de gado. Ocupação mais intensiva aconteceu apenas, nos anos de 1930, através da ligação ferroviária em São Paulo (SP) e Anápolis (GO) e pela mudança da capital do Estado para Goiânia em 1934, reforçada por dois fatores mais recentes: a construção de Brasília (DF) no final dos anos 1950 e a adoção de estratégias e políticas de desenvolvimento, investimentos e infraestrutura pelo Governo Federal, entre as décadas de 1960 e 1980. Tal processo resultou na expansão da agricultura comercial a partir da década de 1970. As políticas agrícolas genéricas, que criaram condições para expansão da agricultura e ocupação do espaço no Cerrado, foram a instituição de políticas credifícias e do crédito subsidiado.

A ocupação “racional” do Cerrado intensificou-se após a década de 1970 e na década de 1980. Esta ocupação havia sido iniciada com a chegada de empresários rurais oriundos do Sul, com disponibilidade de capitais e facilidades credifícias para abrir as lavouras comerciais em grande escala. Segundo Lima (1998), que ressalta a introdução da agricultura moderna e as demandas ambientais, tratando mais especificamente sobre o caso da soja nas áreas de Cerrado, o processo de ocupação do Cerrado pode ser visualizado tanto como uma vitória da ciência e da técnica sobre o objeto “natureza”, quando um homem vence os desafios postos pelas terras ermas, de clima duro e de solo pobre do Cerrado, quanto como um processo que redundou na exploração das populações e da natureza local, constatada no impacto causado pela implementação tecno-agro-industrial sobre o meio ambiente natural e as populações tradicionais desse bioma. Matos (2006), ao discutir a inserção do técnico-científico-informacional nas áreas de Cerrado, completa que:

[...] na verdade, todas as medidas foram paulatinamente consolidando a ocupação do Cerrado. No entanto, foi à expansão da fronteira agrícola que dinamizou o seu desenvolvimento, pois a implementação de políticas agrícolas e a criação de programas redundaram na melhoria das infraestruturas e criaram condições para a expansão da agricultura moderna. (MATOS, 2006, p. 75).

Nesse sentido, a partir da década de 1960, as políticas governamentais voltadas para a ocupação “racional” das áreas do Cerrado no Planalto Central tinham por objetivo a produção de “commodities” para exportação, equilibrando a balança comercial brasileira e, paralelamente, assegurar a dinâmica e as necessidades de mobilidade de capital nacional associado ao capital transnacional. A infraestrutura necessária aos novos investimentos se avolumava direcionando a mobilidade do capital e de trabalho no território, alterando-os na forma de conteúdo. A agregação dessas áreas de Cerrado para exploração agrícola é uma conquista da pesquisa agrônômica desenvolvida no país a partir dos anos 1970.

A partir da década de 1970, com a abertura das fronteiras agrícolas, ocorre uma reorganização espacial e econômica nas áreas do Cerrado, que até então possuía uma economia baseada na pecuária e agricultura extensiva. O Cerrado brasileiro apresentava pouca importância no cenário econômico nacional, e suas terras eram pouco potenciáveis para exercer uma agricultura intensiva, haja vista que essas eram áreas onde se desenvolvia atividades extensivas. Com a participação do Estado na implementação de políticas públicas, criação de programas, incentivos fiscais e adoção do pacote tecnológico que estavam em vigor em outras regiões do país, essa passa a ser uma das maiores regiões produtoras de grãos do país.

Os aparatos técnico-científicos e as linhas de crédito específicas para as áreas de Cerrado, através das políticas públicas que disponibilizavam recursos especiais para incentivar a mecanização e os investimentos em infraestrutura, fundamentais para a modernização da agricultura, constituíram atrativos para os interesses do capital por estas áreas. O Estado desempenhou papel importante na expansão da agricultura, uma vez que assumiu o compromisso com a classe empresarial, durante os governos militares, de criar a infraestrutura necessária à expansão da fronteira agrícola brasileira. Esse aspecto considerado juntamente com os incentivos criados pelo governo para a compra de grandes extensões de terra a preços baixos elucidou o grande ganho que as empresas agropecuárias obtiveram com a rápida valorização, que determinados espaços alcançaram, quando beneficiados por importantes eixos viários.

A região Centro-Oeste foi alvo central de programas de ocupação econômica do Cerrado, tais como: o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Diversas linhas de créditos foram abertas com o objetivo de criar infraestrutura necessária para fomentar o interesse dos empresários rurais pelo Cerrado. O Estado foi o agente financiador para a instalação desta infraestrutura e para a aquisição do pacote tecnológico, transformando-se em agente que programou os elementos técnicos e político-administrativos com a finalidade de integrar o Cerrado às novas exigências do padrão de acumulação de capitais.

O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do Oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos Cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito subsidiado a todos os produtores que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial.

Apesar de o POLOCENTRO ter sido um programa voltado para abertura de fronteira agrícola, as políticas favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Na realidade, foi um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado, de assistência técnica e da remoção de obstáculo ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas não foi beneficiada. Os objetivos do POLOCENTRO, “enunciados nos seus documentos básicos, foram desvirtuados pela ação de setores influentes, que conseguiram voltar à administração do programa a seu favor.” (MULLER, 1990, p. 55). O maior impacto do Polocentro na região Centro-Oeste ocorreu no estado de Goiás, onde, segundo Muller (1990), 42,3% da área dos Cerrados foram incorporados ao processo produtivo e a cultura de maior destaque foi a soja.

Já o PRODECER surgiu a partir de 1980, por meio de um acordo de cooperação firmado entre o Brasil e o Japão, com o objetivo de promover a expansão da agricultura moderna em áreas de Cerrado. Os agricultores favorecidos foram selecionados por cooperativas credenciadas, tendo por base sua aptidão para desenvolver agricultura em áreas de Cerrado, exigindo deles dedicação integral ao empreendimento. Tratou-se de um programa voltado à constituição de fazendas de médio porte (entre 250 a 500 ha), destinadas principalmente à produção de grãos.

Muller (1990), ao fazer a análise do processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, trabalhou com a concepção de frentes de expansão, sendo divididas em frentes de agricultura comercial, que já estavam integradas aos mercados; frentes de

subsistência ou camponesas, favorecidas basicamente pela grande extensão de terras e políticas de colonização; frentes especulativas, beneficiadas pelos incentivos à ocupação; e frentes de pecuária extensiva e rudimentar. O autor afirma que os programas de integração dos Cerrados à fronteira agrícola foram fundamentais para o desenvolvimento das frentes comerciais. Os programas de colonização foram determinantes para a expansão das frentes de subsistência e os incentivos fiscais para a Amazônia necessários ao desenvolvimento das frentes especulativas.

Os interesses das políticas públicas voltaram-se, especificamente, para alguns tipos de cultura, com destaque para a soja. A modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar as “terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas, além da adoção de novas tecnologias. A ideia era transformar a cultura tradicional em cultura comercial com o plantio da soja.

A ocupação agrícola moderna dos Cerrados acompanhou a implantação e a melhoria da rede viária. Dessa forma, foi sendo implementado o novo modelo de atividade econômica: o modelo empresarial de exploração agrícola. Dentro de um quadro conceitual tecnocrático foram criados e programados vários megaprojetos estatais, com vistas à exploração “racional” dos recursos e potencialidades econômicas macrorregionais e microrregionais. Peixinho (1998), ao discorrer sobre a inserção dessas políticas credifícias nas áreas de Cerrado, especialmente o Cerrado goiano, apresenta que:

[...] entre os instrumentos utilizados pelo governo para o desenvolvimento regional está o fortalecimento da Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento de Centro-Oeste; incentivo aos órgãos estaduais de pesquisa e extensão rural, criação da Embrapa/CPAC – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, para desenvolver e dar suporte à tecnologia apropriada para a ocupação dos Cerrados; ampliação da rede das agências do Banco do Brasil, implantação de uma infra-estrutura que possibilitasse o fluxo de mercadorias e escoamento da produção: os chamados corredores de exportação. Esses e outros mecanismos foram desenvolvidos dentro dos Programas Nacionais de Desenvolvimento – PNDs, começando pelo Programa de Integração Nacional – PIN, PLADESCO, Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste–PRODOESTE, até o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER e Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado. Estes planos e programas tiveram atuações de formas diferenciadas, todavia seguiam uma orientação comum: a incorporação do Centro-Oeste ao processo de expansão do capital. (PEIXINHO, 1998, p. 13-14).

Frente aos estímulos das políticas de incentivos fiscais para a implantação de empresas agrícolas, ocorreu um processo de migração, tanto dos excedentes de capital sulistas, como a relocação do próprio capital agrícola para a ecorregião. O sistema tecnológico e social de exploração agropecuária, em consonância com o aparato superestrutural tecnocrático, era, em especial, de capital intensivo, de alta capacidade concentracionária, agronomicamente tecnizado e economicamente pragmático, conforme afirma Pessôa (1998):

As transformações da agricultura nas áreas de Cerrado são caracterizadas por dois processos, com reflexos da política de modernização proposta para o país. O primeiro, de expansão da fronteira das áreas efetivamente ocupadas com atividades agropecuárias, vinculado a dois aspectos de ocupação da terra: um com base em grandes empresas rurais, favorecidas pelos incentivos fiscais e outro, com base em colonização oficial ou particular, ligado as pequenas propriedades [...]. Quanto ao segundo processo, ou seja, o de incorporação de nova tecnologia de produção na agricultura de áreas já efetivamente ocupadas, tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade e a diversificação de cultivos. Esse segundo processo desempenha um papel importante nas considerações acerca das mudanças agrárias dessa área [...]. Um fator que contribui, para a expansão do capitalismo na agricultura das áreas de Cerrado, foram suas características naturais. A topografia plana favoreceu a mecanização e os solos considerados improdutivos, tornaram-se produtivos com a aplicação de quantidades consideráveis de corretivos e de fertilizantes. (PESSÔA, 1998, p.27).

Além das políticas públicas e das inovações técnico-científicas, alguns dos fatores naturais, tais como a abundância dos recursos hídricos e topografia plana, favoreceram a modernização da agricultura por permitirem a inserção do processo de mecanização, tornando mais compensatório os investimentos feitos no sentido de viabilizar a produção. Segundo Inocêncio (2006):

[...] o meio natural, constituído pelas águas, solo, relevo, vegetação, também foi um elemento significativo para que o Cerrado fosse integrado ao processo produtivo capitalista. Se o solo necessitou correção, a água, o relevo e a vegetação, foram fatores que somados às técnicas, viabilizaram a ocupação do solo do Cerrado, de forma a integrá-lo ao ciclo modernizador de produção. (INOCÊNCIO, 2006, p. 128).

Soma-se a isso, o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, que possibilitaram o surgimento de um aparato técnico-científico e de inovações tecnológicas

específicas para a agropecuária nas áreas de fronteiras. Além destes elementos, havia o conteúdo político vinculado ao desejo de afirmar o Estado, enquanto mantenedor da ordem com atributos para gerir os conflitos fundiários e evitar a reforma agrária, uma vez que a grande disponibilidade de terras nas áreas de fronteira amenizaria o conflito e a luta histórica dos camponeses pela terra.

O processo que circunda na ocupação do Cerrado, está nos quatro sustentáculos tecnológicos que operam a atividade agroindustrial: a mecanização, os agrotóxicos, a “Revolução Verde” e a irrigação. Sobre a mecanização da atividade agrícola refere-se ao uso intensivo de máquinas como base da agricultura, a utilização de insumos para correção dos solos e agrotóxicos para driblar as pragas é prática da agricultura comercial. A Revolução Verde integra esse conjunto das técnicas agrícolas convencionais sob a bandeira do produtivismo e a irrigação permite o aproveitamento da água e a realização de várias colheitas durante o ano, maximizando o rendimento agrícola.

Assim, essa região passou, diante disso, a assumir importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura comercial moderna e de alta produtividade. Notadamente com o cultivo da soja, exportando excedentes consideráveis para o restante do país e, também, para o exterior. A especialização agrícola trouxe uma reorganização geográfica massiva, uma vez que se desfez o mosaico que compunha a atividade agrícola dos tempos passados. Desse modo, a intensificação da produção e a maior utilização de técnicas de cultivo tornaram-se constantes, assim como a utilização de extensas áreas para produzir um único cultivo a partir da utilização massiva das técnicas modernas, como afirma Graziano Neto (1986),

[...] a mecanização intensiva pressupõe grandes monoculturas. Essas monoculturas significam radical simplificação de ecossistema agrícola. Mas uma das leis mais fundamentais da Ecologia é de que a homeostose é diretamente proporcional à complexidade do sistema. Um ecossistema simplificado é tanto mais vulnerável quanto maior for a simplificação. A “praga” é consequência direta desta. Um desequilíbrio traz outro e inicia-se um ciclo diabólico que leva a agregações sempre mais violentas. (GRAZIANO NETO, 1986, p. 86, grifo do autor.).

Desse modo, os produtores rurais familiares passaram por transformações e adequações diante da instituição desse processo de modernização na agricultura. A produção familiar, através de estratégias, iniciou a delimitação de seu território. Alguns municípios buscaram adequar-se frente à modernização, incorporando, mesmo que em

menor proporção, alguns preceitos desse processo. O município de Orizona (GO) foi um desses, que passou por grandes transformações com a inserção desse processo de modernização da agricultura. Porém, antes de entender como se deu a chegada e a instalação desse processo nesse município, façamos uma breve localização desse.

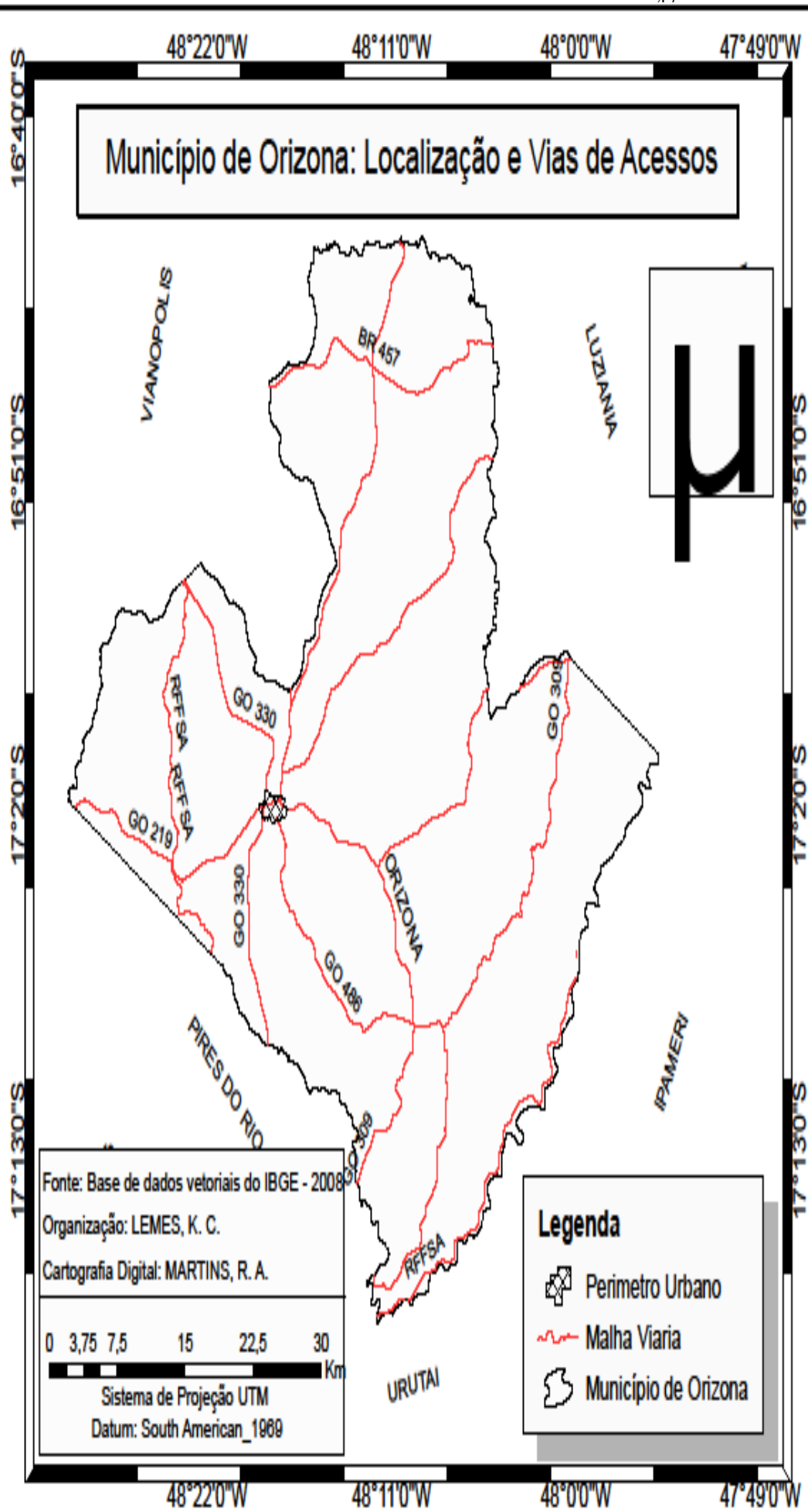
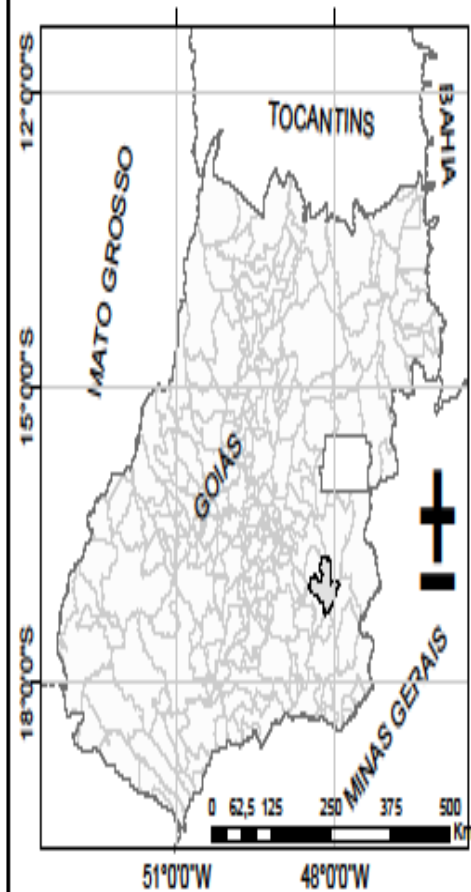
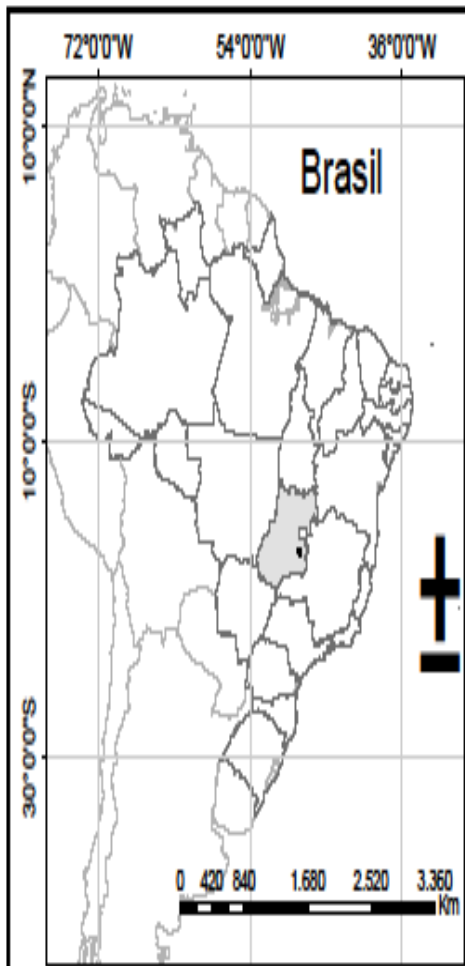
2.4 A modernização da agricultura em Orizona (GO): a inserção das técnicas no processo produtivo

O município de Orizona está localizado na região Sudeste do Estado de Goiás e na região Centro-Oeste do Brasil, com uma área de 1.972,865km² (SEPLAN, 2009) representando 0.34% da área total do Estado, localizado a uma altitude média de 806 m, latitude de 17° 01'53" / 17 °20'00" e longitude de 48°17'45"/ 48 20'00" (W.GR). Localiza-se na microrregião de Pires do Rio, fazendo divisa com os seguintes municípios: Luziânia, Silvânia, Vianópolis, Pires do Rio, Ipameri e Urutaí. Os principais rios são: o Corumbá, o Piracanjuba, e o Rio do Peixe, como pode ser observado no mapa 1.

Várias transformações foram implementadas no meio rural brasileiro, desde a consolidação da modernização da agricultura na década de 1970. No Centro-Oeste, mais especificamente no Estado de Goiás, o município de Orizona é um caso típico, onde ocorreram as transformações rurais em função da modernização da agricultura, estendida ao campo.

O município de Orizona (GO), desde sua origem até os dias atuais, tem no setor agropecuário um elemento de representatividade, até porque essa é a atividade que sempre sustentou a economia no município. Anterior à década de 1980, o espaço agrário de Orizona (GO) era composto pela vegetação nativa do Cerrado, áreas de pastagens naturais e as áreas onde se realizavam as atividades agrícolas de pequena extensão.

Essas atividades agrícolas, praticadas por pequenos agricultores, cultivadas normalmente em parceria, com o plantio e a colheita das lavouras realizados na maioria das vezes por meio de mutirões entre familiares, amigos e vizinhos, se faziam suficientes ao sustento familiar e os excedentes eram poucos, até mesmo em virtude da “precariedade” dos instrumentos de trabalho e dos recursos técnicos. Os principais produtos cultivados eram arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, além da horticultura. A pecuária sempre foi praticada, embora nessa época, apenas para o consumo familiar.



Quanto à população, o município de Orizona (GO) apresentava, até cerca de cinco anos, uma peculiaridade. Esse era um dos poucos municípios goianos que apresentava população rural superior à população urbana. Atualmente, a população urbana é superior a rural. Vários fatores são apontados para que a evolução da população se encaminhasse para esse percentual, como a modernização agrícola, que atingiu várias comunidades do Município. Até a década de 1980, o percentual da população rural praticamente dobrava em relação à população urbana. A partir de 1980, essa realidade começou a mudar drasticamente e o percentual da população urbana ultrapassou o índice rural, como mostra o gráfico 1.

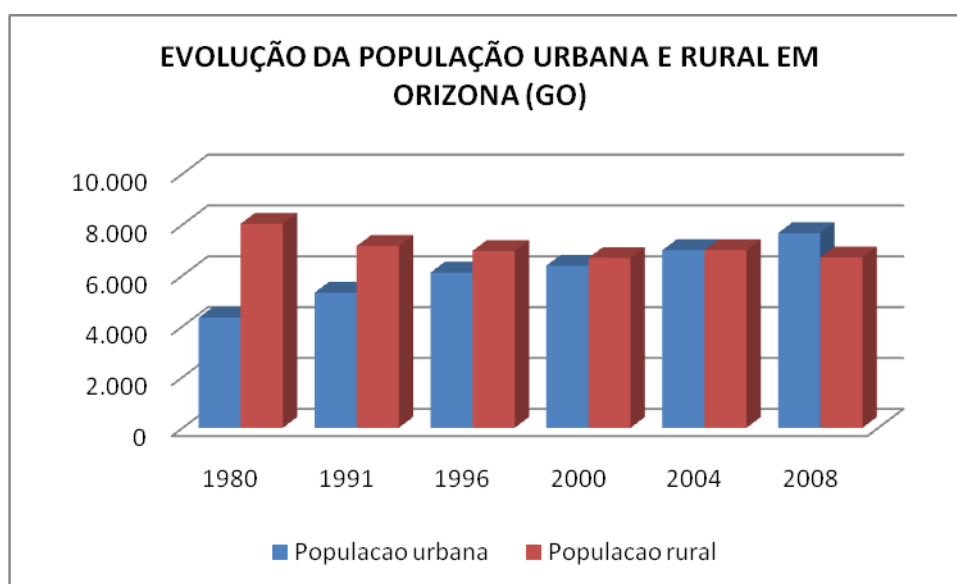


Gráfico 1: Evolução da população urbana e rural em Orizona (GO).
 Fonte: SEPLAN, 1980-2008.
 Org.: LEMES, K., C. 2010.

Essa realidade encontra-se diretamente ligada ao processo de ocupação do atual município de Orizona que se inicia por volta de 1830, com os primeiros exploradores e posseiros vindos de Minas Gerais. Segundo Pereira Neto¹ (2002), o primeiro posseiro foi um mineiro e sua família de Patrocínio (Minas Gerais), de nome José Pereira Cardoso, que saiu de sua cidade em busca de terras férteis para o cultivo agrícola.

Em 1890, o povoado que recebeu o nome de Capela dos Correias tornou-se Distrito do município de Santa Cruz de Goiás. Em 1906, o povoado foi emancipado e passou a constituir o município de Campo Formoso, em homenagem a uma família de

¹ Autor nascido na cidade de Orizona (GO), que escreve obras baseadas nas histórias de ocupação do município.

origem espanhola que habitava o povoado. Porém, o Município não poderia ficar com a denominação de Campo Formoso, pois já havia outra cidade no país com o mesmo nome. Foi em razão dessa determinação que, em 1943, Campo Formoso passou a chamar-se Orizona. O nome tem origem no vocábulo grego *Oriza*, que significa arroz, e no termo da língua portuguesa “zona” que designa, em termos amplos, “região”, assim, Orizona foi escolhido por significar uma região produtora de arroz, cultivo principal da região na época.

Como o sul do Estado, devido a sua proximidade com a região Sudeste e por ser uma área em que os trilhos da Estrada de Ferro de Goiás estavam assentados, tornou-se o primeiro local do estado de Goiás a responder pelas demandas de produtos primários do Sudeste, Orizona começou a articular-se com as demais regiões em busca da inserção no mercado agrícola.

Em Orizona o processo de ocupação foi marcado por lutas e resistências, que envolveram trabalhadores rurais e grandes fazendeiros. O embate no campo orizonense recebeu o nome de “Luta do Arrendo”, que ocorreu entre os anos de 1950 e 1951, em uma área denominada Campo Limpo, caracterizada pela presença de grandes propriedades (LOUREIRO, 1988). A luta consistiu na reivindicação por parte dos pequenos produtores pela redução da taxa de arrendamento de 50% para 20% da produção. Os pequenos produtores trabalhavam nessas terras em sistema de parceria, em que o fazendeiro, no final da colheita, recebia 50% da safra colhida em sua propriedade, participando no processo produtivo com apenas a preparação do solo para o plantio, pois o restante dos custos da produção ficava a cargo do parceiro.

Ao saberem da existência de um artigo na Constituição estadual de Goiás, que fixava a taxa do arrendamento, em no máximo 20% da produção, os pequenos produtores começaram a organizar-se, reivindicando os seus direitos. O apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundamental para a organização do movimento. Os produtores organizavam-se na época da colheita e pressionavam os fazendeiros, de modo que não permitiam que se apropriassem de parcela superior que 20% da produção. No primeiro ano, em 1950, o movimento conseguiu ser atendido em seus objetivos. Já no ano seguinte, os fazendeiros organizaram-se e, com o apoio do poder local, conseguiram reprimir o movimento com a ajuda de policiais vindos da capital. A partir do momento em que esses produtores começaram a perder força, o próprio PCB, também, retirou seu apoio ao movimento. Loureiro (1988) aponta que:

[...] os atingidos pela repressão foram os camponeses e alguns simpatizantes. Ninguém do Partido [PCB] foi preso ou espancado, camponeses, sim. Eram espancados o marido, a mulher e os filhos. Gente ficou aleijada, muita criança sem leite, sem comida, porque os pais estavam fugidos, presos ou doentes de pancada. Em Orizona, um dentista ficou aleijado. Ele só dava alguma ajuda aos camponeses. Era um simpatizante. Nessa época, o destacamento de polícia foi dobrado, tanto em Orizona como em Pires do Rio. Muitos camponeses fugiram, mas houve prisões e espancamentos. (LOUREIRO, 1988, p. 68).

A “Luta do Arrendo” (1950-1951) retrata, como se deu, em grande parte, a disputa pelo território e pela produção agrícola no município. Entretanto, as grandes alterações nesse sentido só foram consolidadas a partir da inserção do processo de modernização da agricultura no município, fato que ocorreu na década de 1980.

Para Souza (2005)², a década de 1980 foi o marco do início da chamada “Revolução Verde” no município de Orizona, em virtude, essencialmente, da chegada dos migrantes do Sudeste e Sul do Brasil, trazendo novas tecnologias para se trabalhar a terra, como o uso intensivo de maquinários e fertilizantes químicos, junto ao cultivo de novas culturas que “exigiam” grandes extensões de terras para serem produzidas. As razões destes migrantes chegarem a Orizona, decorreram, principalmente: a) dos investimentos públicos e privados no setor; b) do clima e topografia adequada à mecanização e c) dos baixos preços da terra em relação à suas regiões de origem. Vale ressaltar que esse “pacote tecnológico” da chamada “Revolução Verde”, constituído de um conjunto de técnicas e práticas agrícolas não pressupunha a redistribuição fundiária, mas ajustava-se aos objetivos da política de industrialização brasileira.

Moreyra (2000), ao retratar o avanço do capitalismo sobre a agricultura tradicional, faz reflexão às alterações provocadas no meio rural, ressaltando que:

[...] nesse processo de expansão da economia industrial do Centro-Sul, o setor agrário do Centro-Oeste foi peça indispensável, uma vez que o grande capital, ao buscar expandir sua capacidade de produzir lucro, invade o espaço da agricultura tradicional, que até então estava apenas formalmente subordinada à indústria, mas tinha uma relativa autonomia, pois os produtores ainda controlavam o processo produtivo (utilizando técnicas tradicionais), e possuíam os meios de produção. A subordinação real do setor agrário às necessidades de acumulação do capital é feita com a expropriação dos proprietários tradicionais que, gradualmente vão perdendo as condições de competir no mercado, vão sendo expulsos da terra e separados dos meios de produção. (MOREYRA, 2000, p. 50).

² Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio, no ano de 2005.

Em consequência da modernização agrícola, o espaço agrário de Orizona (GO), assim como o espaço agrário brasileiro, apresentou mudanças, como o aumento da produção, ampliação dos índices de produtividade, inserção de técnicas e insumos modernos, que fizeram com que alguns espaços do município, que eram voltados para a agricultura tradicional, se tornassem empresas agrícolas. Com isso, os espaços que apresentavam predomínio de vegetação natural, foram, num curto intervalo de tempo, sendo modificadas. Mendes (2001), em sua dissertação sobre a produção familiar na Comunidade Coqueiro em Catalão (GO) expõe algumas transformações ocasionadas por esse processo que, muito embora tenha ocorrido de maneira diferenciada do município de Orizona (GO), propiciaram a expansão da agricultura moderna, cuja produção em larga escala delineou grandes modificações, como foi colocado pela autora ao afirmar que:

[...] vivenciou-se, na década de 1980, com a expansão da soja, bruscas transformações espaciais. As áreas que apresentavam um predomínio de vegetação natural, uma pecuária extensiva foram, num intervalo pequeno de tempo modificadas. [...] As propriedades foram “limpadas” cedendo lugar a uma nova paisagem. As paisagens naturais cederam lugar à formação de pastagens com outras variedades de forrageiras, os solos receberam uma cobertura de calcário. A vegetação de troncos tortuosos cedeu lugar às vastas áreas de monocultura de soja ou a pastagens formadas. (MENDES, 2001, p. 98).

As modificações podem ser percebidas não só no que se refere aos aspectos físicos e econômicos, mas também aos sociais e culturais, como a carreta dos carros de boi que era não só uma tradição cultural, mas um meio de transporte, utilizado para transportar “[...] comida para o gado, utensílios agrícolas, sal, querosene e arame, trazidos da cidade de Araguari (MG)³” (Informação oral, SILVA, 2010). A precariedade das estradas e do próprio carro de boi fazia com que a viagem fosse demorada e tumultuada. Com a implantação da ferrovia, as viagens de passeio e o transporte, em geral, passaram a ser realizado de “trem”, que também era demorado, mas melhorou substancialmente as condições de transporte de pessoas e mercadorias, pois permitia a ligação, na época, com várias cidades da região, como Anápolis e Ipameri.

Essas transformações podem ser percebidas ao observar as cartas imagem ETM+/LANDSAT 7 de 2004 e 2006 (figura 1 e figura 2, páginas 53 e 54). Observando a área *a* da carta imagem de 2004 com a de 2006, verifica-se que esta área, localizada a leste das imagens, foi a mais inserida neste processo de modernização da agricultura, até mesmo

³ Informação oral adquirida através de entrevista com S. F. SILVA, morador da comunidade Taquaral. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2010.

em razão de suas condições de infra-estrutura (rodovias e ferrovias próximas) e por ser uma área plana, denominada chapada, que possibilita o maior uso das técnicas e implementos modernos na agricultura, o que fez com que os antigos instrumentos e técnicas fossem substituídos, como é o caso dos tratores e máquinas agrícolas. Também é possível perceber que nesta área quase não existe pastagem, nem vegetação natural, e em alguns lugares as lavouras ocuparam até mesmo o espaço da mata ciliar, que são áreas de preservação permanente asseguradas por lei.

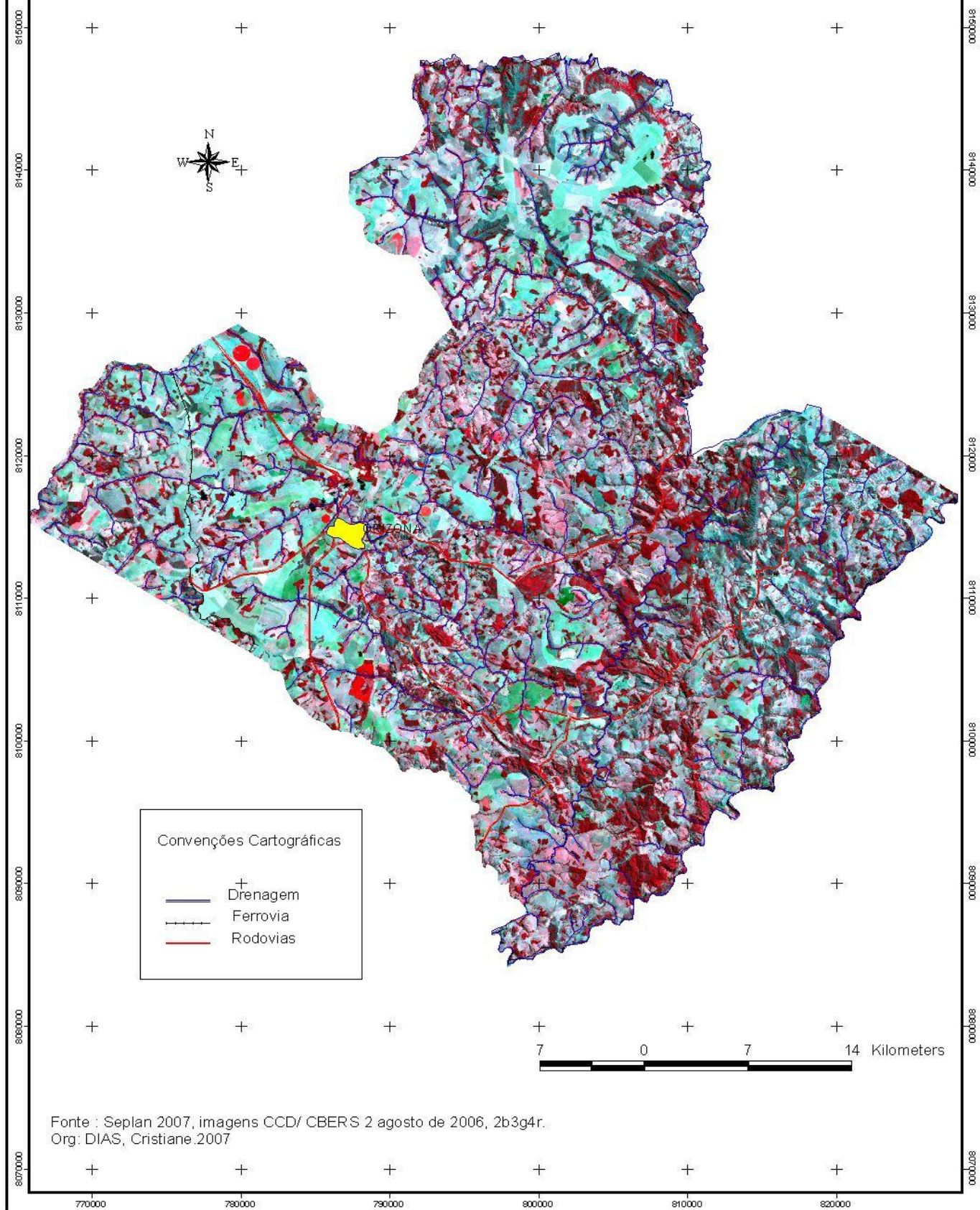
Na área *a* nas cartas imagens, pode-se visualizar as áreas destinadas às grandes lavouras, pela cor esverdeada mais clara e também pelas formas geométricas organizadas como se fossem quadrados. Nesta área vê-se que em 2004 havia apenas 3 pivôs de irrigação no município, sendo estes presentes nesta área especificamente. Em 2006 já existiam vários destes, dentre eles 9 estavam nesta área. É fácil identificá-los em razão de suas formas circulares e pela coloração vermelha.

Na área *b*, localizada ao sul nas imagens, também possui a grande presença de áreas agrícolas de grande extensão, pois desde 2004 até 2006 nota-se um aumento nos espaços de agricultura, mas em razão de seu relevo ser um pouco mais acidentado, estas são em menores quantidades que a área *a*. A área *c*, localizada a oeste nas imagens, mostra que a agricultura ocupa uma menor extensão das terras, tanto em 2004 quanto em 2006. Mesmo assim, em 2006 tem-se uma expansão das áreas agrícolas e uma redução da pastagem, em relação a 2004. A agricultura nesta área é menor em razão de esta região ser de topografia acidentada e também pela falta de infraestruturas de ligação desta com o restante do município.

Já a área *d*, localizada ao norte nas imagens, apresenta uma evolução nas áreas agrícolas do ano de 2004 para 2006, uma vez que neste último ano citado aparecem maiores extensões de plantações agrícolas e também a presença de um pivô de irrigação. Quanto à área *e*, localizada na parte central das imagens, vê-se que houve uma evolução, principalmente no que tange à presença de 3 pivôs de irrigação em 2006 que não existiam em 2004. As áreas agrícolas também apresentam uma evolução em proporções.

Dessa forma, por meio das análises destas duas imagens é possível perceber que houve uma grande evolução tanto nas áreas agrícolas a serem plantadas quanto à presença de equipamentos modernos, como os pivôs de irrigação. Tais mudanças podem ser visualizadas, mais claramente, ao observar o mapa de uso da terra e cobertura vegetal de Orizona de 2006 (figura 3, página 55), no qual é possível identificar mata/ Cerradão / Cerrado; reflorestamento; agricultura irrigada, agricultura, pastagens, área urbana e corpos d'água.

ORIZONA - GO: Carta imagem ETM+/LANDSAT 7- 2004



Através do gráfico 2, que mostra o uso da terra e cobertura vegetal em Orizona (GO), é possível visualizar de maneira mais evidente o que se lê no mapa de uso da terra e cobertura vegetal do município. Conforme o gráfico 2, a área de mata, Cerradão e Cerrado compreendem 51.429,707 hectares, ou 28%. O reflorestamento ocupa uma área de 35.413,6 hectares, ou 0.2%. A agricultura irrigada detinha 73.801,9 hectares, o equivalente a 0.7%. A agricultura ocupava área de 73.346,972 hectares, correspondente a 39%. A área de pastagem ocupava cerca de 58.592,094 hectares, ou 31% da área. A área urbana compreendia 43.984,2 hectares, cerca de 0.6 % da área municipal e os corpos d'água ocupavam uma área de 42.569,25 hectares, ou seja, 0.6% da área total.

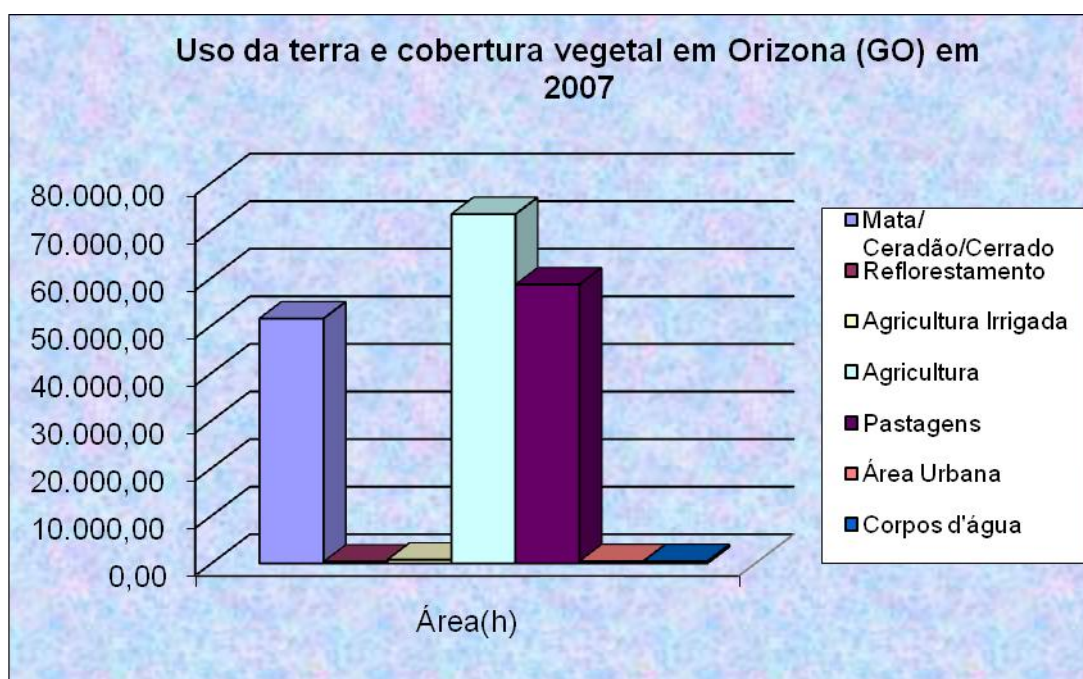


Gráfico 2: Uso da terra e cobertura vegetal em Orizona (GO) em 2007.

Fonte : IBGE – Censos Agropecuários 1975-1995/96.

Org.: LEMES, K., C. 2010.

Conforme Pereira Neto (2002), que conta a história do município de Orizona (GO), em sua obra *Orizona em Prosa e Verso*, as modificações podem ser sentidas até mesmo nas manifestações culturais e nas festividades, pois, desde a época da Capela dos Correias (surgimento do município), as cantorias animavam o povo. Rezavam-se terços (Reza típica da religião Católica, composta pelas orações: Credo, Pai-Nosso, Ave-Marias, Glória, 1º ao 5º mistério e Salve Rainha e dançavam-se alguns ritmos, tais como: catira, chique-chique, marchinha mineira, marzuca e samba). Após a missa em devoção a Nossa Senhora da Piedade, atual padroeira da cidade, conjuntos e duplas cantavam a noite inteira. Mesmo hoje, na cidade e na zona rural são comuns as tradicionais festas religiosas em louvor aos santos, mas com inúmeras mudanças estruturais.

Essas transformações ocorreram também na agricultura. A partir da década de 1980, houve uma (re)estruturação produtiva no município de Orizona (GO), até porque foram expandindo-se, caracterizando um aumento na produtividade do trabalho. O crescimento da produtividade e do rendimento das lavouras de soja e milho foi vigorado, já na década de 1990, permitindo que o município tornasse um dos maiores produtores da região sudeste de Goiás e até mesmo do próprio Estado.

Segundo Silva (2005)⁴, em seu estudo sobre a modernização da agricultura e os desafios dos pequenos produtores na comunidade Firmeza – Orizona (GO), é importante ressaltar que as atividades agrícolas possibilitaram uma (re)organização econômica do Município, instaurada pelo processo de modernização agrícola e consolidada em algumas áreas, mais especificamente no Norte e Leste do município. Com isso, ocorreram também mudanças nas relações sociais de trabalho, mesmo porque com o processo de modernização há a evolução dos aspectos, inclusive os culturais.

Assim, com a modernização da agricultura, ocorreram transformações na cidade, até mesmo porque essa passou a atender a algumas necessidades do campo, o que fez com que houvesse um estreitamento na relação cidade-campo. A cidade passou a ser centro comercial de convivência para o campo, atraindo lojas e profissionais especializados em atividades agrícolas, em virtude da inserção das grandes lavouras de soja. A ciência e a tecnologia aliada ao processo de urbanização e industrialização passaram a influir diretamente na expansão das atividades agrícolas modernas, pois a cidade passa a produzir maquinários e uma série de produtos voltados ao mercado agrícola e o campo constitui-se como o mercado consumidor.

Souza (2005), ao trabalhar o processo de modernização da agricultura na comunidade Taquaral, acrescenta que em Orizona (GO) desde a introdução da agricultura moderna, os produtores utilizam tecnologias modernas e o uso de fertilizantes, insumos, maquinários. No início desse processo esses maquinários e implementos eram trazidos das cidades de Cubatão (SP) e Uberaba (MG), mas já na década de 1990 várias empresas ligadas às atividades da agricultura moderna instalaram-se em Orizona [GO]. Entre essas, assistências técnicas especializadas, produtos agrícolas e maquinários específicos. A PLANATEC, criada em 1986, pelo engenheiro agrônomo Antonio Cândido Queiroz oferece assistência técnica ao grande produtor como: análise do solo, tipos de insumos específicos e fertilizantes a serem usados, regulação de máquinas e implementos, comercialização e destino final da produção. Além da PLANATEC, há a CARAMURU

⁴ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio, no ano de 2005.

que também armazena e comercializa a produção final dos grãos. Outras lojas comerciais surgiram para atender as demandas do campo, como é o caso da Casa do Produtor, da Mercecampo, da Companhia Agropecuária, da Adubos Moema, da Caramuru, entre outras. Além dessas, outras empresas instalaram-se nos Municípios vizinhos que também atendem à demanda dos produtores de Orizona.

É importante ressaltar que, mesmo com a expansão da modernização agrícola com o cultivo da soja no município por grandes produtores, ainda existem comunidades em que os produtores se dedicam à produção familiar, constituindo-se numa alternativa dos pequenos produtores em continuar no campo. A produção é para o auto-consumo e quando há excedentes esses são comercializados. Os baixos rendimentos possibilitam a manutenção das benfeitorias e da própria família, ou seja, a reprodução de sua situação. Esses pequenos produtores dedicam-se as atividades agrícolas básicas ao sustento da propriedade e à pecuária leiteira. Nos últimos anos esses pequenos produtores tem sido responsáveis pelo crescimento da produção e produtividade de leite, no município, sendo esse uma das maiores bacias leiteiras do Estado de Goiás, como mostra o quadro 1.

Quadro 1: Produtividade de leite em Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde.

Município	Total de Bovinos	Vacas em Lactação	Produção (l/dia)		Produtividade Média (l/dia)
			“Águas”	“Seca”	
Formosa	617	170	664	365	2,0
Goiás	1.705	406	1.967	988	2,8
Itapuranga	1.900	471	1.744	1.493	3,0
Orizona	1.298	413	2.468	2.375	5,3
Porangatu	1.640	356	1.225	412	1,9
Rio Verde	1.798	428	2.155	838	2,0

Quadro 1: Produtividade de leite em Formosa, Goiás, Itapuranga, Orizona, Porangatu e Rio Verde.

Fonte: Malha Municipal, 2007.

Org.: LEMES, K. C., 2010.

Outro fator que merece ser destacado e está entre as estratégias de permanência do pequeno produtor no espaço rural orizonense, é a criação das Associações⁵. Essas Associações cumprem um papel fundamental na (re)estruturação da agricultura familiar frente sua inserção na sociedade capitalista, uma vez que permite seu fortalecimento e reprodução social em seu território por meio da agricultura familiar.

⁵ No município de Orizona (GO) existem aproximadamente 20 associações rurais. Essas associações serão melhor discutidas no item quatro desse trabalho.

3 OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AS COMUNIDADES RURAIS EM ORIZONA (GO): considerações teórico-conceituais



“O que delimita o território são os contornos dos pontos e as marcas sobre o solo, que ordenam o meio de vida e donde se enraízam os grupos sociais.” (BONNEMAISON, 2000).

Essa seção aborda a agricultura familiar e a produção rural familiar enquanto elementos constituintes das comunidades e territórios familiares. A agricultura familiar é um segmento que foi incorporado à literatura brasileira ao final dos anos 1980 e início da década de 1990. Sua ascensão se deu, principalmente, em razão dos processos sociais e agrários que estavam em vigor na época, os quais exigiam a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuíssem para a formação de um corpo de conceitos que permitissem a análise dessa nova realidade.

O conceito de agricultura familiar tem como definição o trabalho do homem sobre a terra, mais especificamente, trabalho da família na terra. As propriedades são, dessa forma, assentadas no trabalho familiar, com a produção voltada ao abastecimento da família e ao mercado interno. É através do trabalho familiar que os pequenos agricultores constituem seu território familiar, enquanto espaço de vida onde se realizam, também, as demais dimensões necessárias à existência humana como a identidade cultural.

Assim, a proposta dessa seção é discutir os conceitos de agricultura familiar enquanto elemento formador do território familiar nas comunidades rurais de modo a assegurar a caracterização do objeto dessa pesquisa, comunidade Taquaral. A discussão é iniciada com as conceituações de agricultura familiar e produção familiar, como mostra a subseção a seguir.

3.1 Agricultura familiar e produção rural familiar no Brasil

Nessa subseção trabalha-se as conceituações de agricultura familiar e produção rural. Por meio da análise de um vasto corpo teórico, buscamos o conceito mais adequado à discussão aqui tratada através da escolha dos referenciais teóricos que permitiram uma reflexão acerca dos conceitos analisados, de modo a orientar a complexidade da essência dos fenômenos abordados.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, muito embora lhe tenha sido atribuída importância apenas nos últimos anos. Essas unidades de produção familiar têm como engrenagem o produtor familiar. São distintas da empresa rural capitalista típica exatamente por buscarem se reproduzir social e economicamente, por meio da organização e realização de sua produção, pautada no trabalho familiar.

As unidades de produção rural, que tem com base estrutural o trabalho familiar, têm sua origem histórica vinculada à história do regime colonial. Essa categoria

desenvolveu-se subordinada a uma estrutura concentrada de propriedade da terra e dos mercados no Brasil. Entretanto, mesmo com as transformações ocorridas nos processos produtivos, essas não foram eliminadas. Muito embora não tenham sido contempladas com os mesmos investimentos e atenções quanto à agricultura comercial, esses processos vivenciados, a partir dessas transformações, possibilitam reorganizações, rupturas e reprodução, bem como novas associações entre família, terra e trabalho, propiciando, também, o afloramento de heterogeneidade que permitem sua integração na sociedade contemporânea e, não menos importante, as diferenciações e diversidades que compõem esse segmento.

Sendo assim, os estudos acerca da temática da agricultura familiar e da produção rural familiar na literatura brasileira têm gerado, nos últimos anos, uma série de debates que buscam apreender e, por conseguinte, desvelar o caráter das desigualdades e especificidades regionais da ruralidade brasileira. Frente a isso cabe ressaltar a diversidade no que se refere às estratégias dessas unidades produtivas, até porque essa diversidade caracteriza-se, também, pela interdependência de uma série de fatores, como o tamanho da propriedade, o tamanho da família, o grau de mecanização, o nível técnico, a capacidade financeira, a relação com o mercado, dentre outros fatores, refletindo em inserções locais/regionais rigorosamente diferenciadas.

A incorporação das terminologias “agricultura familiar”, “explorações familiares” e “pequena produção rural familiar” na literatura brasileira, que retratam os processos sociais e agrários, surgiram aos fins dos anos de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e a indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural (MENDES, 2005).

Na literatura brasileira e mundial, principalmente as pertinentes à geografia, economia e sociologia, existem inúmeras definições e caracterizações de agricultura familiar. Lamarche (1997), ao discutir agricultura familiar em cinco países, corrobora com a caracterização de exploração familiar enquanto uma unidade de produção agrícola cuja propriedade e trabalho são intimamente ligados à família em um processo que cria interdependência entre os três fatores: propriedade, trabalho e família, no sistema de exploração agrícola com força de trabalho da família. Assim, o agricultor familiar tende a criar mecanismos de sobrevivência à medida que mantém relações socioeconômicas com os vários modos de produção que o cerca. Dessa forma, como menciona este autor, a

produção familiar possibilita ao agricultor uma lógica própria, e é, através dessa lógica, que esse consegue sobreviver de um sistema produtivo a outro.

Mendes (2001), em sua dissertação sobre a produção familiar em Catalão (GO), com foco na comunidade Coqueiro, caracteriza a agricultura familiar como sendo proprietário e produtor o qual utiliza a mão-de-obra, na maioria do tempo, dos membros da família. Dessa forma:

[...] a agricultura familiar define-se pelo trabalho do homem sobre a terra. Os pequenos proprietários/produtores são responsáveis pelas plantações que cultivam, trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, contratam trabalhadores temporários. O número de trabalhadores empregados depende do tamanho da propriedade e do produto cultivado. A organização interna dessas unidades de produção caracteriza uma economia doméstica. Em algumas pequenas propriedades assentadas no trabalho familiar, que praticam a horticultura, a floricultura e a fruticultura, principalmente na região Centro-Sul do Brasil, utilizam técnicas modernas de produção (maquinários, produtos químicos e orientação de profissionais qualificados). Mas, a situação predominante na agricultura familiar assenta-se no uso de técnicas rudimentares de cultivo. (MENDES, 2001, p.128).

Assim, a agricultura familiar pode ser caracterizada como grupos sociais que utilizam, fundamentalmente, o trabalho da família na execução dos processos produtivos. É interessante salientar que, historicamente, o desenvolvimento das unidades produtivas rurais, baseadas no trabalho familiar, encontra-se ligado a grande propriedade rural, uma vez que se desenvolveram aliadas a uma estrutura de grande concentração de terras e de mercados, muito embora as políticas agrárias e agrícolas adotadas sempre mantivessem o pequeno produtor às margens desse processo.

Com a crise do petróleo (pós década de 1950) surgiu a necessidade de maior produção de alimentos, o que resultou em investimentos e políticas de incentivo que provocaram grandes transformações na agricultura em função da necessidade de uma grande produção de alimentos. Assim, os pequenos produtores foram excluídos dessa política, resultando numa estrutura fundiária concentrada.

Diante disso, nos últimos anos, em especial na década de 1990, ocorreu aumento dos estudos acerca da agricultura familiar. Esse aumento encontra-se atribuído a uma série de fatores, tais como: problemas relacionados à grande concentração fundiária; diversidades e diferenciações regionais; modelo de organização sociopolítico e econômico,

além de segmentos governamentais comprometidos com interesses dos grandes proprietários, com interesses internacionais e com o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores que lutavam pela reconquista da terra.

A chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que “inspiraram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta de classes sociais no campo.” (SHNEIDER, 2003, p. 14-15).

Nos últimos anos, a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Shneider (2003) coloca isso bem, ao afirmar que:

[...] por certo, a agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. O que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras. (SHNEIDER, 2003, p. 22).

A partir disso, os estudos sobre a agricultura familiar buscam compreender a organização e a reprodução das unidades produtivas rurais diante das condições históricas, socioeconômicas e culturais. É importante considerar que o produtor familiar é a “engrenagem” que movimenta a agricultura familiar, pois é através dele que ocorre esse tipo de agricultura. Segundo Wanderley (1997, p. 25), “a agricultura familiar é aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção”, ou seja, a família é quem detém a propriedade e ali executa as atividades para seu sustento e manutenção das terras com os meios de produção que possuem. Medeiros (2007, p. 169) classifica que as

“unidades de produção familiar são distintas da empresa capitalista típica, pois buscam se reproduzir social e economicamente – considerando o meio físico e sócio-econômico no qual se inserem –, assim como organizar e/ou realizar sua produção por meio da força de trabalho familiar. [...] essa produção familiar (sistema de produção imediata) implica uma dinâmica que, nas últimas décadas, tem sido afetada não só

pelo retalhamento da pequena propriedade em função da sucessão hereditária, mas também pelas dificuldades resultantes das políticas públicas que dificultaram sua permanência no campo.” (MEDEIROS, 2007, p. 169).

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família, mas apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local que asseguram sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. Contudo, Wanderley (2001) considera que a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Para essa autora, a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um conceito socioeconômico próprio dessas sociedades. Essas adaptações fazem com que o agricultor passe a ser chamado de “agricultor familiar moderno”, porém não produz uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, pois é a tradição que ele possui que permite sua adaptação às novas exigências da sociedade.

Para os pesquisadores da Food and Agriculture Organization (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2006), a agricultura familiar deve considerar que a administração da propriedade rural seja feita pela própria família, que o trabalho em sua maioria seja desempenhado por seus membros e que os fatores de produção sejam próprios da família. Corroborando com a ideia central da FAO e do INCRA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) considera a agricultura familiar uma forma de produção em que núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados pela família.

Ressalta, ainda, que esse segmento trata de agricultores que diversificam a produção para garantir a renda. Incorporam novas alternativas de produção, principalmente as agroecológicas, atendendo as demandas da população. Mas há de se considerar que, com o processo de modernização da agricultura, as formas de agricultura tradicional sofreram muitas transformações. Uma vez que a dinâmica da produção familiar tem sido afetada, nas últimas décadas, principalmente pelas dificuldades resultantes das políticas públicas que dificultaram sua permanência no campo. Assim, alguns programas foram criados nesse sentido.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) foi um programa criado para apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, com objetivo de fortalecer esses segmentos enquanto geradores de postos de trabalho e renda. Esse programa tem como base de desenvolvimento três eixos cuja abrangência é ampla. São eles: a política agrícola (crédito, preços e tributações); a oferta de serviços de apoio

(pesquisa, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária) e o apoio à formação de infraestrutura física e social nos municípios. Esse programa se direciona a chamada agricultura familiar de transição. Assim, “o PRONAF não é um programa de assistência social, mas um conjunto de mecanismos destinados a remover os obstáculos que impedem o acesso dos agricultores familiares ao mercado.” (FAO/INCRA, 1994, p. 40).

A FAO, ao tratar a agricultura familiar, considera três categorias partindo, principalmente, da renda. Uma delas é justamente aquela a que se refere o PRONAF, ou seja, a agricultura pode ser classificada em: a) familiar consolidada, integrada ao mercado: que dispõe de mecanismos de comercialização agrícola regular que garantem a reprodução econômica da família; b) familiar de transição: que se encontra numa situação mais fragilizada em relação ao mercado, com uma renda familiar desequilibrada que muitas vezes leva ao abandono das atividades; e c) familiar de subsistência ou periférica: que engloba os sem-terra, que produzem para o autoconsumo com venda de mão de obra sazonal. (BROZE, 2001, p. 172).

Desse modo, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura FAO e o INCRA definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. Tedesco (2001, p. 11) ressalta que alguns elementos da generalidade do conceito conferem atributos comuns, assim, a família é a “proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestações de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família.”

Apesar da diversidade de definições, o caráter de produção rural, estruturada no trabalho familiar, é o que se apresenta de comum entre tais definições. Assim, quando é utilizado o termo unidade de produção procura-se enfatizar a diversidade de situações que envolvem essas explorações. Essas unidades de produção se definem ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. A análise de sua capacidade de reprodução deve considerar essa relação. Em Lamarche (1993, p. 18) isso fica claro quando o autor coloca que “o enfoque tipológico, no sentido clássico do termo, constitui, portanto, um elemento de análise essencial da exploração agrícola”.

Assim como há essa diversidade de conceitos, vários são os estudos nos diversos campos do conhecimento, tais como da Sociologia, da Economia, da Antropologia e, é claro, da Geografia que têm ressaltado a importância econômica, cultural e política da agricultura familiar não só no Brasil como também no mundo. Alguns estudos como os de

Mendras (1978), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (2000) e Mendes (2005) ressaltam a importância da agricultura familiar na produção dos gêneros alimentícios básicos, que garantem a subsistência e a reprodução da própria família e, também, são responsáveis por abastecer os mercados populares a preços mais acessíveis, além de contribuir na geração de emprego e de renda no meio rural. Além dessa especificidade econômica, os agricultores familiares guardam aspectos culturais que lhes são próprios, repassados de gerações em gerações, fazendo com que essas unidades produtivas sejam territórios de vida e de reprodução da família.

Estudos como os de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993) trouxeram a produção familiar como uma forma social reconhecida e legitimada nas economias desenvolvidas, constituindo-se enquanto reflexo do próprio processo de modernização. Nessas economias, a estrutura agrária apresenta um peso significativo para as unidades de explorações rurais assentadas no trabalho da família. Essas reflexões levantadas por tais estudiosos refletiram de um modo geral, na produção de outros conceitos e ideias, como as atividades não agrícolas e a pluriatividade, trabalhadas por Veiga (1991, 1995), Alentejano (1997), Tedesco (2001) e Schneider (1999, 2003).

Essa discussão, na concepção de Schneider (2003), assenta-se no fato de o crescimento das atividades não agrícolas na economia brasileira encontrar-se relacionado com as alterações nos mercados de trabalhos rurais, sugerindo os novos modos de ocupação da força de trabalho. A pluriatividade, desse modo, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Para o referido autor, esse fenômeno pode ser observado com maior intensidade entre os “agricultores familiares”, justificando a importância do estudo dessas novas configurações. E isso:

[...] implica descobrir por que razão algumas famílias que são proprietárias de um pequeno pedaço de terra e trabalham na produção agropecuária, ligadas entre si por laços de parentesco e de consanguinidade, passam a estimular os seus membros a buscar empregos e ocupações não-agrícolas, oferecidas por setores como a indústria da transformação, da construção e da prestação de serviço de toda ordem. (SCHNEIDER, 2003, p. 231).

Em Schneider (2003) há a preocupação em demonstrar que a pluriatividade não é um fenômeno marginal ou transitório, confinado a determinadas situações particulares, da mesma maneira que não representa um processo com tendência à generalização das atividades não-agrícolas para todos os grotões rurais do País. A proposta apresentada pelo

autor é a de examinar as relações da agricultura familiar com a emergência e a consolidação dessas atividades não-agrícolas no espaço rural e a formação de unidades produtivas crescentemente identificadas com a pluriatividade das famílias rurais.

Embora a agricultura guarde um lugar de destaque no espaço rural, é errôneo imaginar que ela própria não tenha sido modificada ao longo dessa trajetória. Em vários países, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural é condicionada e determinada por outras atividades ali praticadas, sendo essa prática percebida como um dos agentes das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço. E, para Schneider (2003, p. 23), “essa revisão inicia-se com a retomada do debate brasileiro, cujo objetivo é tentar desvendar os motivos que justificam a ausência dessa temática entre as discussões das Ciências Sociais brasileiras, até, pelo menos, a década de 1990”.

Assim como coloca Schneider (2003), uma revisão abrangente e detalhada da literatura marxista acerca da agricultura familiar certamente não é tarefa simples em razão de sua complexidade e magnitude. Tal autor buscou se apoiar em outros trabalhos acadêmicos. E, considera, a partir dessas reflexões levantadas, que embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, ela tem revelado capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que vem garantindo sua reprodução social.

Nesse caso tratar-se-ia da pluriatividade. É a partir da perspectiva da agricultura familiar, por meio da pluriatividade que se haveria de compreender e explicar se o recurso crescente à diversificação no espaço rural é uma característica estrutural dessas unidades ou, então, trataria de uma estratégia de reprodução frente a um determinado contexto ou a um conjunto de oportunidades. No Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização da noção agricultura familiar, bem como de pluriatividade. Talvez ainda haja pouca clareza analítica ou consenso em relação ao objeto que se pretende caracterizar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando se utilizam essas noções.

Por se tratarem de noções recentes, essa divergência conceitual não deve surpreender. No entanto, ao observar que essas noções referem-se aos mesmos grupos sociais que a Sociologia e as demais Ciências Sociais brasileiras vêm estudando desde os anos da década de 1950, pode-se perceber seu curso histórico e indagar se tais noções vêm em substituição a outros conceitos e ideias que marcaram a produção científica das últimas décadas, como o campesinato ou a pequena produção.

Frente a isso cabe ressaltar, ainda, a diversidade no que se refere às estratégias dessas unidades produtivas. Tal fenômeno caracteriza-se, também, pela interdependência

de uma série de fatores, como o tamanho da propriedade, da família, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, relação com o mercado, entre outros, refletindo em inserções locais/regionais rigorosamente diferenciadas. (MENDES, 2005).

Desse modo, como afirma Wanderley (2001), a agricultura familiar, frente às transformações que vem sofrendo nos últimos anos, passa a ter necessidade de garantir a construção de um território familiar, em que seja seu lugar de vida e de trabalho, assegurando para as gerações futuras a memória da família. Nesse mesmo sentido, Fernandes (2006), por meio de suas reflexões sobre os territórios camponeses, afirma que o significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Para o referido autor:

[...] pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras de políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. A economia não é uma totalidade, ela é uma dimensão do território. (FERNANDES, 2006, p. 28-29).

Partindo dessas premissas pode-se considerar que são nas dimensões territoriais que acontecem todas as relações sociais como, por exemplo, a educação, cultura, produção, infraestrutura, organização política, mercado dentre outros. Essas relações ocorrem sempre de forma interativa e complementar. O que faz com que o território dos produtores rurais não seja percebido apenas como um local onde esse determinado segmento habita, mas como território cultural com uma parcela de identidade, advinda a partir das relações afetivas com o espaço. O território é, portanto, onde se vivencia essas relações.

3.2 As comunidades rurais e a formação dos territórios

Nessa subseção é abordado o processo de formação das comunidades rurais bem como na caracterização do território, espaço onde ocorrem essas formações. A partir da colocação dos princípios que envolvem tal processo, busca-se uma análise do papel exercido pelo território nesse segmento de modo a evidenciar a importância do território para a constituição da comunidade rural e das relações nessa estabelecidas.

A comunidade é uma integração fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento do homem, uma vez que tende a promover a consciência em relação aos outros, desenvolvendo-se e operando em concomitância com a consciência individualista. Essa sempre funcionou como construção de uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, “um lugar de encontro”, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individualizações cotidianas, pois é um local de multissignificados e funções, um espaço do jogo de trocas que, através de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, enfim, um espaço cultural e social, mais do que econômico, que cristaliza uma cotidianidade do agricultor familiar e do meio rural. (SCHNEIDER, 1994).

Nos dizeres de Comerford (2005), comunidade é um termo amplamente utilizado no que se refere ao universo rural. É de uso comum no cotidiano de moradores de muitas localidades rurais, bem como de agências que atuam diretamente com a população rural (tais como igrejas, Organizações Não-Governamentais, órgãos dos governos municipais, estaduais e/ou federais, sindicatos, movimentos). É presente nos debates e escritos acadêmicos que tratam as questões rurais. Para o autor, quando se fala em comunidade rural,

[...] trata-se de indicar um grupo concreto delimitado, em termos territoriais e em termos de sua atividade, mas ao mesmo tempo essa expressão sugere que tal grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso. (COMERFORD, 2005, p. 112).

Desse modo, o sentimento de pertencimento ao território é o que determina a formação da comunidade. O dirigir um trator ou o trabalhar em outros serviços braçais caracterizam-se como a representação que se funde no sentido de pertencimento a terra, e vai além das questões de trabalho, sendo práticas que transcendem a temporalidade e são incentivadas como alternativas de ligação com a roça (o labor na lida com as atividades campais).

A unidade familiar organiza a produção e a sociabilidade interna e externa ao

redor do grupo doméstico e de convivência, como trabalhadora e proprietária, fundada em âmbitos valorativos e tradicionais na sua dinâmica com o social, portanto ela absorve, enfrenta, dinamiza, rompe e redefine processos presentes na sociedade envolvente. Dessa forma, conforme exposto por Tedesco (1999), a diversidade de relações construídas e constituídas no vivido no âmbito da agricultura familiar, baseia-se nas relações com o território e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo funcional entre família e seu entorno sociocultural.

O trabalho é visto como relação familiar. A “lida na roça” é feita por toda família e, a partir disso, são construídos vínculos de pertencimento com a propriedade e com a comunidade rural a qual se está inserido. A própria produção segue essa relação. Estar com o paiol cheio possui um significado além do econômico e simbólico, significa segurança alimentar, tanto para animais quanto para família.

Desse modo, a análise do parentesco é de suma importância no que tange a construção de suas identidades. A proposta apresentada por Woortmann (1995) no livro “Herdeiros, parentes e compadres” é privilegiar as relações que interligam os grupos familiares, pois a compreensão de seus valores possibilita entender esse processo de reprodução familiar, perpassado de geração a geração, através das relações de parentesco.

Da mesma maneira que o trabalho, o casamento também é visto como base de pertencimento ao vínculo familiar. Como destaca Woortmann (1995), o casamento não é visto apenas como uma maneira de assegurar a reprodução social. O objetivo maior é preservar o patrimônio, representado pela terra, tal objetivo, segundo a autora, norteia as regras de escolha dos cônjuges. Os sujeitos, geralmente, realizam, muitas vezes por escolha própria, o casamento que melhor reproduz o grupo. O casamento é visto como uma conjunção de interesses que levam em consideração os bens envolvidos. O vínculo com a terra possibilita uma relação mútua com o território ao qual se está inserido. O território é onde se mantém essa relação, exatamente por ser o abrigo de todos esses sentimentos.

Assim, o território, por sua vez, tem múltiplos significados e interpretações. Essas noções do termo são direcionadas a partir da diversidade e ambiguidade provenientes das várias áreas do saber, ligadas às ciências humanas. Assim, em visão genérica, o território pode ser entendido como uma área da terra ou a extensão geográfica de um município, estado ou país.

O conceito de território assume um lugar de destaque nas pesquisas das Ciências Humanas por se tratar da ocupação humana do espaço e da forma como o homem se relaciona com a natureza, ou seja, das relações sociais no espaço. Nos últimos anos, alguns autores têm orientado seus estudos em torno desse conceito, tais como: Cândido

(1999), Deleuze e Guattari (1993), Fernandes (2006), Haesbaert (2002, 2004), Heidrich (2004), Rafesttin (1980), Santos (2005), Saquet (2003, 2006), Spósito (2004), Souza (1995) dentre outros. Embora esse seja um conceito de preocupação da Geografia, essa tem sido também, objeto de preocupação de outras ciências, a exemplo da Antropologia, da Ciência Política, da Economia e da Psicologia. Cada um desses campos do saber tem se encarregado de atribuir definições, a esse conceito, de acordo com seu objeto de investigação.

Haesbaert (2004), em seus escritos sobre a questão da Des-territorialização e identidade no nordeste gaúcho, coloca os principais objetivos que contornam as definições nessas áreas do saber. Na Ciência Política o território é entendido a partir das relações de poder, na maioria das vezes, o poder do Estado. Para a Economia, o território é entendido como um fator locacional ou como base de produção. Na Antropologia, o território é uma dimensão simbólica e direciona o seu estudo na análise de sociedades tradicionais. E, para a Psicologia, o território incorpora a noção no campo da subjetividade ou da identidade pessoal, trazendo-o até a escala do indivíduo. Segundo o autor, na Geografia, o território deve ser analisado a partir de sua materialidade, em suas múltiplas dimensões (política, cultural e econômica). Compreendendo o território assim, inclui-se de forma completa a interação sociedade e natureza.

Desse modo, corroboramos com os pressupostos explanados por Haesbaert (2006), quando aponta o território como produto da apropriação de uma porção do espaço por algum grupo social, que estabelece nesse, relações políticas de controle e/ou relações afetivas, de identidade, de pertencimento. Constitui-se em um espaço de referência para a construção de identidades. Assim, pensar o território como apropriação simbólico-cultural dos espaços pelos grupos humanos, permite analisar as territorialidades, possibilitando, dessa forma, chegar à análise do lugar para compreender o singular.

A partir desta relação com o território, os indivíduos constroem suas identidades com afetividades e políticas próprias. Essas identidades, emergentes dessa relação, denotam as características singulares de cada grupo social. Destarte, conforme menciona Saquet (2006), ao tratar algumas considerações teóricas metodológicas do território:

[...] a abordagem territorial constitui-se num *caminho* fundamental para a compreensão do movimento, de contradições e da heterogeneidade, e, pode subsidiar a elaboração de projetos de desenvolvimento com vista a uma sociedade mais justa. [...] isto nos remete a pensar sobre os elementos da renovação da geografia, principalmente, no que se refere ao

que estamos denominando de abordagem territorial, como *um dos caminhos* que permite a compreensão coerente do rural e do urbano e de suas relações ou tramas territoriais. (SAQUET, 2006, p. 60-61, grifos do autor).

Essa noção encontra-se respaldada em Saquet (2007) quando declara que o território envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente, compreendendo os ambientes naturais e construídos em *sistema*. Para o autor, o território aparece como ligação ao chão, um processo de enraizamento, anexação e fixação. Assim o território é condição de processos de desenvolvimento, é natureza e sociedade, manifestando de forma específica em diferentes lugares.

Medeiros (2009), ao discutir território, espaço e identidade, corrobora com a ideia de que o território é um espaço de identidade ou um espaço de identificação, que tem como base o sentimento. O território pode ser imaginário ou mesmo sonhado, desde que seja construído a partir dessa relação. Concordando com esses mesmos preceitos, Bonnemaïson (2000) aponta que o território possui significado biológico, econômico, social e político, mas, sobretudo, esse se torna um lugar de mediação entre os homens e sua cultura. O autor completa que:

[...] o território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos. (BONNEMAISON, 2000, p. 128).

Nesse mesmo caminho teórico, Spósito (2004), na tentativa de compreender as inúmeras correntes de pensamento sobre o território, afirma que, na Geografia, há diversas concepções de território que permitem conhecê-lo a partir de várias determinantes (política, econômica e cultural) e em sua dimensão histórica. A primeira delas é a naturalista, na qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou a uma nação, o qual deve lutar para conquistar ou proteger.

Uma segunda concepção, trabalhada por Spósito (2004), diz respeito à territorialidade e à sua apreensão. Trata-se de uma abordagem voltada para o indivíduo, seu espaço de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. Na verdade, são relações que o indivíduo estabelece dentro e fora do seu lugar de vivência, conforme apontou Saquet (2003), Haesbaert (2004) e Heidrich (2004). A terceira concepção apresentada por Spósito (2004) refere-se ao entendimento de quando o

território é confundido com o espaço. A quarta e última abordagem identificada por Spósito (2004) é definida a partir das transformações que a sociedade impõe à natureza na luta pela sobrevivência.

Já Raffestin (1993) menciona que a formação de um território implica comunicação, a partir da qual um autor informa aos outros suas intenções e o espaço que ele ocupa. O ato de informar aos outros evidencia a manifestação de poder. Caso haja aceitação por parte dos outros, o território passa a existir. Nesse raciocínio, o território pode ser visto como um espaço definido e delimitado de relações de poder e a partir delas, também. Sob a ótica de Santos e Silveira (2003, p. 19), o território “é um nome político para o espaço de um país”. Para esses autores o território não existe sem antes haver a apropriação concreta e/ou simbolicamente de uma área de terra, bem como de informar aos outros seus limites, suas fronteiras.

Santos (2005) define território como formas abstratas. O território usado são objetos e sistemas de ações que, através de suas formas híbridas, indicam como, por que, por quem e para que o território é usado. O território usado é formado por lugares contíguos e por lugares em rede. Ou seja, o autor parte da compreensão de território usado e, na medida em que vai sendo usado, torna-se social. Assim, juntamente com o conceito de território, o autor sugere a compreensão de conceitos como periodização, empirização e rugosidades. Em Santos (1999), a configuração territorial não é o espaço. Chega-se ao território a partir da materialidade do espaço. A existência de um território se dá pelas relações sociais, sendo esse cada vez mais o resultado de uma produção histórica, tendendo a uma natureza inteiramente humanizada.

Sobre território, Fernandes (2006, p. 29) o entende como “espaço geográfico e político, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento.” Ressalta, ainda, que essa definição de território é nova e não é encontrada em manuais de Geografia Tradicional. Assim é importante esclarecer que território é espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é território. Segundo o autor é importante lembrar que território não é apenas espaço geográfico, mas também pode ser espaço político. Os espaços políticos diferem dos espaços geográficos em forma e conteúdo. Os espaços políticos necessariamente, não possuem área, somente dimensões (FERNANDES, 2006).

Raffestin (1980) analisa questões inerentes ao poder exercido sobre o espaço. Na ótica desse autor, o território é compreendido como algo construído a partir do espaço, mas não é o espaço, pois este é anterior a qualquer ação. Nesse sentido, o território pode ser entendido a partir do:

[...] espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. (RAFESTTIN, 1980, p. 144).

Souza (1995) concorda com Rafesttin (1980), embora em outra perspectiva epistemológica, no tocante a que o território é definido e delimitado por e a partir das relações de poder, mas tece críticas afirmando que a análise, apenas do ponto de vista da ação do Estado, não é suficiente, pois os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas sociais, espaciais e temporais. Assim, Souza (1995) afirma que para haver território é preciso haver sociedade, tendo em vista que os territórios são caracterizados pelas relações sociais projetadas no espaço. A partir dessa visão trabalha a territorialidade como certo tipo de interação entre homem e espaço.

Deleuze e Guattari (1993) que trabalham o território no campo da subjetividade, consideram o território como um sistema de fluxos, redes, conexões e poder. Explicitam a ideia de território a partir da desterritorialização. Segundo eles, a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, mas, em meio a esse processo, há sempre uma reterritorialização, podendo ser de alguma forma negativa ou positiva, ora, pois, ninguém fica destituído de território.

Segundo Haesbaert (2002), o território é compreendido como um espaço concreto dominado, instrumento de controle e exploração. Esse autor também entende o espaço diferentemente apropriado, através do qual se produzem símbolos, identidades, ou seja, uma multiplicidade de significados que operam com funções estratégicas. Essas funções estratégicas podem variar conforme o contexto em que são construídas. Em Haesbaert (2004) é reforçada a ideia de movimento do território a partir da des-reterritorialização. O autor refuta as teses pós-modernistas que apontam questões como a mobilidade espacial e o avanço da ciência, da informação e dos meios de transportes como fim do território. Apoiando-se, principalmente, na obra de Deleuze e Guattari (1993), compreende-se que não há o fim dos territórios, mas, sim, uma multiterritorialidade, pois, a partir de uma desterritorialização, há sempre uma reterritorialização.

Assim, Haesbaert (2004) considera o discurso da desterritorialização um mito, pois toda existência humana se dá através do território. O autor apresenta outras categorias de análise como território precário para análise de processos de segregação, de separação (reclusão territorial), que, como todo processo de des-territorialização, sempre é dialético. Sugere, também, o termo “exclusão” territorial, quando se refere a uma “exclusão às

avessas”, no sentido não de grupos diretamente “excluídos” do território, mas, indiretamente, através de territórios parciais ou da não ocupação ou da não circulação humana.

Outro autor a ser destacado é Heidrich (2004). Para esse autor, o território é entendido pelo desenvolvimento de territorialidades. Nessa linha de pensamento, coloca ainda que o território é, antes de tudo, uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. A apropriação do território ocorre sobre os meios mais imediatos e diretos para a sobrevivência.

De acordo com as ideias de Rafettin (1980), Souza (1995), Hesbaert (2002, 2004), Saquet (2003, 2006), Spósito (2004), Heidrich (2004), Cândido (1999), Santos (2005) e Fernandes (2006), concordamos com o conceito de território enquanto resultado do processo de territorialização no espaço geográfico, sendo que o homem, vivendo em sociedade e relacionando com a natureza, territorializa-se através de suas atividades cotidianas no campo ou na cidade. Assim, o território é compreendido, aqui, através dos aspectos culturais, econômicos e políticos.

Assim, pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. Contudo, as relações não se desenvolvem num vácuo, mas sim, nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios e, dessa forma, o território, para os agricultores familiares, constitui-se em um lugar de vida, onde vivendo em sociedade, constroem suas identidades, lutam pela sobrevivência e estão em conflito diário pela defesa de seu território.

Consideramos, também, as territorialidades, que são as relações diárias com o mercado, com a Igreja, com a escola e outros. Nesse sentido, para construir uma discussão coerente sobre a agricultura familiar e sobre o processo de territorialização na comunidade pesquisada (comunidade Taquaral – Orizona (GO)), é necessário articular as várias discussões acerca de tal conceito com o apreendido na comunidade da pesquisa para, então, orientar a discussão subsequente. É necessário, também, vislumbrar os artifícios utilizados pelos membros dessa comunidade para permanecerem em suas propriedades. Uma das estratégias utilizadas tem sido a produção em grupos, através das Associações, como destacamos a seguir.

3.3 Produção familiar e o associativismo

O associativismo, nas suas múltiplas expressões, constitui uma poderosa realidade social e cultural. Para, além disso, é através do exercício do direito de associação por muitos cidadãos que são asseguradas formas de participação cívica da maior relevância. Assim, a prática associativa assenta na vontade dos indivíduos, sendo uma emergência social que não pode ser lida fora do seu contexto, a sociedade em que vivemos, exatamente por se tratar de um organismo que expressa o trabalho coletivo em função de um determinado grupo social. O associativismo requer aprendizagem, treino e interiorização de uma postura de partilha, sendo também entendido como uma questão cultural.

Segundo Cesário (2001) “o Associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constituiu um importante meio de exercer a cidadania”. A importância e o valor do associativismo decorrem do fato de constituir uma criação e realização viva e independente, uma expressão da ação social das populações nas mais variadas áreas.

Cesário (2001) em sua obra diz que o associativismo é expressão e exercício de liberdade e exemplo de vida democrática. De acordo com o autor é uma escola de vida coletiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência, de humanismo e de cidadania. Concilia valor coletivo e individual. Assim, o movimento associativo é um produto social, pois se transforma com a evolução social, acompanha e participa ativamente nessa transformação. Realiza-se tanto mais profundamente quanto mais tenha claros os objetivos da sua intervenção, o seu projeto próprio e o projeto de sociedade para que está orientado o conteúdo fundamental da sua ação.

O associativismo é um direito garantido pela Constituição da República que diz no seu artigo 20 que “toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica”. A Associação sem fins lucrativos não é uma empresa, pois tem como finalidade prestar um serviço, resolver problemas sociais, desenvolver potencialidades, valorizar os seus associados, reinvestir socialmente eventuais receitas e proveitos realizados em prol de todos os associados e da população. Assim, “uma associação forma-se por decisão voluntária no sentido dos objetivos que lhes satisfaçam as necessidades” (Elo Associativo nº. 17, 2001, p. 16). Nela cada associado tem um voto, uma vez que é uma emanção da vontade da maioria que proporciona benefícios sociais aos seus associados.

Pires (1987) afirma que a Associação trata-se de um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns, pois se constitui enquanto entidades com personalidade jurídica e com objetivo de obter auxílios que fundamentem a

cooperação para a produção de um bem comum ao grupo associado. Essas entidades contam com estatutos e regimentos internos que auxiliam em sua gestão organizacional.

Os estatutos fixam os grandes objetivos, enquanto os regimentos assinalam regras de comportamento dos associados entre si e de gestão para melhor se atingirem os objetivos propostos. Toda a gestão é orientada para a organização de atividades que conduzem à satisfação das necessidades expressas pelos associados desde a fundação da associação.

O associativismo, segundo o Guia para o Associativismo (2001, p. 5), rege-se por três princípios: “De Liberdade, com a adesão a uma associação é livre, tal como é livre a saída do movimento associativo; de Democracia, pois o funcionamento de uma associação baseia-se na equidade entre os seus membros, traduzida na expressão “um associado, um voto” e de Solidariedade, já que as Associações resultam sempre de uma congregação de esforços”.

Assim, através desse sistema associativo é possível exercer atividades que beneficiem um grupo de pessoas. Na agricultura tem sido comum a utilização desse recurso por pequenos produtores como forma de reprodução social. A produção associativa permite aos associados permanecer em suas propriedades realizando as atividades que rotineiramente desenvolvem além de contar com uma produção de algum cultivo essencial a manutenção de sua propriedade. Normalmente essas propriedades contam com a agricultura, com produção de hortaliças, feijão, milho e cana-de-açúcar para tratar dos animais criados para a pecuária leiteira e também para o consumo da família. Todas essas atividades são desenvolvidas na propriedade que, por vezes, não comporta a realização dessas. Desse modo, a produção associativa tem sido uma saída porque permite a junção de vários pequenos produtores para cultivarem um produto comum à utilização das propriedades de modo a não sobrecarregar as propriedades com tantos cultivos.

Assim sendo, é através desse sistema de associativismo que os pequenos produtores do município de Orizona (GO) têm conseguido resistir às transformações geradas a partir da inserção da modernização nas atividades agrícolas. Por meio das Associações, as comunidades têm buscado resistência como um modo de continuidade do seu modo de vida. A agricultura familiar tem sido o sustentáculo nesse sentido.

3.4 As comunidades no município de Orizona (GO): o papel da agricultura familiar

Em Orizona, o surgimento das comunidades rurais, segundo Pereira Neto (1970), ocorreu por meio da produção familiar e por um forte vínculo religioso, uma vez que se desenvolveram a partir da construção da igreja católica.

Para colocar a formação das comunidades desse município, é necessário, antes, apontar o processo de ocupação do município de Orizona cujo início se deu por volta de 1830, quando fazendeiros do Triângulo Mineiro começaram a exercer influência no Sul e Sudeste Goiano. Nesse período, posseiros e exploradores vindos de Minas Gerais a procura de terras férteis para o cultivo agrícola, a caminho para o Bonfim, hoje atual cidade de Silvânia, tomaram conhecimento de uma grande extensão de terras desabitadas na localidade do Município. O primeiro morador das terras deste município foi o mineiro José Pereira Cardoso. Segundo o Se Liga⁶ (2001),

[...] o desbravador José Pereira Cardoso, interessado pelo local, tomou posse de 12 mil alqueires goianos de terras. [...] Construiu seu rancho na região conhecida como mata de Orizona e trouxe amigos e parentes para as terras vizinhas. Em 1850, na fazenda de Fulgêncio Correia Peres, surgia o primeiro povoado de Capela dos Correias. Nasce assim a cidade Orizona. (SE LIGA, 2001, p.06).

No ano de 1850, o fazendeiro Fulgêncio Correia Peres comprou um terreno situado à margem direita do ribeirão Santa Bárbara, onde construiu uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, hoje padroeira de Orizona. Com a construção da capela, algumas famílias foram morar nas proximidades, dando início a um pequeno arraial. Mais tarde, com um fluxo maior de pessoas, essa aglomeração dá origem ao primeiro povoado, que recebeu o nome de Capela dos Correias. (SOUZA, 2005).

Em 1890, o Povoado Capela dos Correias tornou-se Distrito do município de Santa Cruz de Goiás. No ano de 1906, com a ajuda dos pioneiros José Pereira Cardoso e Joaquim Fernandes de Castro, o Distrito foi emancipado, passando a ser denominado Campo Formoso, nome escolhido pela família dos Correias Peres em virtude da beleza dos campos da região.

Nos anos de 1937 a 1945, durante o governo de Getúlio Vargas, havia no Brasil um Decreto-lei que não permitia cidades com nomes repetidos. E como no Estado da Bahia existia outro município com o nome de Campo Formoso, a denominada região de Campo Formoso em Goiás precisou mudar sua nomenclatura. (SE LIGA, 2001).

⁶ Projeto realizado na cidade de Orizona (GO) através do programa Governo Itinerante, no ano de 2001, pelo governo de Goiás. O projeto teve por objetivo destacar as potencialidades do Município assim como desenvolver técnicas e medidas de uso sustentável dessas potencialidades.

Segundo Pereira Neto (1970), o fato de duas cidades terem o mesmo nome acabava gerando confusão, pois várias encomendas que eram encaminhadas para a Bahia se extraviavam para a cidade de Campo Formoso em Goiás e vice-versa, justificando a necessidade da mudança de nome de uma dessas cidades.

Como a cidade de Campo Formoso, na Bahia, era mais antiga, a Prefeitura da recém criada cidade em Goiás, teve um prazo de 180 dias para trocar de nome. Pecuaristas, comerciantes e agricultores de todo o município selecionaram nomes em um concurso para escolher o novo nome da cidade. Foram selecionados os seguintes nomes: Caruaba, Coema, Manhana, Potira, Jubara e Orizona, sendo o último o vencedor do concurso. (LEMES, 2007) ⁷.

O nome Orizona foi sugerido pelo Dr. Rafael Leme Franca (o médico da cidade na época), que juntou os vocábulos gregos “Oriza” (que quer dizer arroz) e latino “zona” (que em termos gerais significa região). Na ocasião, o nome foi sugerido em virtude do município se destacar no cenário estadual pela produção desse cereal, sendo o maior produtor de arroz de Goiás. Somente em 1943, através do decreto-lei 8.305 de outubro de 1943 que o município passou a denominar-se Orizona.

É importante ressaltar que o processo de ocupação do município de Orizona, foi marcado por um processo natural de espoliação hereditária, onde as terras eram divididas ao longo de gerações entre familiares. Hoje o município abriga uma grande quantidade de pequenos produtores em seu território. (SE LIGA, 2001).

A produção rural do Município é diversificada, destacando-se arroz, feijão, mandioca, soja, milho, café, tomate, cana-de-açúcar, cachaça, gado bovino (leite e corte) dentre outros, como se pode observar através do gráfico 2. Orizona ainda possui algumas pequenas indústrias como a Oderich Conservas e Enlatados Ltda, que embala e comercializa produtos como milho, ervilha, tomate, palmito, cenoura e diversas conservas além de compotas doces. Além dessa, há também, a Valeza que é uma indústria de produtos derivados do leite como iogurtes, queijos e outros derivados. Essa empresa comercializa os produtos no estado de Goiás e para outros Estados como São Paulo e Minas Gerais.

⁷ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio, no ano de 2007.

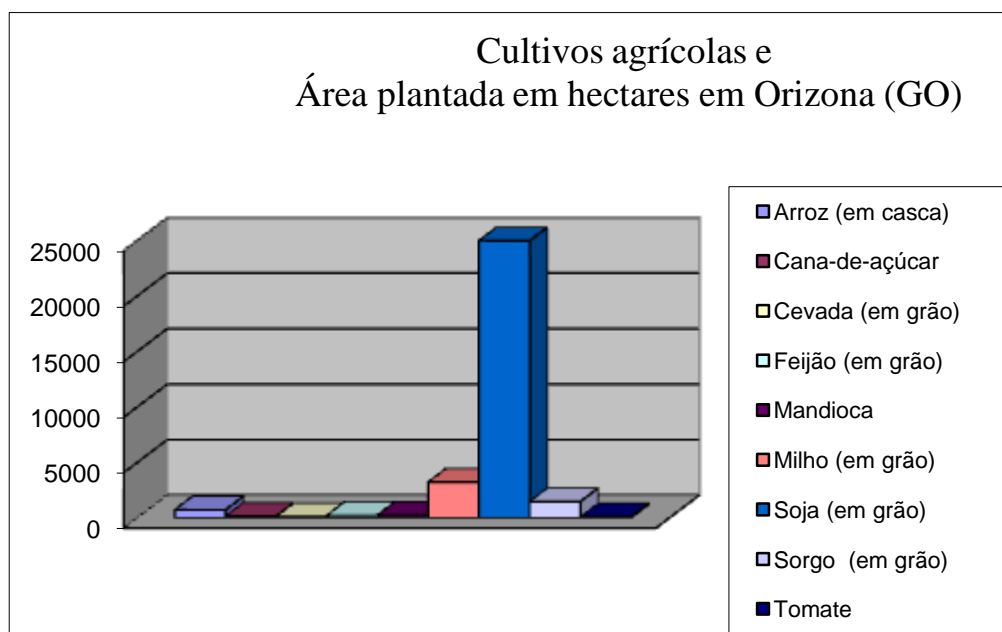


Gráfico 2: Cultivos agrícolas e área plantada em hectares em Orizona (GO).

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2005.

Org.: LEMES, K., C. 2010.

Outro fator que chama atenção é a quantidade de comunidades existentes no município de Orizona. No total somam-se cinco: Cachoeira, Corumbajuba, Buritizinho, Montes Claros, e Taquaral e um Distrito, Ubatã, como já fora colocado na subseção 3.4 dessa pesquisa e pode ser apreciado no quadro 2. Como a comunidade em estudo é Taquaral apresentaremos o processo de formação dessa comunidade de maneira mais detalhada na seção quatro. Na subseção a seguir apresentam-se as comunidades orizonenses, sob os aspectos culturais, econômicos e organizacionais.

COMUNIDADE	Nº HABITANTES	Nº SEDES/ PROPRIEDADES	DISTÂNCIA ORIZONA
CACHOEIRA	139	68	27KM

MONTES CLAROS	130	51	30KM
CORUMBAJUBA	160	75	35KM
BURITIZINHO	700	180	40KM
DISTRITO DE UBATÃ	500	156	12KM
TAQUARAL	240	87	9KM

Quadro2: Comunidades e Distrito do município de Orizona (GO).

Fonte: PEREIRA NETO, 2008.

Org.: LEMES, K. C. 2010.

3.4.1 Comunidade Cachoeira

Quando o capitão José Pereira Cardoso (desbravador de Orizona) morreu, o povoado de Capela dos Correias já esboçava o movimento de sua emancipação política. Contudo, havia a necessidade, por parte de alguns moradores da margem direita do rio Piracanjuba, de fundar um arraial que atendesse aos moradores desse espaço haja vista que a Capela dos Correias ficava distante.

Na fazenda Cachoeira havia um cidadão de nome Manoel Gonçalves Pereira, que tomou conhecimento do anseio de moradores em criar um arraial nas proximidades da mata do rio Piracanjuba. Foi então que em 1925, convocou vários homens de influência e moradores das redondezas para uma reunião cuja pauta era a criação de um arraial. Nesta reunião ficou acertado que Manoel Gonçalves Pereira doaria um terreno para a construção de uma igreja, cujo padroeiro seria Arcanjo São Miguel, santo de devoção de sua família.

No dia 29 de setembro de 1925, foi levantado um cruzeiro como pedra fundamental da comunidade. Um ano depois a igreja estava construída. Nesse período já havia várias famílias aos arredores da mesma, consolidando a existência dessa comunidade, que mais tarde passou a se chamar Cachoeira, nome da fazenda do doador do terreno para a construção da igreja.

A comunidade Cachoeira fica situada na Rodovia GO-019 distante 27km de Orizona. Há indícios que nessa localidade havia panificadoras, lojas e farmácias. Hoje possui poucas casas, uma escola, posto de saúde, campo de futebol, uma igreja católica, uma quadra de esporte e um salão comunitário.

Em 2002 foi realizada uma pesquisa na qual constataram que a maior parte da comunidade é formada por católicos e devotos de São Miguel Arcanjo (padroeiro da

comunidade), cerca de oitenta por cento. A festa em homenagem e devoção ao santo é o evento mais esperado pelos moradores do local e das comunidades vizinhas, até porque é um dos poucos eventos de lazer. (TERRA GOIANA⁸, 2008).

Atualmente a população dessa comunidade é de aproximadamente 139 pessoas. Na educação o Colégio São Miguel Arcanjo oferece ensino fundamental e médio em instância municipal. O lazer se divide em futebol, voleibol, cavalgadas e piqueniques nas belas cachoeiras dos ribeirões da região, tornando-se destaque na paisagem turística do município, sendo frequentado por pessoas da cidade de Orizona (GO) e das comunidades vizinhas.

3.4.2 Comunidade Montes Claro

Entre os pioneiros da construção dessa comunidade destacam-se o Sr. João Teodoro e a família Rezende que doaram um terreno a São Sebastião, onde foi construída uma igreja dando início a um pequeno povoado.

Não se sabe ao certo quando a comunidade surgiu. Há indícios de que sua ocupação deu-se no início do século XX, a partir da década de 1930 quando a igreja foi construída. A comunidade recebeu esse nome por ter sido construída num descampado de onde eram visualizados os morros das regiões vizinhas. (PEREIRA NETO, 1970).

A comunidade dista cerca de 30km da cidade de Orizona (GO). Hoje a comunidade de Montes Claro conta com aproximadamente 130 habitantes em 51 residências (propriedades). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas em Montes Claro destacam-se a agricultura. A infraestrutura do espaço é composta por três comércios (bar e mercearia) que abastece a população somente com o básico, uma Agência Integrada onde funciona o posto policial e o correio, uma escola que oferece ensino fundamental e médio (colégio municipal), um posto de saúde com atendimento médico uma vez por semana, coleta pública de lixo uma vez por semana, uma capela de São Sebastião (padroeiro da comunidade) e um salão comunitário.

3.4.3 Comunidade Corumbajuba

⁸ Jornal local de publicação quinzenal para Orizona (GO) e região.

Segundo Pereira Neto (1970), a comunidade Corumbajuba surgiu quando um grupo de fazendeiros que moravam à margem esquerda do rio Piracanjuba e à margem direita do rio Corumbá resolveram fundar uma comunidade. De acordo com Pereira Neto (1970):

[...] chefiavam os empreendedores da idéia, o Sr. Virgínio Vaz que imigrara de Ipameri para esta região. O Sr. Virgínio Vaz doou o terreno a igreja, por intenção de Nossa Senhora da Guia, que ficou sendo a padroeira do arraial. A seguir reuniram os principais homens das redondezas, em torno da liderança do Sr. Virgínio Vaz, para construir a igreja. (PEREIRA NETO, 1970, p. 149).

Em maio de 1943, a capela foi inaugurada. Nesse período, havia no espaço uma pequena aglomeração, que posteriormente passou a se chamar Corumbajuba, nome originado da junção do sufixo do rio Piracanjuba com o nome do rio Corumbá.

Entre a década de 1950-1960 a comunidade Corumbajuba contava com uma estrutura equilibrada, com lojas, armazéns, sapataria, escolas, fábrica de vassouras de palha e outros tipos de comércio, que com o passar dos anos enfrentou um processo de estagnação.

A comunidade Corumbajuba dista aproximadamente 35km da sede do Município. Atualmente Corumbajuba possui cerca de 160 habitantes distribuídos entre as fazendas vizinhas e na sede da comunidade. Conta uma escola, dois bares que também funcionam como mercearia, um campo de futebol, uma quadra de esportes, um laticínio que funciona apenas como tanque de recepção de leite da região, que é levado a Orizona por meio de caminhões, uma igreja católica e um salão comunitário.

3.4.4 Comunidade Buritizinho

Há duas versões sobre o surgimento da comunidade Buritizinho, ambas apontam para uma promessa feita a Nossa Senhora das Graças. Na primeira versão, acredita que o seu surgimento se deu por volta de 1950, quando a família do Sr. Antônio Benedito de Souza, construiu uma residência no local e um ano depois o Sr. Abraão Alves

Ferreira e família também fixaram residência. Em 1950, juntaram-se a eles a família do Sr. Júlio Antônio Ribeiro dando início a uma pequena aglomeração.

Naquela época o Sr. Benedito e o Sr. Abraão que plantavam roças para sobreviverem foram surpreendidos por um período de seca prolongado. Desesperados, recorreram a Nossa Senhora das Graças que estava operando milagres em Urucuia, no Estado de Minas Gerais. Assim, prometeram à Santa que se chovesse, para que pudessem plantar as roças e terem uma boa colheita, construiriam uma igreja em homenagem à Santa. Com a graça alcançada, assim fizeram e a partir de então se iniciou a formação da comunidade. (TERRA GOIANA, 2008).

A segunda versão aponta que a comunidade Buritizinho teria surgido por volta de 1953 quando a senhorita Adelina Pereira, neta do capitão José Pereira (desbravador de Orizona), doou à igreja uma parte de suas terras que herdara de seu pai, lugar onde nasceu e foi criada, denominado Buritizinho, devido à existência de uma “moita” de pequenos buritis. A senhorita Adelina, quando estava doente e temendo a morte, doou o terreno por intenção da promessa que fizera a Nossa Senhora das Graças para obter a cura de sua enfermidade. (PEREIRA NETO, 1970).

Em 1956, o padre Antônio Ribeiro de Oliveira inaugurou a igreja, batizando a comunidade com o nome de Oriluzia, por localizar-se na divisa dos municípios de Orizona e Luziânia. Entretanto, os habitantes desse local continuaram a chamar o povoado de “Buritizinho”, como é conhecido até hoje.

Seja qual for à versão verdadeira, Buritizinho, como quase todas as outras comunidades, teve sua formação e desenvolvimento vinculados a construção de uma Igreja Católica e, posteriormente à construção de igrejas Evangélicas, entre os anos de 1980 e 1990.

A comunidade Buritizinho fica distante a 40km da sede do município (Orizona). Atualmente, a comunidade conta com aproximadamente 700 habitantes, 180 residências. Há alguns centros comerciais como: casa veterinária, mercearias, açougue, salão de beleza, panificadora e lojas. Quanto à educação tem a escola municipal que oferece o Ensino Fundamental e Médio. Conta, também, com um Posto de Saúde e atendimento médico três vezes na semana. No lazer o evento mais esperado é a festa religiosa em homenagem a “Nossa Senhora das Graças” (padroeira da comunidade) que ocorre entre os meses de julho e agosto.

3.4.5 Distrito de Ubatã

O processo de formação de Ubatã se deu por volta do início do século XX, através da estrada salineira que corta a região. Moradores antigos contam que os carros de boi saíam de Anápolis para buscar sal em Araguari (MG) e, nesse percurso, os carreiros passavam por vários locais onde descansavam. Um desses locais de descanso era a Cabeceira do Buracão, que posteriormente recebeu o nome de Ubatã.

Até então, a região era formada por fazendas e pouso de carreiros. Por volta de 1920, foram surgindo ranchos de pau-a-pique dando início a uma pequena aglomeração que recebeu o nome de Ubatã para fazer referência a duas voçorocas existentes no Distrito. Moradores mais antigos da região suspeitam que o nome Ubatã seja de origem indígena, porém, usado para fazer referência à grande quantidade de quaresmeiras de flor roxa que havia nas proximidades dessas voçorocas. Contam os moradores mais antigos que certa vez passaram pela região vários índios. Nessa ocasião, era período das quaresmeiras florescerem, alguns índios encantados com as flores começaram a pronunciar o nome “Ubatã, Ubatã”. Foi então que, moradores da região passaram a denominar o local com esse nome.

Na década de 1930, continuou o crescimento de Ubatã com a chegada de pessoas de outras cidades e o desenvolvimento do comércio. Nesse período, o local não havia uma igreja, os moradores rezavam o terço debaixo de uma árvore que ficava no centro do Distrito. Foi então que o Sr. Francisco Leopoldo de Moraes doou um terreno para a construção da igreja Católica e do Coreto. Fazendeiros e moradores da região se reuniram e construíram a igreja, que passou a ser denominada Capela de Santa Luzia. A construção da igreja marca o processo de desenvolvimento do Distrito durante o auge da estrada de ferro.

No período da estrada de ferro, Ubatã assistiu um desenvolvimento promissor, tendo lojas, farmácia, cartório, dentistas, pensão, vendas, armazéns para depositar cargas de exportações e importações e ainda atraindo comerciantes de vários lugares. Com esse movimento, os comerciantes passaram a lutar pela sede municipal em Ubatã em vez de Orizona (GO) sob a justificativa de que era um local promissor e com ligação com as principais cidades do Estado, através da Estrada de Ferro.

No ano de 1932, o então Prefeito municipal de Orizona, Sr. Egerineu Teixeira, foi assassinado. Nessa época, a obra de construção da estação do Trem de Ferro, em Ubatã, estava concluída. Após o término das obras da estação, o povoado recebeu o nome de Egerineu Teixeira em homenagem ao prefeito assassinado. O povoado passou a se chamar Egerineu Teixeira desse período até o início de 2008, quando foi emancipado (de povoado

para Distrito), passando a se chamar Distrito de Ubatã, até mesmo por uma questão histórica.

Segundo moradores antigos, até a década de 1950 havia no Distrito representantes apenas da comunidade católica. A abertura para o protestantismo deu-se no final da década de 1960 e início de 1970. No ano de 1973, foi inaugurada a primeira igreja evangélica do Distrito (igreja do ministério Nazareno Renovada). Em 1998, o Distrito recebeu outra igreja evangélica, a Igreja Assembléia de Deus.

Em 1982 surgiram os primeiros representantes políticos como o Sr. Odilon Bertoldo da Silva e o Sr. Joaquim Ferreira, que contribuíram para algumas melhorias no Distrito, como água encanada, Posto de Saúde, Escola, dentre outros. Já no final da década de 1990, a estação ferroviária foi desativada e, atualmente, funciona apenas como ponto de referência para a população.

No ano de 2007, o vereador João Lucas Teixeira, residente em Ubatã, apresentou um requerimento para a elaboração do projeto de criação do Distrito Ubatã, sendo aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal de Orizona na sessão do dia 15 de fevereiro de 2008 e a solicitação foi encaminhada a Assessoria Jurídica para a elaboração do Projeto de Lei.

O então prefeito municipal, Sr. Itamar Dias Teixeira, a partir da legislação estadual e federal que dispõe sobre a criação de distritos, aprovou e sancionou a lei sobre a criação, organização e implantação do Distrito de Ubatã.

Ubatã dista 12km da cidade de Orizona (por via asfaltada, Go-219) e conta com uma população de aproximadamente 500 pessoas e 156 residências, dispondo de infraestrutura básica como: quatro telefones públicos; água encanada; coleta pública de lixo uma vez por semana; Posto de Saúde e atendimento médico duas vezes por semana; um laticínio que funciona apenas como tanque de recepção de leite da região, que é levado a Orizona por meio de caminhões; duas mercearias; quatro bares; um açougue; uma lanchonete; um supermercado; uma escola municipal que oferece ensino fundamental e médio; um salão de festas comunitário; um campo de futebol; uma quadra de esportes; e igrejas (uma igreja católica e duas evangélicas). Além disso, hoje o distrito conta com todas as vias de circulação urbana asfaltadas.

Diferentemente das outras comunidades do município orizonense, Ubatã não sobrevive da produção familiar realizada nas pequenas propriedades, ora o distrito conta apenas com áreas de edificação, pois os loteamentos semelhantes aos das cidades, não sendo possível o cultivo. O Distrito é cercado por grandes lavouras de soja e milho, que são as principais fontes de emprego (temporário e permanente).

3.4.6 Comunidade Taquaral

A comunidade Taquaral iniciou-se por volta da década de 1950 com a construção de uma escola denominada Escola Rural do Taquaral para atender as necessidades dos filhos dos moradores da localidade. Com isso formou-se uma pequena aglomeração nas proximidades da escola, que deu origem a comunidade, sendo consolidada com a construção da igreja católica.

Essa comunidade começou a se desenvolver por volta de 1960, quando o Sr. José Pedro doou um terreno à igreja Católica para a construção de uma igreja, na qual acreditava que somente assim a comunidade seria consolidada. Em 1964 a igreja foi inaugurada, ficando definitivamente fundada a comunidade Taquaral. (PEREIRA NETO, 1970).

Taquaral inicialmente foi habitado pelas famílias Lino, Lopes e Vieira. Com o decorrer dos anos foi se modificando e ganhando novos moradores. Localizado a 9km ao norte da sede do município, a comunidade atualmente conta com uma população de aproximadamente 240 habitantes, distribuídos em 87 pequenas propriedades. Possui um Posto de Saúde, um colégio (atendendo o ensino fundamental e médio), um campo de futebol, uma igreja católica, uma quadra de esportes, um salão comunitário, um salão de beleza feminino, dois bares que também funcionam como mercearia e um supermercado, conforme pode ser visualizada nas fotos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Na foto 1 é mostrado o campo de futebol, utilizado pela comunidade e por comunidades vizinhas para realizar atividades esportivas recreativas. Segundo R. J. FERREIRA⁹, 17 anos, nascido e criado na comunidade, o campo é utilizado para o campeonato municipal escolar e também para campeonatos regionais, organizados pelos próprios jovens das comunidades de todo o Município.

⁹ Informação oral adquirida através de entrevista com R. J. FERREIRA, 17 anos, morador da comunidade Taquaral. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2010.



Foto 1: Campo de futebol na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A foto 2 mostra a Igreja Católica da comunidade Taquaral, que segundo M. F. ENCARNAÇÃO¹⁰, 62 anos, foi construída com auxílio das famílias que ocuparam o espaço que hoje se constitui na comunidade. A Igreja é utilizada para orações realizadas duas vezes na semana, celebrações realizadas aos domingos pela manhã e para missas, realizadas pelo padre do município de Orizona (GO) uma vez ao mês. Segundo M. F. ENCARNAÇÃO, representante religiosa da comunidade, a Igreja também é utilizada para celebrações de bodas de casamento e celebrações fúnebres. Para essas ocasiões, o padre responsável pelo Município é convidado à comunidade. É importante ressaltar que nessa comunidade há a presença apenas da Igreja Católica, fato ilustrado pela declaração de cem por cento dos entrevistados, no caso vinte e sete famílias (oitenta e cinco moradores da comunidade), como católicos. Cerca de noventa por cento desses entrevistados afirmaram ir às celebrações e eventos religiosos pelo menos uma vez ao mês.

¹⁰ Informação oral adquirida através de entrevista com M. F. ENCARNAÇÃO, 62 anos, moradora da comunidade Taquaral e representante religiosa da comunidade. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2010.



Foto 2: Igreja Católica na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Na foto 3 é ilustrada quadra de esportes que é utilizada pela comunidade em geral, mas com destaque para uso escolar. Para a diretora da Escola Municipal Guilhermina de Freitas (escola que oferece o ensino fundamental e médio na comunidade), a senhora L. M. SANTOS¹¹, que faz parte da equipe gestora há cerca de seis anos, há dois como diretora da unidade escolar, a quadra de esportes, embora em condições precárias, contribui para o aprendizado dos alunos porque os estimula a praticar esportes tais como voleibol, futsal, handebol, entre outros. Segundo L. M. SANTOS, a escola possui as redes para os jogos específicos, bolas e outros equipamentos específicos, que, por vezes, são emprestados à comunidade na ocasião de torneios e/ou atividades esportivas locais.

¹¹ Informação oral adquirida através de entrevista com L. M. SANTOS, 55 anos, moradora da comunidade Taquaral e diretora da única escola a dois anos. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2010.



Foto 3: Quadra de esportes na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A foto 4 mostra o salão comunitário da comunidade. Segundo A. B. SILVA¹², responsável por gerir o salão comunitário, o salão é utilizado para realizar as festividades religiosas e, também, para algumas comemorações particulares de moradores da comunidade. Quanto ao empréstimo, o Sr. Silva destacou que aos membros da comunidade não é cobrada nenhuma taxa de empréstimo, sendo feita a cobrança apenas a locatários de outras comunidades vizinhas. O salão conta com uma sala de aproximadamente vinte metros quadrados, com um palco para apresentações, área utilizada normalmente para as danças, uma cozinha equipada com utensílios de cozinha e dois banheiros. Quando não há renda de locação, as despesas de manutenção do salão são realizadas pela Igreja Católica, através de sua representante, a Sra. Silva.

¹² Informação oral adquirida através de entrevista com A. B. SILVA, 67 anos, morador da comunidade Taquaral e gestor do salão comunitário. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2010.



Foto 4: Salão Comunitário na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A foto 5 mostra o único salão de beleza da comunidade. As proprietárias D. S. MACEDO e D. E. S. MACEDO¹³ relatam que possuem uma clientela que frequenta o salão permanentemente, durante a semana e final de semana, sendo moradores da comunidade local e das comunidades vizinhas. Segundo as proprietárias são oferecidos diversos serviços como hidratação capilar, luzes, reflexos, relaxamentos, selagem, escova, maquiagem, químicas em geral, manicure, pedicure e cortes masculinos e femininos. Os preços são equiparados com os da cidade de Orizona (GO). De acordo com a mãe das proprietárias, a Sra. M. O. MACEDO¹⁴, o salão foi uma alternativa adotada por ela e o esposo, o Sr. J. S. MACEDO¹⁵, para manter as duas filhas na comunidade. Segundo eles, não há fonte de renda na comunidade para os jovens, pois há apenas o trabalho na “*lida com a roça*” ou emprego público, o que elas não podem por ainda não ter maior idade. O Sr. J. S. MACEDO afirma que incentiva as filhas nessa atividade, oferecendo condições

¹³ Informação oral adquirida através de entrevista com D. S. MACEDO e D. E. S. MACEDO, 15 e 17 anos respectivamente, moradoras da comunidade Taquaral e proprietárias do salão de beleza Sempre Bela. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

¹⁴ Informação oral adquirida através de entrevista com M. S. MACEDO, 48 anos, moradora da comunidade Taquaral, mãe das proprietárias do salão de beleza da comunidade. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

¹⁵ Informação oral adquirida através de entrevista com J. S. MACEDO, 56 anos, morador da comunidade Taquaral e pai das proprietárias do salão de beleza da comunidade. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2010.

para que façam cursos especializados, porque as mesmas não se interessam pelas atividades desenvolvidas na propriedade da família, embora auxiliem diariamente os pais em algumas das atividades como os cuidados com a casa, com a horta e com os galináceos. Acrescenta, ainda, que o único incentivo que se tem no Município para os jovens rurais é a Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), onde seu filho mais velho, D. H. S. MACEDO, estudou por gostar das atividades desempenhadas no meio rural e buscar continuar no campo. D. H. S. MACEDO¹⁶ conta que atualmente cursa Medicina Veterinária na Universidade Federal de Viçosa (MG) e afirma que foi uma opção dele para continuar reproduzindo as atividades realizadas pela família na propriedade. Segundo ele, a Escola Família Agrícola de Orizona permitiu a ele consolidar atividades que já realiza antes e aprender técnicas específicas que não utilizava com a família na propriedade, fatores que considera responsáveis por ter sido aprovado na Universidade.



Foto 5: Salão de beleza na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A foto 6 mostra o supermercado Linópolis na comunidade Taquaral. São comercializados produtos alimentícios, além de açougue, frutaria e itens de panificação. O funcionamento é durante a semana, de segunda a sábado, das seis às dezenove horas. O

¹⁶ Informação oral adquirida através de entrevista com D. H. S. MACEDO, 21 anos, morador da comunidade Taquaral e estudante de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Viçosa (MG). A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

supermercado é de propriedade de dois irmãos, Sr. A. S. LOPES e N. S. LOPES¹⁷, que utilizam a renda do supermercado para auxiliar no gerenciamento da propriedade familiar, principalmente para investimentos na pecuária leiteira.



Foto 6: Supermercado na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A foto 7 mostra um dos dois bares que tem na comunidade. Ambos funcionam como bar e mercearia, comercializando produtos alcoólicos e demais produtos básicos ao consumo diário como produtos de higiene por exemplo. Os bares funcionam durante toda a semana das seis horas da manhã até as vinte horas. O proprietário do bar que aparece na foto 7, Sr. G. F. LOPES¹⁸, trabalha na propriedade com a família, além do bar. Segundo ele, cultiva na propriedade produtos básicos para o consumo da família e da propriedade

¹⁷ Informação oral adquirida através de entrevista com D. H. S. MACEDO, 21 anos, morador da comunidade Taquaral e estudante de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Viçosa (MG). A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

¹⁸ Informação oral adquirida através de entrevista com os irmãos A. S. LOPES, 48 anos e N. S. LOPES, 45 anos, moradores da comunidade Taquaral e proprietários do supermercado Linópolis. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

além de praticar a pecuária leiteira, para a comercialização. O bar foi uma alternativa para uma renda fixa mensal que garantisse o pagamento das despesas escolares que possui com os dois filhos, que o auxiliam no bar e nas atividades exercidas na propriedade. A filha mais velha, P. M. LOPES¹⁹, faz o curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio, e almeja ser professora na escola da comunidade. A estudante afirmou ter escolhido o curso para tentar continuar na comunidade junto à família. O filho, D. H. LOPES²⁰, cursa a primeira série do Ensino Médio na Escola Família Agrícola de Orizona e pretende fazer o curso de Agronomia para auxiliar os pais na propriedade. A mãe, Sra. M. S. LOPES²¹, cuida da educação dos filhos, das atividades domésticas, faz os salgados comercializados no bar e auxilia a família na execução de algumas atividades na propriedade como as hortaliças, galináceos e ordenha do leite.



Foto 7: Bar e mercearia na comunidade Taquaral. (Junho/2010).
Autor: LEMES, K., C. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

¹⁹ Informação oral adquirida através de entrevista com P. M. LOPES, 19 anos, moradora da comunidade Taquaral e estudante de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

²⁰ Informação oral adquirida através de entrevista com D. H. LOPES, 15 anos, morador da comunidade Taquaral e estudante da Escola Família Agrícola de Orizona. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

²¹ Informação oral adquirida através de entrevista com M. S. LOPES, 58 anos, moradora da comunidade Taquaral. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

Quanto ao Posto de Saúde, há atendimento médico na comunidade uma vez por semana. Os atendimentos básicos como curativos, aplicação de medicamentos via injeção e o aferimento de pressão arterial são realizados de segunda a sexta por uma enfermeira que abre o posto de atendimento em horário comercial. Os agentes comunitários de saúde ficam presentes no posto de saúde durante dez dias mensais para auxiliar nas atividades realizadas e, nos demais dias, visitam as pequenas propriedades da comunidade, em razão do Programa Saúde Família, rastreando pessoas com doenças crônicas e/ou acompanhamentos especiais como hipertensos, deficientes e pessoas com câncer.

A Escola Municipal Guilhermina de Freitas, na comunidade Taquaral, oferece o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O quadro de professores é composto por profissionais efetivos e cerca de cinquenta por cento são da própria comunidade.

Assim, a economia da comunidade é voltada, especialmente, para a agricultura. As principais fontes de renda são oriundas de empregos públicos (professores e servidores gerais) e atividades ligadas à agropecuária realizadas nas pequenas propriedades, além dos comércios. Nessas propriedades tem-se a produção agrícola e pecuária, além dos produtos derivados da cana-de-açúcar. É famosa a cachaça produzida no Taquaral. A comunidade concentra sete alambiques²², onde são produzidos cachaça²³, rapadura²⁴, melado²⁵, moça branca²⁶ e açúcar mascavo, gerando rendimentos para esses pequenos produtores.

Taquaral ainda se destaca pela grandiosa Festa do Carreiro que relembra e recria suas tradições através da passeata do carro de boi. A Festa dos Carreiros, como é denominada, acontece entre os meses de maio e julho e sempre conta com a participação das famílias da comunidade, da cidade de Orizona e também de outras cidades como Goiânia, Vianópolis, Silvânia e Brasília. Além da famosa Festa dos Carreiros, acontece a festa em louvor ao padroeiro da comunidade Sagrado Coração de Jesus, realizada no primeiro final de semana de agosto. Toda a estrutura organizacional, assim como o modo

²² Local onde se destila o caldo da cana-de-açúcar fermentado para a produção da cachaça. O líquido da cana-de-açúcar é fermentado em tanques com o auxílio da semente de milho. Após esse processo, o líquido fermentado é despejado em um recipiente aquecido, onde é destilado e guardado em recipiente próprio.

²³ Produto elaborado a partir do caldo da cana-de-açúcar destilado, após o processo de fermentação e depois de ser destilado.

²⁴ Produto elaborado com o melado batido. Cozinha-se o caldo de cana-de-açúcar até que comece a desgrudar da “tacha”. Depois de um pouco resfriado, bate-se esse melado e coloca-se em fôrmas quadradas.

²⁵ Produto elaborado a partir do caldo da cana-de-açúcar fervido até apurar. É um líquido viscoso parecido com o mel de abelha.

²⁶ Derivado da cana-de-açúcar produzido a partir do melado batido até ficar de cor esbranquiçada. Apura-se o melado da cana-de-açúcar até que desgrude completamente da “tacha”. Depois de retirado do fogo e pouco resfriado, meche-se esse melado até que fique de cor esbranquiçada e com a textura grossa. Após esse processo, forma-se uma espécie de estatueta, na forma de uma moça de cor esbranquiçada, daí o nome moça-branca.

de vida e as estratégias de sobrevivência de seus produtores serão melhores descritos na seção a seguir.

4 O UNIVERSO DA PESQUISA: “pela rota do carro-de-boi na comunidade Taquaral”



“O rei mandou me chamar pra casar com sua filha. Só de dote me dava Europa, França e Bahia. Me lembrei do meu ranchinho, da roça, do meu feijão. Seu rei

mandou me chamar, ó seu rei, não quero não. (VIEIRA, 2010.)²⁷”

4.1 A trajetória da pesquisa

Ao propor uma pesquisa, o pesquisador tem como prioridade elencar uma série de procedimentos teórico-metodológicos que permitam a visualização do universo pesquisado em conformidade com o real. Há a necessidade de compreensão do universo da vida, em que o trabalho, a terra e a família fazem parte da constituição de sua história e, conseqüentemente da história da comunidade a qual fazem parte. História essa rebuscada por memórias, que se assemelham a várias outras ocorridas nesse imenso país, porém, com peculiaridades especiais. Especiais por serem narradas e vividas pelas famílias que a protagonizam. Isso vai de encontro com os dizeres de Mendes (2005) ao apontar as dificuldades de retratar a realidade pesquisada de acordo com as considerações teóricas necessárias quando afirma que:

Ao elaborar um referencial teórico, procura-se também reconhecê-lo no mundo real. Esse novo universo de representações - construído através do cotidiano dos moradores das comunidades rurais com a simplicidade de pessoas comuns, de pessoas que fazem a história - é incorporado num conjunto de ideias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem, tornando-se eternamente vivas. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações. Aqui, cabe ainda outra ressalva, por maior que seja o envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa, por mais criteriosos que sejam seus procedimentos de análise, as verdades produzidas, ainda, assim, serão parciais. (MENDES, 2005, p. 105)

O fato é que reproduzir uma dada realidade através dos dizeres dos sujeitos pesquisados é uma tarefa complexa que exige atenção, cuidado e responsabilidade. Tento aqui, contar como era e como está estruturado o universo da pesquisa, tarefa não muito simples, mas agradável pelas horas de “prosas e causos” ouvidos nas inúmeras entrevistas, ou seja, por meio da história oral.

²⁷ Verso popular recitado pelo senhor G., J., VIEIRA, morador da comunidade Taquaral, em entrevista no mês de maio de 2010.

Mesmo porque, uma pesquisa tem como papel interpretar uma dada realidade a partir de questionamentos e objetivos definidos. Essas palavras apontadas por Luna (2000), em sua obra sobre a produção da pesquisa delimitam a necessidade de uma metodologia que oriente o pesquisador no processo de investigação. Assim, seguindo as orientações desse e de outros autores como Mendes (2005), Casttels (2006), Spósito (2006), Almeida (2008) entre outros, traçamos alguns caminhos à presente pesquisa. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar a área de estudo e, ainda, discorrer sobre os procedimentos metodológicos percorridos para a realização de nosso trabalho.

Na pesquisa há a necessidade de aderir a parâmetros metodológicos já utilizados por outros autores em estudos e análises que se assemelham sejam na natureza da pesquisa sejam nas abordagens teóricas. A adoção de uma orientação metodológica justifica-se na tentativa de evitar erros no decorrer da pesquisa, bem como facilitar a investigação do universo do homem do campo, mesmo porque os procedimentos metodológicos adotados têm a função de auxiliar na investigação dos fenômenos pesquisados assim como na análise da cultura, a partir da compreensão do modo de vida, das dificuldades e das perspectivas da comunidade, como também na delimitação de sua importância no cenário regional.

A escolha dos procedimentos metodológicos indica quais caminhos seguir, quais informações a serem priorizadas, através de um corpo teórico-metodológico articulado que permitam selecionar o conjunto de ações que possam produzir as melhores informações que desdobrarão em fontes para a construção da pesquisa. Concordamos com os argumentos de Tedesco (1999) ao colocar as dificuldades encontradas na produção da pesquisa. Nos dizeres do autor:

[...] os trilhos que nos conduzem à compreensão de algo são sempre penosos, cheio de encruzilhadas, levando-nos, em alguns momentos, ao fim da picada, às vezes sem signos indicativos; porém, se esses caminhos forem trilhados com paixão e envolvimento, tornam-se um exercício agradável e fascinante. O amadurecimento da opção trilhada acontece muitas vezes na caminhada em meios aos deslizes, às controvérsias, às inquietações e perplexidades que o mundo nos apresenta e que o rural dinamiza e induz. (TEDESCO, 1999, p. 15).

Assim, é necessário que se tenha uma seleção dos procedimentos e que o pesquisador conheça as vantagens e desvantagens das informações para poder contorná-las ou escolher alternativas na investigação daquela realidade. O pesquisador deve, para tanto, optar por um material metodológico que lhe permita ter uma dimensão das informações a

serem obtidas assim como dos problemas que poderão, eventualmente, surgir. Não se pode medir com precisão, obviamente, os problemas que serão enfrentados. Contudo, devem-se levantar todas as informações possíveis para detalhar o máximo de estratégias para investigação nesse processo de produção da pesquisa.

A escolha da comunidade rural assentou-se, principalmente, pelo uso da mão-de-obra predominantemente familiar para trabalhar na unidade produtiva, o tamanho das propriedades, os rendimentos, a diversificação da produção e o acesso de grande parte das famílias de produtores ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A presente pesquisa teve como recurso metodológico de investigação principal a pesquisa de campo que ocorreu no município de Orizona (GO), onde está a comunidade rural abordada, Taquaral. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de abril e junho do ano de dois mil e dez, e permitiu imbricar as questões teóricas levantadas e o empírico estudado na comunidade em questão, através desse recurso metodológico. A pesquisa de campo possibilitou, também, analisar a realidade da comunidade pesquisada, além de possibilitar retratar a realidade com maior precisão das informações.

Diante dos objetivos propostos pela pesquisa, foram entrevistados moradores nascidos e criados na região, que forneceram importantes informações sobre as relações de trabalho e sobre os aspectos do grau de parentesco existentes entre os moradores das comunidades rurais. A escolha dos entrevistados, para a sondagem dos roteiros, representa uma estratégia previamente estabelecida, visto que os mesmos são moradores antigos e conhecedores dos valores, tradições, costumes (patrimônio sociocultural) e, também, da cadeia hereditária dos moradores do lugar.

O universo pesquisado foi os produtores da comunidade. A amostragem foi escolhida considerando produtores jovens de sete a vinte e um anos, adultos de vinte e dois a cinquenta e nove anos e adultos acima de sessenta anos, de modo a retratar o espaço pesquisado. Foram entrevistados homens, mulheres e crianças. Os homens acima de sessenta anos de idade foram entrevistados com a finalidade de (re)contar a formação da comunidade. Os demais homens foram entrevistados para sondar sobre as atividades desenvolvidas. As mulheres também foram entrevistadas sobre as atividades que desenvolvem na propriedade. Os jovens foram indagados sobre as atividades desenvolvidas e as perspectivas futuras na propriedade familiar.

Primeiramente, foram realizadas visitas de sondagem e, através da observação participante. Buscou-se vivenciar o cotidiano dos “sujeitos da pesquisa”, o que se materializou em festas religiosas, casamentos, velórios, preparo da terra para o plantio, nas

colheitas, nos mutirões, no trabalho doméstico com a casa e a educação dos filhos, a fim de apreender a identidade da comunidade. Por meio dessa observação, tentou-se apreender a memória e identidade da comunidade através de entrevistas, com roteiros semiestruturados, história oral, através de informações levantadas com os habitantes que pertencem à comunidade e por meio do registro fotográfico, que nos permitiu ilustrar as questões levantadas.

Em síntese, somou-se um total de 100 pessoas que foram entrevistadas e/ou participaram diretamente, colaborando para a realização deste trabalho. O instrumento básico de coleta de dados foram os roteiros de entrevistas, contendo informações no âmbito socioeconômico e cultural. O levantamento de dados quantitativos, a exemplo do número de habitantes, principais produtos entre outros, foi realizado na Administração Municipal, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Posto Pires do Rio), na Secretaria Municipal de Saúde de Orizona e Secretaria Municipal da Agricultura.

As entrevistas foram realizadas não só na comunidade, com os pequenos produtores (Anexo A), mas, também, com responsáveis de órgãos, como o Secretário Municipal de Agricultura, com os Agentes comunitários de saúde, entre outros, que nos auxiliaram na compreensão da realidade da comunidade, exatamente por possuírem vínculo e ligação direta com os “sujeitos sociais” que nela habitam. Desse modo, iniciamos as entrevistas (que foram gravadas e escritas) com os Agentes comunitários de saúde (Anexo B), que conhecem todas as sedes/propriedades/famílias, com o Secretário municipal de agricultura (Anexo C) e com os presidentes das Associações de Pequenos Produtores (Anexo D).

Essas entrevistas permitiram o acesso às informações sobre o universo de vivência da produção rural familiar no município e questões importantes, como por exemplo, entender a heterogeneidade de situações socioeconômicas entre os produtores da comunidade rural em enfoque. A definição da amostra de produtores deu-se a partir das informações obtidas nos órgãos e instituições consultadas.

Dessa forma, buscou-se a constituição da história do lugar através das entrevistas. O trabalho de campo iniciou-se com roteiro de entrevista com os produtores rurais aplicados junto à família da unidade produtiva (homem, mulher e filho/filha), explorando informações como: a) os dados sobre a família e sobre a propriedade; b) a produção; c) a comercialização; d) a força de trabalho; e) o uso de tecnologias e recursos; f) a assistência técnica; g) o financiamento; h) a organização dos produtores; e i) as perspectivas enquanto produtor rural.

Quanto às entrevistas com os filhos dos produtores rurais (Anexo F), a finalidade foi conhecer efetivamente as condições e perspectivas de vida dos jovens (homens e mulheres) que residem no meio rural, principalmente no que se refere: a) às atividades rurais e não rurais praticadas; b) a sua contribuição na unidade produtiva; c) as perspectivas de continuarem nessas unidades enquanto sucessores; d) as possibilidades de diversão e lazer; e) suas necessidades imediatas de consumo; f) as principais dificuldades cotidianas encontradas; e, ainda, g) confirmar, em parte, as informações fornecidas pelos pais; bem como outras informações necessárias, em conformidade com as necessidades da pesquisa.

As entrevistas foram feitas durante a semana e até mesmo nos finais de semana, em conformidade com a disponibilidade das famílias e em horários preestabelecidos por eles. A acessibilidade às informações e ao recebimento desses produtores em suas propriedades é creditada aos Agentes de Saúde que comunicaram e esclareceram aos moradores e aos Presidentes das Associações de Pequenos Produtores os objetivos de nossas visitas. Todos esses procedimentos contribuíram no sentido de amenizar os receios e as desconfianças dos produtores por estarem fornecendo informações. Assim, uma minoria se negou a dar qualquer informação. As informações dividiram-se em factuais (sexo, idade, tamanho da família, tamanho da propriedade, estado civil, série escolar, renda, religião e outros) e em opinativas (suposições, valores, organização política, dentre outros).

As entrevistas com os moradores mais antigos das comunidades (Anexo E) exploraram informações sobre: a) a origem das primeiras famílias do lugar; b) a relação das famílias/sobrenome mais numerosas; c) as primeiras atividades implantadas; d) os meios de transporte; e) o modo como as famílias viviam; f) o que e como produziam; g) as festividades religiosas; h) a relação do fazendeiro com a cidade; e i) as relações de trabalho (filhos e agregados). As entrevistas constituíram um diálogo informal, sendo transcritas e gravadas em aparelho de MP3. Todas as informações sobre as comunidades rurais do município de Orizona (GO) que se encontram nesse trabalho foram obtidas através das entrevistas realizadas junto às instituições e órgãos competentes e, também, em consulta a referências de trabalhos monográficos locais como Silva (2005) e Souza (2005).

As informações quanto ao número total das sedes/residências foram obtidas com os Agentes Comunitários de Saúde da comunidade rural (Anexo B) e na Secretaria de Saúde do Município. Foram entrevistados dois agentes comunitários de saúde, M. A.

VIEIRA²⁸ (37 anos, trabalha há seis anos como agente municipal de saúde) e A. P. LOPES²⁹ (38 anos, há sete anos trabalhando como agente municipal de saúde).

Diante da complexidade das situações apresentadas pela produção rural familiar, concordamos com os dizeres de Mendes (2005) em sua tese sobre a produção rural nas comunidades rurais de Catalão (GO), embora resguardando as devidas proporções em virtude das diferenciações de diversas ordens entre os objetos de pesquisa, ao colocar que houve a necessidade de ressaltar o aparente caráter da uniformidade afigurada por esses produtores, de modo que o uso do termo “unidade de produção rural” procura enfatizar justamente a diversidade de situações vivenciadas por esse segmento de produtores. Existem vários elementos que diferenciam as unidades de produção rural familiar entre si, como o tamanho da família e da propriedade, o número de trabalhadores e consumidores (crianças, idosos e portadores de alguma deficiência), os recursos financeiros, o uso de tecnologia, o gerenciamento, a produtividade do trabalho, a formação escolar, a relação com o mercado, o acesso ao crédito, dentre outros fatores.

Considerando os problemas enfrentados por esse segmento, são apresentados, no decorrer dessa seção, os principais fatores responsáveis pela reprodução do patrimônio sociocultural das unidades de produção familiar em Orizona (GO), como: a) a origem das propriedades e a transmissão do patrimônio; b) o uso da terra; c) a assistência técnica e financeira; d) as características do grupo familiar; e) os aspectos sociais dos produtores; f) a organização do trabalho; e g) as formas de organização social.

Essa seção apresenta o universo da presente pesquisa que tem por objeto a comunidade Taquaral, localizada no município de Orizona (GO). A escolha desse objeto deveu-se à preocupação de como as comunidades rurais (re)existiram diante da inserção do processo de modernização na agricultura que tornou as propriedades vizinhas a essas comunidades em grandes lavouras de soja e milho, formando um processo de “cerqueamento” aos pequenos produtores rurais das comunidades orizonenses.

A delimitação dessa comunidade, em específico, para a pesquisa decorreu-se em virtude dessa comunidade apresentar o maior número de pequenas propriedades que utilizam o trabalho familiar para produzir em seus territórios. Haja vista que as demais comunidades têm passado, nos últimos anos, por inúmeras transformações em suas

²⁸ Agente Comunitária de Saúde da comunidade Taquaral que realiza atividades ligadas a saúde da família a cerca de seis anos, como o acompanhamento de doentes, das consultas semanais realizadas no Posto de Saúde da comunidade e atividades rotineiras ligadas à saúde. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

²⁹ Agente Comunitária de Saúde da comunidade Taquaral que realiza atividades ligadas a saúde da família a cerca de sete anos, como o acompanhamento de doentes, das consultas semanais realizadas no Posto de Saúde da comunidade e atividades rotineiras ligadas à saúde. A entrevista foi realizada no mês de junho de 2010.

estruturas, nas atividades culturais e até mesmo na produção decorrentes da modernização agrícola, a exemplo do distrito de Ubatã, que, atualmente, é formado por um conjunto de habitações em lotes semelhantes aos encontrados nas cidades, como vilas rurais, e não mais por pequenas propriedades como era no período de sua formação (como já foi mencionado na subseção três desse trabalho). Essa realidade é atribuída, principalmente, à venda das propriedades para os produtores de milho e soja.

O universo da pesquisa, a comunidade Taquaral, se localiza a norte do município de Orizona (GO), como mostra a figura 4, distando aproximadamente 9km da sede do município. Os rendimentos das famílias da comunidade são oriundos, principalmente, das atividades agrícolas, mas há presença de renda não agrícola como os empregos públicos municipais, aposentados e pensionistas. Há destaque, também, para a produção da “cachaça” artesanal que tem ganhado o mercado estadual e até mesmo nacional, através da comercialização realizada diretamente pelos produtores dos sete alambiques existentes nessa comunidade.

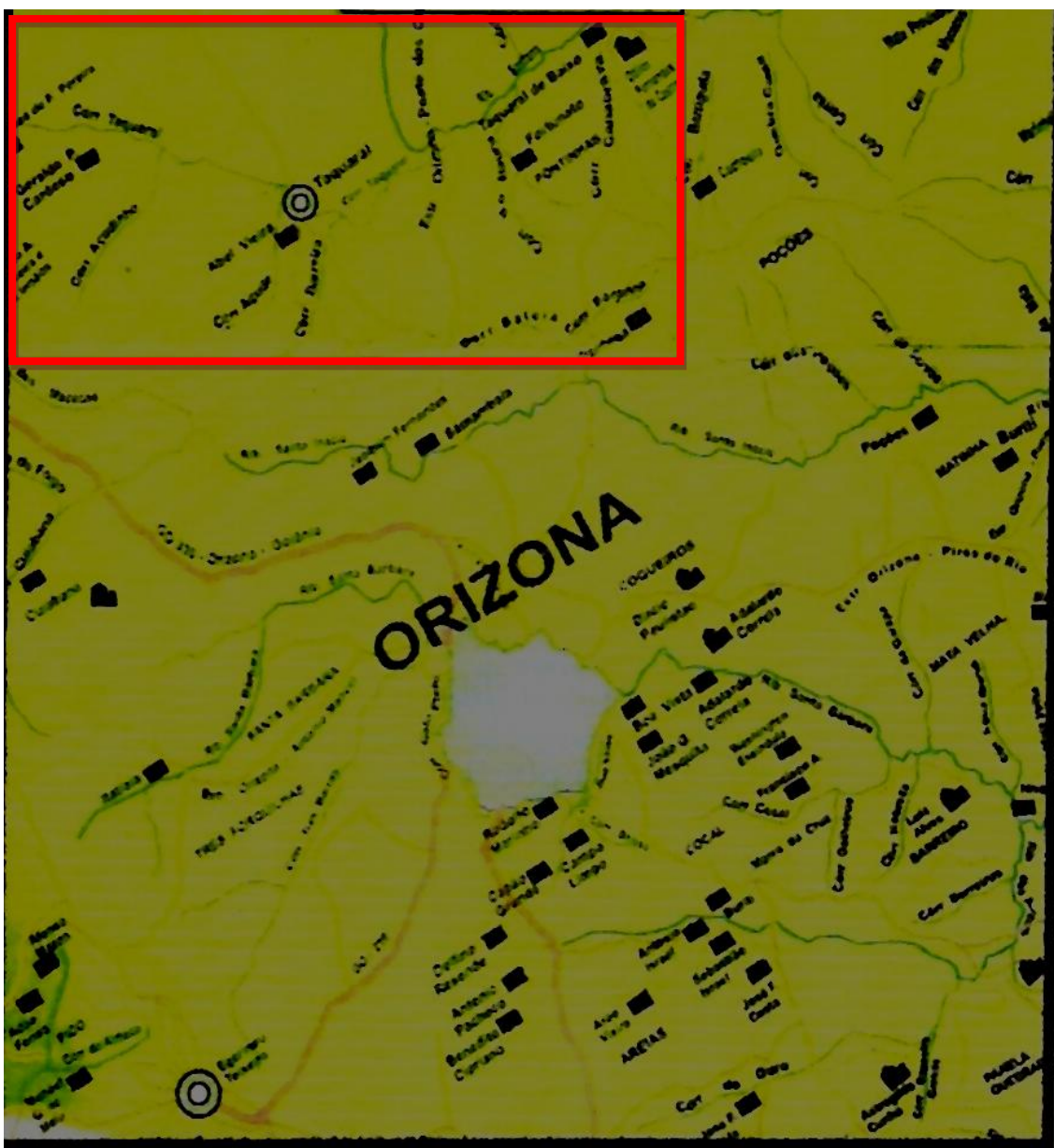


Fig. 4: Localização da comunidade Taquaral, delimitada em vermelho.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Orizona (GO). 2010.

A comunidade é formada por 240 habitantes distribuídos em 87 pequenas propriedades que tem entre três e seis alqueires. Cerca de oitenta por cento dos “sujeitos” da pesquisa são maiores de trinta anos. Quarenta por cento dos habitantes possuem de sessenta a oitenta anos. Os jovens e crianças, na faixa etária de zero a vinte e um anos, somam cerca de quinze por cento dos habitantes. Os adultos, com idade entre vinte e dois e cinquenta e nove anos, representam quarenta e cinco por cento, como pode ser visto no gráfico 4.

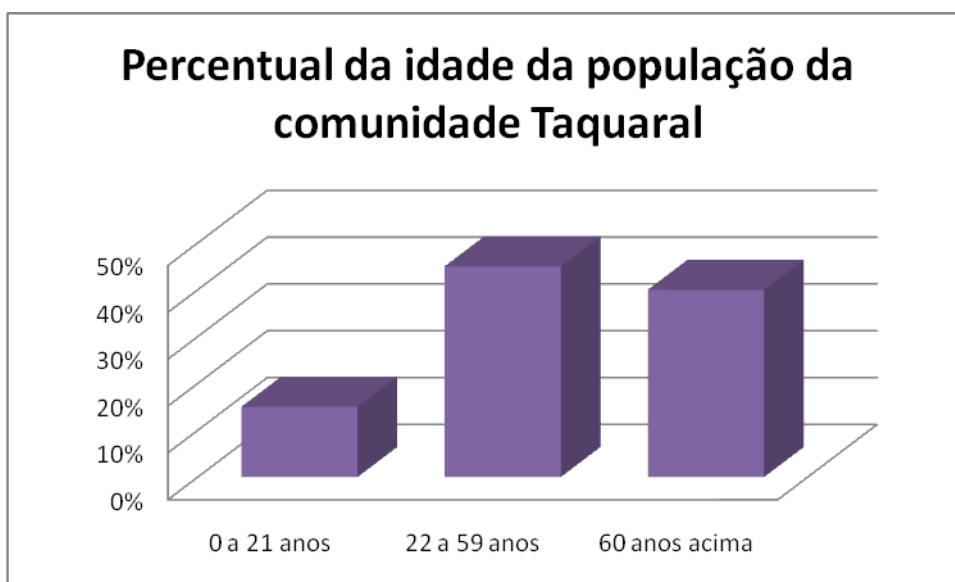


Gráfico 4: Percentual da idade da população da comunidade Taquaral. (2010)

Fonte: Pesquisa de campo. (Junho/2010).

Org.: LEMES, K., C.

Os jovens de sete a vinte e um anos entrevistados somaram quinze pessoas. Os entrevistados foram indagados sobre as atividades desenvolvidas por eles, as dificuldades e necessidades enfrentadas além das perspectivas futuras. Quatorze desses jovens cursam ensino fundamental, médio ou superior e moram na comunidade, auxiliando os pais nas atividades desenvolvidas nas propriedades, quando possuem tempo livre. Apenas um não terminou o ensino médio em razão de ter constituído família aos dezesseis anos, e hoje aos vinte e um, mora com a esposa e os filhos em uma pequena propriedade herdada do pai, onde desenvolve atividades agrícolas, com destaque para a pecuária leiteira. Todos alertaram para o fato de a comunidade não oferecer meios de geração de renda que não os de origem agrícola, tal situação dificulta que os jovens permaneçam no campo. Quanto às perspectivas futuras, noventa e cinco por cento desses jovens declararam o desejo de continuar no campo auxiliando os pais e, para isso, buscam nos estudos meios para tal, pois fazem ou pretendem fazer cursos superiores voltados para atividades rurais como Medicina Veterinária e Agronomia, além das Licenciaturas.

Os adultos de vinte e dois a cinquenta e nove anos somaram quarenta e sete entrevistados entre homens e mulheres. As perguntas direcionadas a eles abordaram questões sobre as atividades desenvolvidas na propriedade, principais fontes de renda, dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras. Todas as mulheres entrevistadas desenvolvem atividades domésticas, educação dos filhos e atividades da propriedade como

cuidados com a horta, galináceos e ordenamento do gado e, cinco dessas trabalham na escola da comunidade. Os homens desempenham as atividades de plantação e colheita de alguns cultivos como feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar, utilizados para o consumo da propriedade e também para a comercialização. Além disso, há destaque para a pecuária leiteira, desenvolvida em todas as propriedades com finalidade comercial e todos declaram que essa é a atividade responsável pela manutenção da propriedade e, também, a atividade que requer mais investimentos como a adoção de equipamentos tecnificados para garantir maior rentabilidade. Todos declararam preocupação com o futuro em razão do crescimento, nos últimos anos, das lavouras de soja nas comunidades vizinhas, mas afirmaram desempenhar algumas estratégias para assegurar a permanência da família na propriedade como a pecuária leiteira, a produção da cachaça, a cultura e o investimento na educação dos filhos voltados ao campo.

Os adultos acima de sessenta anos somaram, entre homens e mulheres, trinta e oito entrevistados. Esses foram questionados sobre a formação da comunidade e como era e como está desenhada a comunidade. A partir dos dizeres deles, foi construída a subseção quatro ponto dois dessa pesquisa.

Desse modo, percebe-se que as pequenas propriedades são utilizadas para a produção agrícola, em que se destacam a produção de feijão, milho, mandioca e horticultura. Os produtos, cultivados pela família, são destinados ao consumo familiar e da propriedade, sendo os excedentes comercializados na Feira do Agricultor Familiar na cidade de Orizona (GO). A pecuária leiteira constitui-se enquanto uma estratégia de sobrevivência da família e da propriedade, pois os rendimentos gerados com a produção leiteira, destinada ao mercado, é que se mantêm as despesas da propriedade e da família. As propriedades possuem um rebanho de sessenta a cem rezes da raça holandesa, com produção leiteira acima de cinco pontos três litros por dia (5.3 l/d). Há a criação de outros animais como galináceos e suínos criados para o sustento familiar. Entretanto, antes de detalhar os desafios e estratégias da comunidade Taquaral, façamos um resgate de sua formação.

4.2 A formação da comunidade Taquaral

Segundo os moradores da Comunidade Taquaral, como o Sr. J. G. Vieira³⁰ (84 anos), o Sr. F. C. Lino³¹ (87 anos), a Sra. M. I. Vieira³² (77 anos), a Sra. F. S. Lopes³³ (69 anos) e o Sr. G. F. Lopes³⁴ (68 anos), os primeiros moradores da Comunidade Taquaral, fixaram-se no local, aproximadamente, em 1950. Essas famílias vieram do estado de Minas Gerais com destino ao município de Santa Cruz de Goiás. Todos asseguraram que vieram em busca de terras de boa qualidade e com preço acessível.

A Sra. M. I. Vieira conta que quando chegaram à região de Santa Cruz de Goiás, foram informados de que mais ao interior do município havia um pequeno arraial, recém-formado, onde as terras eram de boa qualidade para produzir. Ela e o esposo, o Sr. J. G. Vieira, chegaram ao tal arraial por volta de 1960. Contam eles que na época não tinham muitos recursos para trabalhar a terra, *“ainda mais porque os matos nem eram derrubados, tivemos que fazer roça de toco (INFORMAÇÃO ORAL , VIEIRA, 2010).”* Havia nessa região apenas as famílias dos Correias, que mais tarde batizaram o local de Capela dos Correias (atual Orizona). Com o passar do tempo, foram chegando mais famílias nessa região, o que promoveu a expansão da ocupação e povoamento das terras. Através da convivência e do trabalho houve o estreitamento dos laços entre as famílias do Sr. Vieira e do Sr. Lopes e do Sr. Lino.

O Sr. G. F. Lopes acrescenta que quando chegou à região teve que começar a lida com a terra. Como ainda não dispunha de recursos para trabalhar a terra, a produção agrícola era efetuada de maneira precária. O Sr. F. C. Lino relata como produziam:

[...] derrubávamos um pedaço de mata pa formá uma roça. Era tudo no facão mesmo. Aí nois queimava os tôco e as coivara e prantava o que desse. Num era muita coisa naum, mais nós passava até bem. Dava pa prantá fêjão, míó, abóbra, batata doce e era bão pa dá arroz. Aí, nós guardava o que cuía, pa no próximo ano nois tê o que prantá e nós usava pa cume durante o ano tamém. (LINO, INFORMAÇÃO ORAL , ABRIL, 2010).

³⁰ Entrevista realizada em junho/2010 com o Sr. J. C. VIEIRA, 84 anos, morador da comunidade Taquaral desde que nasceu, sendo descendente de uma das famílias que fundaram a comunidade.

³¹ Entrevista realizada em junho/2010 com o Sr. F. C. LINO, 87 anos, morador da comunidade Taquaral desde a infância, descendente de uma das famílias pioneiras na ocupação da comunidade.

³² Entrevista realizada em junho/2010 com o Sra. M. I. VIEIRA, 77 anos, moradora da comunidade Taquaral.

³³ Entrevista realizada em junho/2010 com o Sra. F. S. LOPES, 69 anos, moradora da comunidade Taquaral.

³⁴ Entrevista realizada em junho/2010 com o Sr. G. F. LOPES, 68 anos, morador da comunidade Taquaral desde seu nascimento. Seu avô foi o pioneiro na ocupação da comunidade.

Com isso passaram a habitar uma região que, segundo a maioria dos membros das três famílias, existia na localidade muitas “taquaras” (espécie de cipó utilizado na região para fazer trabalhos de trançagem), e por isso, o nome de Taquaral. Com o passar dos anos e com a emancipação do município, as famílias foram aumentando e outras chegando.

Era comum a existência de famílias com oito, dez, quatorze filhos. O Sr. F. C. Lino, por exemplo, teve dez filhos. O Sr. J. G. Vieira teve quatorze e o Sr. G. F. Lopes, dez. Contam eles que as casas também eram grandes, embora simples, pois o tamanho das famílias influenciava nas construções das moradias. Algumas dessas casas ainda existem, remanescentes de um período em que as famílias eram grandes, mas a maioria foram reformadas e/ou demolidas.

Em termos da moradia, em geral as casas construídas tinham as paredes altas, com grandes janelas de madeira, permitindo uma boa ventilação, piso de assoalho e as portas dos quartos davam para a sala de visita ou para a sala-copa (quando tinha), de maneira a aproveitar todo o espaço da construção. As cozinhas eram separadas por uma área livre, em uma área de circulação, de modo que as visitas chegavam e entravam pela cozinha não tendo acesso ao corpo da casa. A maioria das construções era feita pelos próprios moradores/proprietários, auxiliados pelos vizinhos e parentes. Os porões das casas eram utilizados como “despensa” para guardar os alimentos que colhiam na roça. O Sr. F. C. Lino conta que eles enchiam as tuias (caixas pesadas de madeira ou de adobe com tampa), “[...] *tendo fartura o ano todo.*” (Informação oral, LINO, 2010).

Os filhos, desde pequenos, começavam a ajudar os pais. O trabalho na terra fazia parte da educação. Para o Sr. J. G. Vieira os “[...] *filhos obedeciam aos pais e não tinham tempo para aprender o que não presta* [...]” (Informação oral, VIEIRA, 2010)”. Os filhos homens, à medida que adquiriam força e habilidade com as ferramentas, acompanhavam os pais. As filhas ajudavam as mães nas atividades domésticas, sendo preparadas para cuidar da casa desde novas. Pela manhã, contam esses moradores, que se serviam de um café reforçado, pegavam as ferramentas e iam para as roças para trabalhar. Saíam ao alvorecer e voltavam ao pôr-do-sol, o que correspondia a, aproximadamente, dez, doze horas de trabalho diário. Os filhos acompanhavam desde cedo a lida para criarem responsabilidade, segundo o Sr. G. F. Lopes. “*As filhas, desde novas, eram educadas para serem donas de casa*”. (Informação oral, LOPES, 2010).

As mulheres casadas, donas de casa, enfrentavam algumas dificuldades, como buscar água nos córregos e lenha (o fogão a lenha era aceso ao amanhecer e utilizado até o final do dia para aquecer a água dos banhos) para as necessidades da casa, cultivavam as hortaliças, socavam o arroz, cuidavam dos filhos, faziam o polvilho, a farinha de mandioca, teciam e costuravam para toda a família, além de cozinhar para a família. Segundo as Sras. M. I. Vieira e F. S. Lopes as filhas acompanhavam as mães nessa rotina.

Quando o proprietário recebia um mutirão ou demão dos parentes e vizinhos, também tinha festa ao final do dia. Chamavam essa atividade de “treição”, que eram realizados aos sábados, tanto para o plantio, capina e/ou colheita, como para limpeza dos regos d’água. As mulheres, as fiandeiras e tecedeiras, reuniam-se para fiar e depois se reuniam, novamente, para tecer o tecido de algodão. Os mutirões contavam com vários trabalhadores da vizinhança, a maioria era parentes. As mulheres cuidavam das refeições que eram servidas no decorrer do dia. No final do dia, o fazendeiro oferecia uma festa, com direito a “canto, dança, sanfona, violão e pandeiro”.

As estradas que ligavam as propriedades rurais à cidade eram precárias, a maioria constituía caminhos abertos a enxidão. Assim, as pessoas utilizavam tanto as carroças, o cavalo, como o carro-de-boi para fazerem seus passeios, ou mesmo para trocar algum produto produzido em sua propriedade com as de outros produtores da região.

As propriedades chegavam a oitenta, cem alqueires de terra. Como as famílias eram compostas por muitos filhos verificou-se, através da pesquisa de campo, que as propriedades sofreram um processo considerável de “espoliação hereditária”. Assim, a maioria dos filhos ficou impossibilitada de assegurar seus rendimentos, principalmente os filhos homens que migraram para as cidades buscando condições de sobrevivência. Nesse período, a maioria das filhas se casava com os rapazes da região, permanecendo no meio rural.

Quanto aos aspectos culturais, destaca-se a religiosidade. Os moradores da comunidade sempre foram católicos praticantes. Segundo os moradores, a comunidade apenas se consolidou com a fixação da Igreja. Isso explica as festividades religiosas organizadas na região até hoje. As famílias das comunidades organizavam suas festas, no decorrer do ano, uma em homenagem a São João, ao Divino Espírito Santo e ao Sagrado Coração de Jesus. Esses eventos lhes permitiam reunir para rezar e para rever os amigos, os parentes e os compadres. As primeiras festas religiosas eram realizadas nas casas. Todos os moradores da comunidade aceitavam fazê-la. As festas ocorriam durante nove dias, no período noturno, com o terço (a novena) e depois seguiam as festividades do dia. O dono da casa contava com a ajuda dos “juizados” que se responsabilizavam por várias tarefas,

como a reza, o café, os jogos e o leilão. Havia vários juízes eleitos para cada dia da festa. Ainda hoje as festas contam com equipes responsáveis pela organização da festa a cada dia. Essas equipes são todas compostas por famílias frequentadoras da igreja católica. Há um dia que a equipe é composta apenas pelos jovens, afim de que eles se identifiquem com as tradições da comunidade.

As festas religiosas reuniam cerca de cinquenta a cento e cinquenta pessoas da vizinhança. As famílias iam a pé, a cavalo e carroça que era o meio de transporte mais utilizado para circulação interna. Hoje as festas chegam a receber cerca de cinco mil pessoas a cada noite. A escolha do dia era em razão do dia dos santos, independente se meio ou final da semana. Hoje se realiza aos finais de semana para facilitar a vida dos visitantes.

Através dos relatos dos entrevistados, do conhecimento de suas tradições, verifica-se que os pequenos produtores rurais, de um modo geral, não estão isolados. Ao contrário, possuem uma vida sociocultural rica. Nessas comunidades rurais observa-se que cada família mora em suas terras/sedes. Os filhos que se casam e não têm condições de adquirirem, através da compra, outra propriedade, constroem suas casas nas propriedades dos pais, ou simplesmente se apropriam da antiga sede da fazenda ou de uma área próxima. Assim, as tradições familiares refletem na formação e organização da comunidade, pois as famílias moram próximas umas das outras.

Os pequenos produtores não restringem suas relações aos domínios da comunidade a que pertencem. Eles conhecem as regiões circunvizinhas e várias outras realidades socioeconômicas. Essa constante circulação é assegurada, principalmente, pelas atividades econômicas (no meio rural e na cidade), pelas práticas religiosas e visitas a familiares. As famílias ainda hoje se reúnem, também, para fazer as novenas, percorrendo as casas da comunidade.

A cidade, também, cumpre algumas funções importantes para a comunidade, à medida que presta serviços administrativos e burocráticos (relativo ao exercício dos direitos e deveres da sociedade como um todo). Os pequenos produtores, também, dirigem-se à cidade para comercializarem o excedente de sua produção e comprarem os produtos que não produzem. Nesse sentido, a dinâmica socioespacial incorpora todos os segmentos sociais em um mesmo processo. (MENDES, 2005).

A socialização e seus problemas atingem mais intensamente uns segmentos que outros, promovendo constantes mudanças e adaptações às novas configurações organizacionais. A importância do setor produtivo para a sociedade determina seu grau de

inserção na dinâmica da acumulação do Município, assim como vai redesenhando suas estratégias de sobrevivência em seu território familiar.

4.3 Territórios familiares e estratégias de sobrevivência

As unidades produtivas rurais de base familiar têm significativa importância na economia brasileira, uma vez que são desses estabelecimentos que provém grande parte dos cultivos básicos que alimentam a população das cidades, como o arroz, a mandioca, o feijão, o milho dentre outros. Nessas unidades os agricultores familiares são proprietários dos meios de produção e a mão-de-obra, principalmente, da família do pequeno produtor, sendo mínima a contratação de trabalhadores permanentes e/ou temporários, chegando, por vezes, a inexistência.

Dentre as estratégias para a manutenção do território familiar, a formação econômica, a cultural e até mesmo as formas organizacionais propiciam a sobrevivência. Na formação econômica, a produção agrícola é dividida em pequenas parcelas com a produção de feijão, mandioca, milho entre outros. Em todas as propriedades visitadas na pesquisa de campo foi possível contemplar uma padronização nas atividades desenvolvidas, como plantação de produtos de consumo básico da propriedade, como o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar, além da pecuária leiteira, resguardando algumas particularidades, a exemplo das propriedades que realizam apenas a produção de derivados da cana-de-açúcar.

Cerca de oitenta por cento das propriedades visitadas possuem alguns cultivos de produtos básicos e atividades desenvolvidas semelhantes. Tem-se a mandioca (utilizada para o consumo e para a fabricação de polvilho e farinha), o milho (para consumo familiar e para alimentar galináceos e suínos), o feijão (e em muitos casos o arroz), em algumas, a cana-de-açúcar (para a produção da cachaça e derivados) e em outras, batata-doce, abóbora, além de hortaliças em geral. Além desses cultivos, normalmente possuem a criação de alguns animais, destinados ao consumo familiar e à comercialização, como galináceos, suínos, caprinos e bovinos, como pode ser visualizado na foto 8.

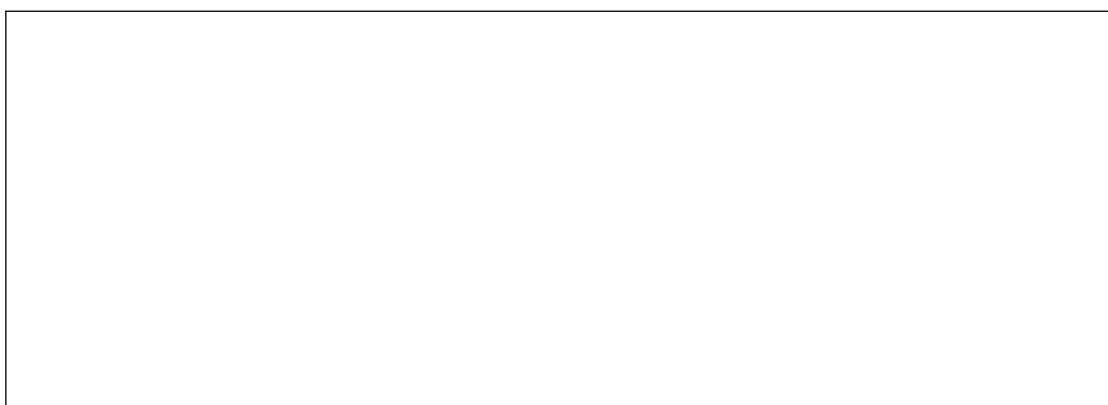




Foto 8: Plantação de hortaliças e criação de ovinos, suínos, caprinos e bovinos na comunidade Taquaral. (Maio, 2010).

Autor: LEMES, K. C. 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Em todas as propriedades visitadas (vinte e sete) percebemos a pecuária leiteira como uma estratégia de sobrevivência. Há gado para a atividade leiteira, citada pelos pequenos produtores nas entrevistas como a atividade responsável pela geração de rendimentos da propriedade e da família. Cerca de oitenta por cento dos entrevistados possuem entre 60 e 100 cabeças de gado holandês. A produção é comercializada na Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Orizona (COOAPRO) e para o Laticínio JL. Ambos os estabelecimentos encontram-se sediados na cidade de Orizona e tiveram origem ao final da década de 1980 e, atualmente, possuem potencial comercial nacional. A

COOAPRO apenas faz o processo de resfriamento e armazenamento simples do leite, comercializando esse para empresas fabricantes de derivados do leite. Já a Laticínios JL processa o leite para a fabricação de vários produtos derivados, como requeijão, queijos de diversas modalidades, iogurtes entre outros, comercializando os produtos a nível nacional com a marca Valeza (Vale do Orizona).

A produção leiteira conta com investimentos em equipamentos modernos, até porque o próprio mercado exige. O leite é ordenhado dos animais por meio de ordenhadeira mecânica e armazenado em refrigeradores específicos denominados por eles de “tanques de expansão” até que o caminhão da cooperativa COOAPRO ou da Laticínios JL busque nas propriedades. A estrutura do curral para a ordenha do leite é simples. Cerca de sessenta por cento, como colocado pelos entrevistados, realiza a atividade em “tempo aberto”, pois não contam com cobertura, com exceção da “casinha” para guardar o equipamento de ordenha. Quarenta por cento das propriedades contam com uma estrutura de galpão com cobertura em aço ou em telha de barro. A estrutura de cerqueamento é, em oitenta por cento das propriedades, com tábuas de madeira e arame liso. Nos currais há cerca de três divisórias além do local de ordenhamento. Uma é utilizada para guardar os bezerros, a outra para as rezes a serem ordenhadas e outra para que os animais (rezes e bezerros) aguardem até que sejam liberados para a área de pastagem após o ordenhamento.

Como maneira de manterem-se no mercado, os produtores têm buscado aperfeiçoar a produção leiteira. A maioria, porém, destaca que os possíveis lucros obtidos são todos retornados à produção na forma de produtos e serviços. Cerca de sessenta por cento dos produtores tem uma produção muito bem organizada. Os touros para a reprodução são cuidadosamente escolhidos para que o rebanho seja composto apenas por animais capazes de oferecer alta produção. Os animais possuem tratamento a base de ração, silagem e pouca pastagem (virtude do tamanho da propriedade não permitir), além de cuidados veterinários rotineiramente e terapêuticos (a base de músicas para acalmar os animais). A média de leite de cada animal é em torno de 5,3 l/dia.

Outra estratégia utilizada por esses produtores é a produção de “cachaça” artesanal, feita para complementação da renda. Além da cachaça são produzidos outros derivados da cana-de-açúcar como rapaduras, melado e moça branca. A produção da cachaça é realizada em algumas etapas, todas de modo artesanal, conforme explica o Sr. Vieira³⁵ (2010):

³⁵ Informações adquiridas na entrevista realizada em junho/2010 com o Sr. J. F. VIEIRA, dono de um dos sete alambiques existentes na comunidade.

[...] primeiramente, mói a cana-de-açúcar no engenho para extraí o caldo. Aí leva esse caldo para os tanque de fermentação. O processo de fermentação da garapa é feito nos tanques que pega quinhentos litros. Para a fermentação nós usamos grãos de milho, porque aceleram o processo. Após a fermentação, o liquido que sai vai direto para os filtros de destilação, através dos canos que ligam a casa de fermentação e os alambiques. Após a destilação, a cachaça é armazenada para curtir. O período em que fica armazenada varia conforme a maturidade que se deseja alcançar. Normalmente, ficam por um ano até a comercialização. Algumas cachaças são curtidas com algumas casca de árvores e frutas para dar sabor e colo, como o jatobá, o carvalho e muitos outros. (Informação oral , VIEIRA, ABRIL, 2010.).

A comercialização é realizada pelos próprios produtores junto aos bares, supermercados e particulares que procuram. Há um senhor, G. Vieira³⁶, na comunidade, que compra a produção da cachaça de grande parte dos produtores em representação a Cachaça Mercedes. O grupo comercial Cachaça Mercedes embala e comercializa em território nacional e para alguns países europeus, a cachaça produzida por esses pequenos produtores. Quanto à produção de outros derivados a exemplo do melado, da rapadura e da moça branca, o processo é simples, porém demorado, como relata a Senhora F. S. Lopes:

[...] o caldo da cana é levado para o fogo em tachas de cobre até que apurem e virem um caldo grosso e viscoso, esse é o melado. Se o melado continuá no fogo e apurando, vira a rapadura (depois de mexer bem e então colocar nas formas). A moça branca é feita do melado retirado do fogo e mexido de forma bem rápida até ficar de cor “esbranquiçada”. (Informação oral, LOPES, ABRIL, 2010.).

No que tange às questões culturais, o próprio sentimento de pertencimento ao território com os laços de afetividade com parentes, vizinhos e amigos vão delimitando a manutenção da propriedade familiar e a identidade local. As festividades religiosas, os artesanatos e as atividades culturais fazem parte das tradições que revivem e retratam a formação e manutenção dos territórios familiares. É nas dimensões territoriais que acontecem todas as relações sociais como educação, cultura, produção, infraestrutura, organização política, mercado, entre outras, essas relações ocorrem sempre de forma interativa e completiva. Sobre o assunto, Haesbaert (2006), ao trabalhar as concepções de território para compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização, afirma que o território possui três vertentes básicas:

³⁶ Informação adquirida através da entrevista realizada em junho/2010 com o Sr. G. VIEIRA.

[...] a) política ou jurídico-política em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder; b) cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e c) econômica, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. (HAESBAERT, 2006, p. 38).

O território é importante para a agricultura familiar, pois é nele que ocorrem todas as relações sociais, onde os produtores se organizam econômica, política e culturalmente. Assim, o território dos produtores rurais deve ser percebido, como lugar onde são estabelecidas as relações políticas, econômicas, afetivas, identitárias e de pertencimento. Casttels (2006, p. 22) afirma que a identidade pode ser entendida como “a fonte de significados e experiência de um povo”. A identidade é o processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos inter-relacionados, no qual prevalece sobre outras fontes de significado. Assim, as manifestações culturais, o próprio trabalho e a educação são processos identitários que permitem ao sujeito continuar com suas vivências no campo.

Nas questões educacionais na comunidade Taquaral, a Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), propicia que os filhos dos pequenos produtores tenham uma formação voltada para o campo e para a valorização das atividades na propriedade em que nasceu. Mesmo diante das variadas dificuldades impostas pelas modernizações que tem provocado a expulsão do homem do campo ou mesmo dificultando sua permanência no meio rural, alguns filhos procuram, através da educação nessa instituição, dar continuidade às atividades agrícolas na propriedade da família, além da reprodução das territorialidades e cultura.

A cultura por ser uma dimensão territorial, possui grande importância para os produtores rurais. A cultura pode ser considerada como sendo o conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores que faz parte do cotidiano dos produtores rurais no território. Sobre o assunto Wagner e Mikesell (2003, p. 28), em estudo sobre os principais temas da geografia cultural, afirmam que a noção de cultura não considera indivíduos isolados, ou seja, características pessoais que possuem, mas sim “comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além das numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.”

De cunho político, esses produtores rurais têm buscado maneiras de se organizar para garantir a continuidade de suas propriedades e das atividades nelas

desenvolvidas. As Associações rurais tem sido um caminho assim como a constituição do Território Rural da Estrada de Ferro. Por meio de instrumentos como esses, as famílias têm podido continuar em seu território.

Por meio do Território Rural da Estrada de Ferro, formado por quinze Municípios goianos, que têm em comum as propriedades familiares e a estrada de ferro cortando seu território, foi organizado o I Congresso da Agricultura Familiar do Território Rural da Estrada de Ferro em 2010 que reuniu aproximadamente 300 pessoas entre os dias 12 e 14 de Abril, no Centro de Formação da Agricultura Familiar (CENTAF), em Silvânia. O objetivo do congresso foi refletir sobre os anseios do agricultor familiar diante dos seus problemas, buscando vivenciar motivações pessoais e identificar as potencialidades da região. O congresso pretende elaborar propostas e programas que melhore o desenvolvimento sustentável da vida do agricultor familiar, sua renda e aumentar seu compromisso com a comunidade, além do resgate de valores familiares, religiosos e culturais.

Segundo José do Nascimento Neto³⁷ que fez a abertura do congresso, o evento é importante por ser o primeiro do estado de Goiás a dar oportunidade para o agricultor familiar falar sobre suas dificuldades nas questões técnicas do trabalho diário como também de autoestima, vida em família, em sociedade e economia.

O evento contou com a presença de representantes (pequenos produtores rurais) dos municípios desse Território: Bela Vista, Bonfinópolis, Caldazinha, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Vianópolis e Urutaí, além de entidades parceiras como Sistema Faeg/Senar, Sebrae, Fetaeg, Seagro, Banco do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário e representantes dos governos municipais na tentativa de arguir soluções para os problemas enfrentados por esses trabalhadores.

Uma das soluções propostas nesse congresso já é utilizada por grande parte desses pequenos produtores, as Associações rurais. Através de auxílio do governo estadual, via Secretaria da Fazenda, eles ganham as sementes e os insumos para a produção de um produto agrícola que permita ao produtor manter sua família ou sua propriedade. A maioria das Associações planta arroz ou milho e, com isso, deixam suas propriedades com maiores espaços para a produção de outros produtos. Essas Associações recebem, também, por parte do governo municipal, auxílio para a preparação da terra, para o plantio e para a colheita. Normalmente, a propriedade em que se planta é locada de algum produtor pelas

³⁷ Presidente do Sindicato Rural do município de Silvânia, que representa o Território Rural.

áreas vizinhas. A produção é dividida em partes iguais entre os sócios em dia com as obrigações legais assim como o trabalho desde o plantio até a colheita.

4.4 Religiosidade na formação do homem do campo

Na comunidade Taquaral, dentre os aspectos culturais mais significativos, destaca-se a religiosidade. Cem por cento dos moradores entrevistados são católicos, o que explica a organização das tradicionais festas religiosas no decorrer do ano. As famílias organizam as festas em homenagem aos Santos Reis (06 de janeiro), São João (24 de junho), Divino Pai Eterno (2 de julho) e Sagrado Coração de Jesus (1 de agosto). Essas festividades permitem aos moradores a oportunidade de reunir e rezar o terço para os santos e se divertirem juntamente com parentes e amigos da região.

Na comunidade Taquaral o santo mais festejado é o Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da comunidade. Mas, devido à tradição dessa comunidade com os carros de boi, desde a época em que esses eram o meio de transporte das famílias e da produção e serviços realizados em suas propriedades, também se cultua, com grande devoção, o Divino Pai Eterno. No caso desse santo, a homenagem é realizada duas vezes por ano, como afirma J. Vieira (2010). Segundo esse morador, da família mais antiga na comunidade e organizador da Festa dos Carreiros, o Divino Pai Eterno é louvado na tradicional Festa dos Carreiros, realizada na comunidade entre os meses de maio e junho, e na Festa religiosa de Trindade, que acontece a missa aos carreiros (condutores dos bois que guiam os carros) de todo o Estado em louvor a esse santo.

Para F. Lino (2010), essa tradição de festejar o padroeiro dos carreiros passa de geração a geração. Conta esse morador que começou a participar quando ainda era “moço”, e hoje guia os bois ao lado de seus filhos, netos e netas. O pai dele era da segunda geração de uma das famílias que iniciaram o povoamento na comunidade e hoje repassa as tradições aos mais velhos. As tradições religiosas mostravam-se fortes desde aquela época, com a Igreja Católica sempre presente na comunidade, para além das questões religiosas, pois a própria organização do Distrito se deu a partir da instituição da Igreja na região.

Na Festa dos Carreiros, tradicional na comunidade, contando com a presença de pessoas de várias cidades do Estado como Vianópolis, Silvânia e Goiânia, é resgatada uma parte do trajeto que os carreiros faziam há alguns anos para buscar produtos e/ou realizar serviços. Como naquela época os produtos que se necessitava só chegavam até a

estação de trem no roncador (atual Pires do Rio), o meio de transporte para buscá-los era o carro de boi. Para G. Vieira (2010) era um tempo árduo, mas bastante divertido. A cada parada para o “pouso” era realizada uma festa.

Hoje, nessa festa, são percorridos cerca de 20km nos carros de boi. A saída é da comunidade rumo a uma fazenda próxima a cidade de Orizona (para simbolizar a distância percorrida anteriormente). Na chegada a fazenda, faz-se a festa do Pouso. No outro dia pela manhã, retornam à comunidade fazendo um desfile de carros de boi até a chegada na comunidade. Logo que adentram a comunidade são recebidos com a missa ao Carreiro e ao Divino Pai Eterno e a realização de um bailão para os festejantes. Algumas atividades são resgatadas como a moenda de garapa (suco da cana) e a fabricação da cachaça. Propiciando aos visitantes conhecer como são realizadas algumas das atividades costumeiras das famílias em suas propriedades.

Na foto 9 é possível ver a saída dos carros de boi da comunidade Taquaral. Os carreiros saem por volta das nove horas da manhã do dia que antecede a festa na comunidade. Percorrem cerca de 10km até a chegada na propriedade em que vão carregar os carros e onde acontece o pouso. Nesse trajeto, param uma única vez para o almoço, mais ou menos em torno das quatorze horas. Nesse período, descansam e alimentam os animais.



Foto 9: Saída dos Carros de boi da comunidade Taquaral.
Autor: VIEIRA, E. 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Quando chegam à propriedade em que vão carregar os carros, por volta das dezessete horas, enchem-nos com lenha, simbolizando o carregamento de materiais que faziam na época dos “carretos”. O carregamento é realizado pelos próprios carreiros como se constata na foto 10.



Foto 10: Carregamento dos carros de boi para o desfile.
 Autor: VIEIRA, E. 2010. Fonte: Pesquisa de campo/2010.

Após o carregamento dos carros, os carreiros se dirigem à sede da propriedade³⁸ onde dormem. Nessa fazenda é realizada a festa do pouso dos carreiros. É servido um jantar para todos os presentes e posteriormente é realizado o bailão (festa embalada pelo ritmo do forró). Os carreiros dormem em barracas improvisadas com lona ou embaixo dos próprios carros de boi. Enquanto esperam amanhecer o dia, realizam churrascos e tomam a cachaça com os amigos e familiares em suas barracas (foto 11).



³⁸ A propriedade onde os carreiros pernoitam na noite que antecede a festa é escolhida a cada ano, respeitando critérios como participação nos anos anteriores da realização da festa e devoção ao Santo Divino Pai Eterno.



Foto 11: Festa do pouso, barracas de pouso dos carreiros e churrasco.
Autor: VIEIRA, E. 2010. Fonte: Pesquisa de campo/2010.

Quando amanhece o dia, os carreiros formam uma fila com os carros e retornam a comunidade em passeata por mais 10km. No ato da chegada, os carreiros são recebidos pelos participantes da festa e fazem um desfile pela Comunidade. A foto 12 mostra o trajeto de volta e a chegada a Comunidade.





Foto 12: Trajeto de retorno da fazenda onde houve a pernoite e chegada a Comunidade (2010).
Autor: LEMES, K. C.. 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Quanto à Festa ao Divino Pai Eterno na Cidade de Trindade (GO), os carreiros da Comunidade Taquaral fazem um percurso de 260km de carro de boi até a cidade. São cerca de 15 dias de viagem até chegar. Nesse percurso fazem duas paradas por dia. Uma para o almoço e outra para o jantar e pernoite. Sempre chegam a Trindade no dia da missa aos Carreiros, onde é realizada uma passeata dos carros de boi pela cidade. A figura 5 mostra o percurso realizado pelos carreiros da Comunidade Taquaral até a cidade de Trindade e a foto 13 ilustra o trajeto percorrido com os carros de boi em direção a cidade de Trindade.

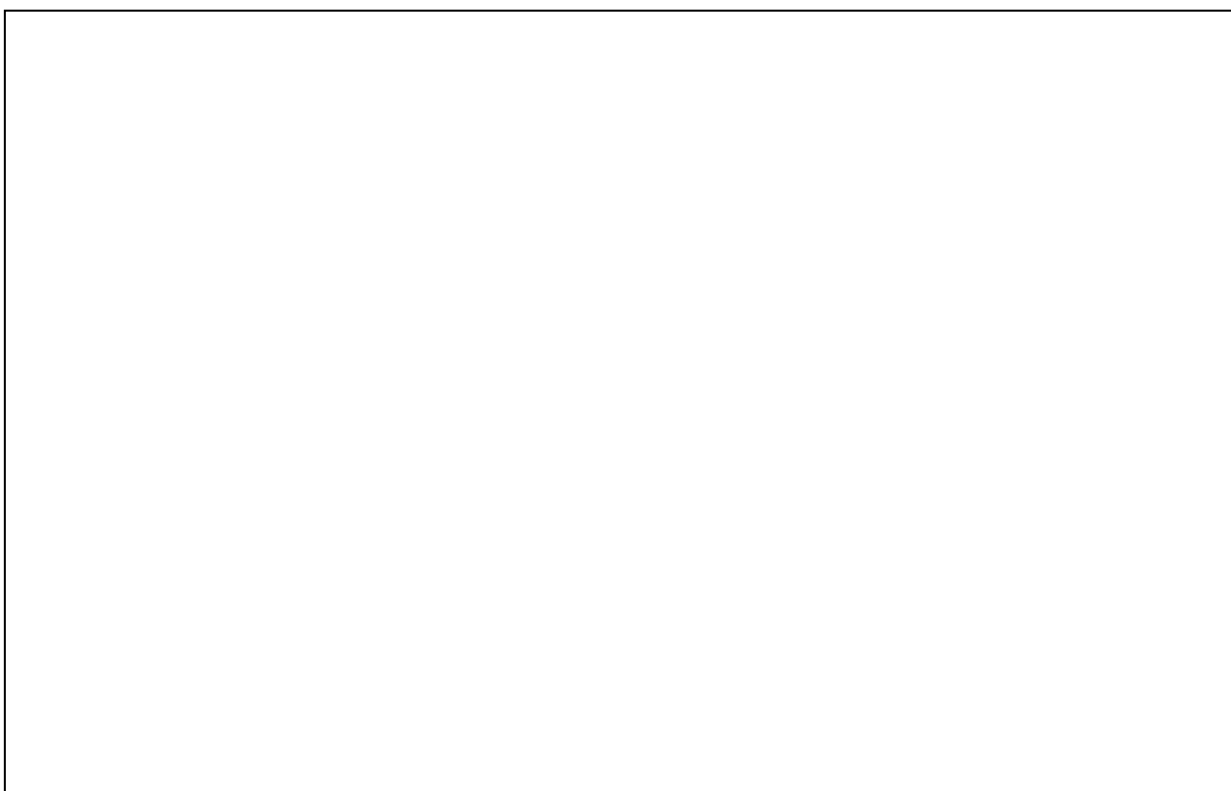




Figura 5: Trajeto dos carreiros à cidade de Trindade (GO).
 Autor: VIEIRA, E. 2009. Fonte: DVD CARREIROS/2009.



Foto 13: Percurso dos carreiros à cidade de Trindade (GO) (2009).
 Autor: VIEIRA, E. 2009. Fonte: DVD CARREIROS (2009).

Nessa Comunidade as tradições religiosas vêm desde a constituição da Comunidade. A religiosidade pela Igreja Católica predomina, não havendo registro de outra igreja e /ou religião que não seja a católica. O Sr. F. Lino (Informação oral, 2010) conta que *“até já tentaram desviar os pessoal para os crentes, mas a igreja que construíram ficou por demais vazia e acabaram indo embora.”*

A Igreja Católica teve papel primordial e é respeitada na Comunidade, desde sua constituição, em virtude de se instituir enquanto organizadora das questões sociais, educacionais e culturais. Além da religiosidade muito presente, outro fator observado na Comunidade é a participação das propriedades nos programas que auxiliam aos pequenos proprietários, como o PRONAF e as Associações rurais como a Associação de

Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Taquaral (ADCT). Essa é a discussão da subseção a seguir.

4.5 Políticas públicas e produção familiar: o PRONAF e as Associações rurais

As políticas públicas desempenham papel primordial na reprodução da agricultura familiar. Algumas dessas políticas têm sido elementos que permitem a continuação dos pequenos produtores em suas propriedades como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as Associações rurais, a exemplo da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Taquaral (ADCT).

O Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa de crédito rural criado para desenvolver ações que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de financiamentos concedidos aos pequenos produtores que possuam até quatro módulos fiscais e até dois empregados permanentes. As metas deste programa têm como premissa o fortalecimento da agricultura familiar através do estabelecimento de um novo modelo agrícola que leve a produção sustentável e que se ajustem à realidade dos pequenos produtores rurais. Conforme apontado por Didonet (2003) o PRONAF:

[...] propõe-se a apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar enquanto segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que vise o alcance de níveis de satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional. Desse modo, busca garantir aos que estão no meio rural condições semelhantes àquelas que outros segmentos produtivos têm no meio urbano, redirecionando políticas e serviços públicos às reais necessidades dos agricultores familiares. (DIDONET, 2003, p. 23).

Assim, esse programa tem por objetivo ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar, viabilizando a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural, de maneira a fortalecer o serviço de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, elevando o nível de profissionalização de agricultores familiares, lhes proporcionando novos padrões

tecnológicos e de gestão e favorecendo o acesso de agricultores familiares e suas organizações ao mercado de produtos e insumos.

As áreas temáticas do PRONAF são: a) planejamento e desenvolvimento local; Descentralização; Pesquisa voltada à agricultura familiar; b) assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar; c) busca de novas fontes de renda agrícola e não agrícolas possíveis de serem obtidas pelos agricultores e suas famílias; d) capacitação e profissionalização de agricultores; e) resolução de fatores restritivos ao desenvolvimento sustentável das Comunidades rurais; f) formas de acesso possíveis de serem utilizadas pelos agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos; g) preservação e recuperação do meio ambiente; e h) educação de jovens e adultos no meio rural.

As populações alvos do projeto são: a) agricultores familiares; b) extrativistas da Amazônia; c) comunidades indígenas e aquicultores e d) pescadores artesanais. Para a implementação do projeto alguns critérios devem ser seguidos, tais como: atender aos objetivos do PRONAF, de forma a respeitar os princípios do PRONAF, que são: atuação por demanda, descentralização, agilidade e parceria. A busca pelo desenvolvimento local e pelo desenvolvimento dos agricultores familiares com vistas a sua sustentabilidade e na preservação do meio ambiente. Para conseguir algum dos financiamentos faz-se necessário a apresentação de projetos para a análise e seleção pelo Conselho Estadual do PRONAF e aprovação pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento/Secretaria de Desenvolvimento Rural/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MA/SDR/DATER), órgãos responsáveis por deferir os financiamentos. O prazo para a entrega das propostas é entre os meses de Janeiro a Junho.

A partir desses projetos apresentados e avaliados é concedido o financiamento pela instituição financeira Banco do Brasil. Essa política tem beneficiado aos produtores dos municípios que possuem a realidade compatível com as questões rurais por meio das metas do referido programa. Como é o caso do município de Orizona (GO) que possui em sua realidade uma grande demanda de agricultura familiar e tem contado há alguns anos apenas com o PRONAF e, nos últimos anos, conta com as Associações rurais.

O Município orizonense possui grande demanda para a solicitação dos financiamentos do PRONAF, ora sua realidade é constante de pequenas propriedades. Atualmente, existem seiscentos e noventa e quatro (694) pequenos produtores do município de Orizona (GO) cadastrados no PRONAF. Todos os produtores encontram-se classificados nas categorias C, D e E. Cerca de oitenta e cinco produtores estão cadastrados no programa desde 2003. Os outros seiscentos e nove produtores receberam financiamento

no ano de 2008. Esses pequenos produtores utilizam o PRONAF para manterem-se em suas propriedades, continuando a reproduzir-se social e economicamente.

Na Comunidade em estudo, Taquaral, são aproximadamente 74 pequenas propriedades que possuem o PRONAF. Das vinte e sete propriedades visitadas, vinte e seis possuem acesso a um financiamento do PRONAF. Todos esses produtores pertencem à classe C (PRONAF custeio) e utilizam esse recurso para investimento na sua propriedade e na produção para a manutenção de seu cotidiano e permanência em seu território. Grande parte das famílias “emenda” um programa no outro. Como tem o prazo de seis anos cada um, quando quitam um já realizam outro, pois o único recurso que possuem para trabalhar a sua terra é esse, conforme colocado pelo Sr. F. S. LOPES³⁹ (Informação oral, 2010).

Segundo o Sr. F. S. LOPES, morador da comunidade Taquaral e presidente da ADCT, o PRONAF tem sido utilizado pelos produtores como uma estratégia de permanência na terra, pois a renda do financiamento permite que se trabalhe a propriedade e desenvolva as atividades de produção agrícola que colaboram para o desenvolvimento da pecuária leiteira, atividade desenvolvida enquanto carro chefe em todas as propriedades. Para o Sr. F. S. LOPES, outra política que vem se destacando na comunidade a cerca de dois anos são as Associações rurais. As Associações rurais têm como intuito a produção que sirva ao consumo familiar e/ou da propriedade. Os produtos mais utilizados são o arroz e o milho. Essas recebem uma parceria do Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, que se constitui na “doação” das sementes e do insumo. O restante, como a terra, a preparação do solo, o transporte, a planta e a colheita, ficam por conta dos associados. O Governo Municipal tem oferecido, nos últimos anos, alguns “apoios”, como o empréstimo de alguns maquinários (caminhão, trator e carreta), ficando as outras despesas, como o próprio combustível para a utilização destes maquinários, por exemplo, por conta dos associados. A produção é “secada” pelas famílias de todos os associados e, posteriormente, ensacadas e divididas em partes iguais aos sócios em dias com as obrigações legais da Associação.

As Associações possuem um Estatuto que regem as ações realizadas pelo grupo associado. Nesse Estatuto estão as obrigações legais a serem cumpridas e os direitos que cada associado possui, entre outras leis que permitiram a fundação da mesma. Além desse Estatuto, as associações contam, também, com o Regimento Interno, responsável pelas questões específicas do grupo, tais como as divisões de trabalho (distribuição de tarefas), os pagamentos de despesas, entre outros. As decisões são tomadas coletivamente

³⁹ Presidente da Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Taquaral (ADCT) a dois anos. Informações adquiridas através de entrevista, realizada em junho de 2010.

nas Assembléias mensais (ordinárias) ou em Assembléias extraordinárias convocadas em caráter extraordinário. Por meio desses dois documentos, as Associações são geridas e a produção é dividida, pois só tem acesso à produção quem segue os regulamentos apontados no Estatuto e no Regimento Interno.

A Associação ADCT⁴⁰ conta, atualmente com vinte e cinco famílias associadas. A produção da Associação tem sido o arroz nos dois anos de seu funcionamento. Segundo o presidente esse cultivo foi escolhido em Assembléia pela maioria dos associados por ser um produto utilizado por todas as famílias e que, normalmente, ocupa parte das propriedades para sua produção. A produção é realizada em uma única propriedade, locada ou cedida por outro produtor que não utilize toda a propriedade para exercer suas atividades. A terra é trabalhada por todos os sócios, sempre aos finais de semana, desde o plantio até a colheita. Das vinte e sete famílias entrevistadas na pesquisa de campo na comunidade, vinte e uma pertence à Associação ADCT. Todos os entrevistados e associados declararam que o PRONAF e a Associação são estratégias que os permite reproduzirem as atividades da propriedade, pois o programa PRONAF possibilita trabalhar a terra e produzir as atividades rurais da propriedade e a Associação faz com que uma parte da propriedade que seria utilizada para plantar o arroz, por exemplo, seja utilizada para outro cultivo, dinamizando a produção e aumentando a renda da propriedade.

A foto 14 mostra o processo de “secagem” dos grãos de arroz após a colheita para o ensacamento. Segundo o presidente da Associação ADCT, Sr. F. S. LOPES, esse procedimento é realizado para que os grãos não sofram alterações como “mofo”, pois cerca de noventa por cento dos associados guardam a produção para o consumo familiar durante um ano, até a próxima colheita. Após esse procedimento, a produção é ensacada, pesada e dividida em partes iguais entre os sócios, como se pode notar na foto 14.

⁴⁰ Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Taquaral. Fundada por produtores da comunidade Taquaral a dois anos.



Foto 14: Secagem, ensacamento e divisão do arroz aos associados. (2010).
 Autor: LEMES, C. C. 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Outro fator destacado pelas famílias entrevistadas na comunidade enquanto estratégias de reprodução na propriedade é a educação dos filhos na Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI). Para noventa por cento dos entrevistados, a educação dos filhos voltada para as atividades rurais tem sido uma considerável estratégia que consolida o pertencimento à propriedade e reforça a permanência na terra. Mas, os entrevistados destacaram, também, que embora a iniciativa da Escola Família Agrícola de Orizona seja extremamente relevante, faltam incentivos e apoio das esferas do Governo. As contribuições e necessidades da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) são as discussões da subseção seguinte.

4.6 Educação e reprodução da identidade da Comunidade rural: a EFAORI

A educação tem sido, nos últimos anos, um fator responsável pela reprodução da identidade nas propriedades da Comunidade Taquaral, por meio da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI). Essa instituição permite aos filhos dos produtores rurais continuarem as atividades desenvolvidas nas propriedades da família, mas a partir de uma conduta técnica, pois mescla conhecimentos teóricos com a aplicabilidade real desempenhada na propriedade.

A Escola Família Agrícola de Orizona é uma instituição escolar que trabalha com a pedagogia da alternância. A pedagogia da alternância surgiu na França, em 1935, a partir da iniciativa de agricultores que pensavam que o modelo de educação para o campo

oferecido a seus filhos não condizia com a realidade vivenciada pelas famílias e seus jovens produtores nas áreas rurais. Na França, a experiência ganhou o nome de *Maison Familiale Rurale (MFR)*, na Espanha e na Itália foi denominada Escola Família Agrícola (EFA).

Essa experiência chegou ao Brasil com o nome de Escola Família Agrícola na década de 1960 no estado do Espírito Santo, sob a coordenação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Com o passar do tempo este modelo de educação se expandiu para outros Estados Brasileiros compondo um grupo de sete tipos de Centros Educativos: Escola Família Agrícola (EFA), Casa Familiar Rural (CFR), Escola Comunitária Rural (ECOR), Escola Popular de Assentamento (EPA), Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM), Escola Técnica Agrícola (ETA) e Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). (FONSECA, 2008).

Todos estes centros educativos são pautados em uma concepção diferenciada de escola rural que considera a realidade dos jovens do campo, aliando teoria e prática. Dessa forma, na pedagogia da alternância os jovens permanecem um período na escola em regime de internato e igual período nas propriedades dos pais, onde aplicam os conhecimentos adquiridos. O objetivo é a formação integral dos jovens, baseada no desenvolvimento local sustentável, fornecendo elementos para que estes permaneçam no campo com condições dignas de sobrevivência.

Partindo de uma perspectiva diferente de educação as escolas famílias agrícolas se destacam por se constituírem em um modelo de educação não apenas no campo, no sentido de uma presença estritamente física, mas principalmente do campo, que pertence aos homens e mulheres que vivem na e da sua propriedade e para o campo, ou seja, que contribua para a reprodução familiar com a permanência dos jovens nas áreas rurais e pautada em conhecimentos que condizem com a realidade vivenciada.

Nos modelos convencionais de educação a identidade do homem do campo, por vezes, não é valorizada. As crianças e jovens convivem com valores urbanos que lhes são apresentados nos livros didáticos e muitas vezes não se identificam com o que aprendem. Geralmente os currículos são baseados na formação de mão-de-obra para trabalhar na cidade e o campo é tratado como um lugar atrasado, o que faz com que muitos cresçam com essas concepções.

Desse modo, a educação do campo e para o campo tem como prioridade valorizar os costumes e valores dos homens rurais, ou seja, a identidade desse homem do campo. Nesta perspectiva, entende-se identidade, através da leitura de Castells (1999) como “a fonte de significado e experiência de um povo” e continua,

[...] no que diz respeito a atores sociais entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado. [...]. Identidades, [...], constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. (CASTELLS, 1999, p. 22).

Assim, para o autor, a identidade dos atores sociais é um processo construído através das vivências, costumes, cultura e valores. No caso desses homens do campo, essa vivência com os valores e costumes do meio rural tem sido dificultada em decorrência das transformações ocorridas nas últimas décadas nas áreas rurais brasileiras.

Desse modo, a Escola Família Agrícola surge enquanto uma estratégia de fortalecimento dos costumes, das tradições e, por conseguinte, da identidade das famílias do campo e de seus jovens rurais, pois nessa instituição os jovens estudantes permanecem no meio rural, cultivam parte dos alimentos que consomem, aprendem técnicas de cultivo, além das convencionais, aquelas tradicionais passadas através das gerações, organizam festas de “roça” nas horas de lazer, aprendem a valorizar a cultura do campo e constroem sua identidade, como afirma Castells (1999) quando este diz que a construção da identidade é um processo individual que ocorre através das vivências, o que implica em um processo dinâmico.

A Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) tem contribuído, nesse sentido, com a manutenção da cultura e permanência dos jovens rurais nas comunidades. A EFAORI foi fundada no ano de 1999 e conta, atualmente, com cerca de setenta estudantes. A instituição oferece o Ensino Médio regular aliado ao Curso Técnico em Agropecuária.

Segundo C. H. AUGUSTO⁴¹, a Escola contribui no processo de formação dos jovens de maneira a propiciar sua permanência no meio em que vive, reproduzindo-se social, cultural e economicamente. Ainda, segundo o autor, Essas são parte das preocupações da instituição, que tem influenciado nas constantes buscas por reflexões que reforcem a prática adotada, como a participação em congressos, encontros, seminários, entre outros, mas reconhece que faltam incentivos do Governo, em todas as esferas, como dito pelos pais dos alunos.

No caso da EFAORI, o governo municipal oferece alguns auxílios no que tange às questões físicas e estruturais, muito embora estas sejam precárias. Não se tem,

⁴¹ Diretor e professor da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) a dois anos. Já havia sido diretor da instituição a quatro anos atrás e voltou a cerca de dois anos a direção.

portanto, o apoio integral até mesmo quanto às questões de estímulo para ensino rural dentro da área do próprio município. O governo municipal paga parte do transporte de aproximadamente 60 alunos para o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Urutaí (IFET) para o ensino médio voltado para as questões rurais, sendo que o município possui um estabelecimento nesse sentido, considerado modelo de ensino no segmento rural. Se as condições estruturais fossem compatíveis o município seria capaz de comportar toda a demanda que possui, já que a maioria desses estudantes são filhos de pequenos produtores rurais que buscam estudos voltados para seu meio, até mesmo como estratégia para permanecer no campo.

Na comunidade Taquaral, dos quinze jovens entrevistados, cinco estudam na Escola Família Agrícola de Orizona, três cursam ensino superior na área de Licenciatura, quatro cursam ensino médio regular na comunidade e três possuem de sete a doze anos, cursando o ensino fundamental na escola da comunidade. Dos que estudam na Escola Família Agrícola todos têm perspectivas de realizar um curso superior voltado para área rural como Agronomia e Medicina Veterinária, a exemplo de outros jovens da comunidade que já estudaram na instituição e atualmente cursam ensino superior nessas áreas almejadas por eles, até porque são cursos que os permitem continuar desenvolvendo suas atividades rotineiras e permanecerem na propriedade familiar. Dos jovens que cursam ensino médio regular na escola da Comunidade, dois declararam não desejar continuar no campo, almejando cursos como Medicina e Administração e dois declararam o desejo de permanecer na Comunidade, auxiliando os pais na propriedade e exercendo a atividade de prestação de serviço com o salão de beleza que possuem na Comunidade. Os três jovens de sete a doze anos não souberam afirmar com precisão os anseios futuros, mas destacaram desejo de continuar com a família na propriedade. Quanto aos jovens que não desejam permanecer no campo, a justificativa apresentada por esses foi as dificuldades enfrentadas pelos pais para desenvolver as atividades diárias na propriedade. A jovem A. A. SOUZA⁴², uma das jovens que declarou não desejar continuar no campo, completou a declaração afirmando que considera sofrida a “lida no campo” e que, como auxilia os pais desde criança, não quer o mesmo futuro para seus filhos.

Uma característica comum a todos os jovens entrevistados é a preocupação com o investimento na educação para a permanência no campo. Todos destacaram a necessidade de reforçar as atividades do campo por meio do conhecimento científico adquirido por meio dos cursos superiores seja quanto às licenciaturas, para lecionar na

⁴² A. A. SOUZA, 16 anos, jovem moradora da Comunidade Taquaral, estuda na Escola Municipal Guilhermina de Freitas na própria comunidade, cursando a terceira série do Ensino Fundamental.

escola da Comunidade, seja nos cursos voltados as atividades do campo ou mesmo na prestação de serviço.

No tocante a Escola Família Agrícola de Orizona, tanto os alunos quanto os pais, afirmaram a contribuição e relevância da instituição que possibilita ao jovem aprender técnicas e aplicá-las na propriedade da família, contribuindo para a manutenção do território familiar e permitindo a recriação da cultura e dos modos de vida, fatores primordiais para que a Comunidade (re)exista ao longo das transformações e se fortaleça na próximas gerações.

Assim, o resgate das tradições culturais, com as festividades e manifestações culturais, através da religiosidade e também, pela educação são as principais estratégias utilizadas pelos “sujeitos da pesquisa” na busca pela permanência na terra e no enfretamento aos desafios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura foi um fenômeno que chegou ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1950). Através das técnicas modernas de produção, com a incorporação de maquinários e implementos agrícolas tais como defensivos e fertilizantes, que permitiram uma reestruturação na agricultura. Houve um aumento na produtividade (capacidade de produzir) e na produção (o produzido), mas foi a partir dos anos 1960, período denominado “Milagre Brasileiro”, que a agricultura efetivamente iniciou o processo de modernização de suas técnicas de produção. A mecanização agrícola, com o uso de tratores e outros maquinários específicos e com o uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes selecionadas, incorporou inúmeras transformações na agricultura.

Através da inserção do processo de modernização da agricultura, as transformações ocorridas estenderam-se, também, ao âmbito social, haja vista que gerou

uma série de mudanças significativas nos territórios rurais. As propriedades rurais passaram, com isso, a produzir em larga escala, com lavouras monocultoras de grãos, especialmente de soja e milho. Em grande parte das regiões brasileiras, as áreas planas, propícias para a atividade agrícola mecanizada, tornaram-se grandes lavouras. As pequenas propriedades, que circunvizinhavam as áreas planas, foram, aos poucos, incorporadas pelos grandes proprietários de terra, o que desdobrou na concentração fundiária.

Em razão dos maquinários modernos houve a utilização da pouca mão-de-obra de trabalhadores o que gerou a exclusão de produtores das atividades do campo e migração intensa para as cidades. É importante salientar que, embora essa seja uma característica ocasionada pelo processo de modernização agrícola, a cidade contava com a urbanização e industrialização em curso, que oferecia novidades, a princípio glamurosas e atrativas, o que chamou inúmeras migrações para os centros urbanos. Assim, tanto a cidade quanto o campo sofreram alterações. Diante desse contexto, a agricultura familiar sofreu modificações.

A agricultura familiar é um segmento que foi incorporado na literatura brasileira ao final dos anos 1980 e início da década de 1990. Sua ascensão se deu, principalmente, em razão dos processos sociais e agrários em curso exigirem a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuíssem para a formação de um corpo de conceitos que permitissem a análise dessa nova realidade.

O conceito de produção familiar tem como definição o trabalho do homem sobre a terra, mais especificamente, o trabalho da família na terra. As propriedades são, dessa forma, assentadas no trabalho familiar, com a produção voltada para o abastecimento da família e mercado. É através do trabalho familiar que os pequenos agricultores constituem seu território familiar, enquanto espaço de vida onde se realizam, também, as demais dimensões necessárias a existência humana como a identidade cultural.

A partir do processo de modernização, as comunidades formadas por pequenas propriedades enfrentaram dificuldades para a manutenção de seu território familiar, o que determinou estratégias para buscar a permanência na terra como reprodução cultural, fortalecimento das questões religiosas e educação voltada para o campo. Desse modo, as comunidades passaram a utilizar dessas estratégias diante dos desafios enfrentados seja pela sujeição da renda da terra, pela falta de políticas agrícolas compatíveis e eficientes ou mesmo pelas questões postas pela própria reprodução social. Como ocorre no município de Orizona (GO), mais especificamente na Comunidade Taquaral, onde se assentam nossas considerações.

A comunidade rural Taquaral, lócus da pesquisa, encontra-se localizada ao norte do município de Orizona (GO), distando cerca de 9km da sede municipal. A vida social local é construída pelos produtores familiares, que habitam a região, com relações de convivência reforçadas pelos laços de amizade, de vizinhança, de parentesco e de organização entre eles, que são, também, estímulos para a permanência no campo. É formada por 240 habitantes distribuídos em 87 sedes/propriedades que possuem de quatro a seis hectares, onde praticam atividades para o sustento familiar, para alimentar o gado e a pecuária leiteira e para a comercialização na Feira do Agricultor Familiar na cidade de Orizona (GO).

A preocupação que assombra as famílias da comunidade se materializa no receio de não assegurar rendimentos para manter a família e a propriedade em razão da irregularidade dos preços de seus produtos, de mercado, dos altos preços dos insumos agrícolas e, nos últimos anos, o crescimento das lavouras de soja e milho nas comunidades vizinhas. Diante disso, os produtores buscam desempenhar algumas estratégias para assegurar a permanência da família na propriedade, como a pecuária leiteira, a produção da cachaça, a cultura, o investimento na educação dos filhos voltada ao campo e a própria forma de produção.

As pequenas propriedades são utilizadas para a pecuária leiteira e para a lavoura, dividida em pequenas parcelas, em que se destacam a produção de feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e horticultura, cultivadas pelo trabalho familiar. No que tange às questões culturais, o próprio sentimento de pertencimento ao território com os laços de afetividade com parentes, vizinhos e amigos vão delimitando a manutenção da propriedade familiar e a identidade com essa. As festividades religiosas, os artesanatos e as atividades culturais fazem parte das tradições que revivem e retratam a formação e contribuem para a manutenção dos territórios familiares.

A pecuária leiteira é o carro chefe das estratégias, pois os rendimentos gerados destinam-se ao mercado. Essa atividade mantém as despesas da propriedade e da família. As propriedades possuem um rebanho de sessenta a cem rezes da raça holandesa, com produção leiteira acima de cinco ponto três litros por dia (5.3 l/d). A produção é mecanizada por exigência do mercado. A ordenha do leite é feita por maquinários em galpões especializados e o armazenamento é feito em resfriadores próprios para a atividade leiteira. O recolhimento é feito pelo caminhão da empresa a cada dois dias. As duas empresas que recolhem o leite das propriedades da comunidade são a Cooperativa dos Produtores Rurais de Orizona (COOAPRO) e a Laticínios J&L Ltda.

As políticas públicas têm desempenhado papel primordial na reprodução dessas famílias rurais. Algumas dessas políticas têm sido elementos que permitem a continuação dos pequenos produtores em suas propriedades, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as Associações rurais, a exemplo da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Taquaral (ADCT).

Na Comunidade cerca de noventa por cento das propriedades possuem acesso a um financiamento do PRONAF. A maioria dos produtores pertence à classe C (PRONAF custeio) e utilizam esse recurso para investimento na sua propriedade e na produção para a manutenção de seu cotidiano e permanência em seu território. Grande parte das famílias “emenda” um programa ao outro, o que caracteriza o único recurso que possuem para trabalhar a sua terra e desenvolver as atividades agrícolas.

Outra política que se destaca na comunidade há cerca de dois anos são as Associações rurais. As Associações rurais têm como intuito a produção que sirva para o consumo familiar e para a propriedade. Os produtos mais utilizados são o arroz e o milho. Essas recebem uma parceria do Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, que se constitui na “doação” das sementes e de insumos. O restante, como a terra, a preparação do solo, o transporte, o plantio e a colheita ficam por conta dos associados. O Governo Municipal tem oferecido, nos últimos anos, apoio, como o empréstimo de alguns maquinários (caminhão, trator e carreta), ficando as outras despesas e o próprio combustível para a utilização destes maquinários, por exemplo, por conta dos associados. A produção é “secada” pelas famílias de todos os associados e, posteriormente, ensacadas e divididas em partes iguais aos sócios adimplentes com as obrigações legais da Associação.

A Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) também contribui com a formação dos jovens de maneira a propiciar sua permanência no meio em que vivem, reproduzindo-se social, cultural e economicamente. Essas têm sido parte das preocupações da instituição, que tem influenciado nas constantes buscas por reflexões que reforcem a prática adotada, como a participação em congressos, encontros, seminários entre outros, mas reconhece que faltam incentivos do Governo, em todas as esferas, como exposto pelos pais dos alunos. Há a preocupação e a necessidade de reforçar as atividades do campo por meio do conhecimento científico adquirido através dos cursos superiores para lecionar na escola da Comunidade ou voltados às atividades do campo ou mesmo na prestação de serviço.

Assim, o resgate das tradições culturais, as festividades e manifestações culturais, a religiosidade e também, a educação são as principais estratégias utilizadas

pelos “sujeitos da pesquisa” na busca pela permanência na terra e no enfrentamento aos desafios constantes. Sejam quais as estratégias tem propiciado a manutenção da comunidade, o desafio que se estabelece é reinventar essas estratégias de modo a continuar na terra a que se pertence com qualidade de vida, com a família e com a vizinhança, frente às margens das privações e inseguranças quanto ao futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1998, p. 12 –18.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 28-45.

AGUIAR, R. C. A modernização desigual da agricultura. In: _____. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis, Brasília: CNPq, 1986, p. 76-116.

ALENTEJANO, P. R. R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O debate contemporâneo sobre os paradigmas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 129-146.

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 147-176.
- ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. 313 p.
- ARAÚJO, P. Monografia sem segredo. **Nova Escola**, São Paulo, ano XIX, n. 171, abril, 2004, p. 28-29.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: UFPE, 2006. 244 p.
- ANDRADE, R. B. Práticas sócio-culturais e religiosas como elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008, p. 166-203.
- ANTUNES, C. **A grande jogada: manual construtivista de como estudar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 101 p.
- AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, n. 21 e 22, jan/dez. 1999, p. 67-87.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - referências - elaboração: NBR 6023**. Rio de Janeiro, 2002. 22 p.
- BEZERRA, L. M. C. **Agricultor familiar em Orizona (GO): a associação dos pequenos agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R., L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 8 ed.
- BORGES, B. G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 37-55, jan./jun. 2000.
- BRAGA, M. L. S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos Cerrados. In: DUARTE, L. M. G; BRAGA, M. L. de S. (Org.). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 15, 1998. v. 1.
- BRANDÃO, C.R. *Do Sertão à Cidade: os territórios da vida e do imaginário dos campos tradicionais*. In: MESQUITA, Z. *Território do Cotidiano*. Santa Cruz do Sul. EDUNIFC, 1995, p. 156-157.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 181 p.

- BRUM, A, J. A Revolução Verde. In: _____. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, Ijuí: FIDENE, 1987, p. 44-50.
- BUBER, M. **Sobre Comunidade**. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva. 136 p.
- BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 179-234. (Coleção Repertórios).
- CALAÇA, M. Transformações do espaço agrário no Cerrado: infra-estrutura e modernização da agricultura. In: **ANAIS DO VII EREGEO - Encontro Regional de Geografia/Centro-oeste**. Quirinópolis: UEG, 2001, p. 50-52
- CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997, p.13-15.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1999. 284 p.
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v. 2, p. 17-92.
- CESÁRIO, L., M. **Associativismo e ruralidade**. 2001. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio, Pires do Rio, 2001.
- CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248 p.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224 p.
- CUNHA, E. **Os sertões**. 13. ed. São Paulo: Francisco Alves, 2002. Ed. Reformulada.
- DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária: com base nas normas da ABNT**. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006. 31 p. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/fct>>.
- DELGADO, G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos avançados: São Paulo, 1985, p. 35–45.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Desterritorialização: In: _____. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1993, v. 5. p. 124-131.
- DIDONET, A. D. Agricultura familiar e sustentabilidade. 2003. Disponível em : <<http://www.sectec.go.gov.br/artigos-publicacoes.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2003.

- ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 22–38.
- EMBRAPA. **Pesquisa e desenvolvimento**: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. Brasília, 1998. 40 p. (Agricultura Familiar, 1).
- FAO – Food and Agriculture Organization. Recriação das políticas agrárias nos países. UFT/BRA/042. 2 versão, 2003.
- FAO/INCRA – Food and Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão, 1996.
- FERREIRA, D. F. **A análise das transformações recentes na agricultura da região sudeste de Goiás 1970/1995-96**. 2001. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- FERREIRA, A. B. de H. **MiniAurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 35-48.
- FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural**, Campinas, v. 29, n. 12, p. 1-112, jan./ago. 2006. (ABRA).
- FRANCIS, D. G.; GONÇALVES, R.; PESSÔA, V. L. S. **Comunicação profissional**: o ensino, a extensão e a pesquisa como práticas de construção do conhecimento. Uberlândia: UNIMINAS, 2004, 122 p.
- GARCIA, O. C.; SCARAMAL, E. Saber e cultura na família rural. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5, 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995, p. 110-120.
- GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: DIFEL, 1978. 252 p.
- GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em geografia**. 2. ed. ver. e ampl. Goiânia: UCG, 2007. 198 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 115 p. (Primeiros Passos, 18).
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 43-82, maio. 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1982. 238 p.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 22–34.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-66.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 1990 a 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/sepin>>. Acesso em: 03/10/2010.

INOCÊNCIO, M. E. **O território do PRODECER no Sudeste Goiano:** projeto de colonização Paineiras. Rev. Mediação, Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Pires do Rio/GO. Pires do Rio: Gráfica Pires do Rio, v. 1, n. 1, 2006, p. 112-134.

JOST, H.; BROD, J. A. **Como redigir e ilustrar textos em geociências.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2005. 93 p. (Série Textos, 1).

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. **A estrutura da produção no campo em 1980.** São Paulo: Perspectivas, 1980. p. 55-71.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta editorial, 1989. v. 1, p.122-28.

LACERDA JÚNIOR, B. de. **Modernização da agricultura e transformações no espaço rural e urbano de Rio Verde-GO.** 2004. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2004.

LACOSTE, YVES. **Geografia:** isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Tradução Maria Cecília França. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1993. 263 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Tradução de A. M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993, v. 1. (Coleção Repertórios).

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1997. v. 1, 336 p. (Coleção Repertórios).

LEITE, M. Q. **Resumo.** São Paulo: Paulistana, 2006. 64 p. (Coleção aprenda a fazer).

LEMES, K. da C. **Uso da representação gráfica para identificar a modernização do campo no município de Orizona-GO.** 2007. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio, Pires do Rio, 2007.

- LIMA, E. S. Agricultor é velho e ganha pouco. **O Popular**, Goiânia, 21 jan. 1998. Caderno de Economia. p. 7.
- LOUREIRO, M. R. G. L. **Terra, família e capital**. Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1988. 182 p.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).
- MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. (Coord.). **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004. 123 p. (Coleção Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos).
- MATOS, P. F. **O meio técnico-científico-informacional e a (re) organização do espaço agrário em Catalão (GO) 1980 a 2004**. 2001. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- MARTINELLI, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, 1990. p. 20–24.
- MARTINS, I. D. M. **De grão em grão**: dois terços da área do Cerrado já estão afetados, mas ainda é possível preservar. Disponível em: <<http://www.webspawner.com>>. Acesso em 09/11/1997.
- MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: UNESP, 1998, p. 98-115.
- MEDEIROS, S. A. F. de. Agricultura moderna e as demandas ambientais: o caso da soja nos Cerrados. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. de S. (Org.). **Tristes Cerrados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. v. 1.
- MESQUITA, O. V. Agricultura. In: **IBGE Geografia do Brasil**: região Centro-oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Não paginado.
- MENDES, E. P. P. **A produção familiar em Catalão (GO)**: a Comunidade Coqueiro. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2001.
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- MENDES, E. P. P. Identidades sociais e suas representações territoriais; as Comunidades rurais no Município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, M. G.; BRAGA, H. C.; CHAVEIRO, E. F. (Org.). **Geografia e cultura**: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Vieira, 2008. 313 p.

- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Tradução de M. J. da S. Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOREYRA, S. P. **Não existe mais o agrário tradicional**. Goiânia; UFG, 2000, p. 20-24.
- MOREIRA, J. R.; COSTA, L. F. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. V. 2.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento de geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006. 191 p.
- MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses e monografias**. 6. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 1990. 155 p.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandy. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: USP, 1998, p. 239–283.
- OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). **Novos caminhos para a geografia**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112– 115.
- OTTOBELI, D. **Modernização agrícola e as transformações socioespaciais de Caldas Novas-GO**. 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia (MG), 2005.
- PEIXINHO, D. M. A ocupação recente dos Cerrados. In: **ANAIS DO EREGEO - Encontro Regional de Geografia/Centro-oeste**. Quirinópolis: UEG, 1998, p. 45-52.
- PESSÔA, V. L. S. Alternativas econômicas para a agricultura familiar: uma reflexão sobre as “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas). In: MENEZES, A. V. C. de et al. (Org.). **Organização e dinâmica do espaço agrário regional**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 1999. p. 111-124.
- PESSÔA, V. L. S. A agricultura familiar e as estratégias de sobrevivência na virada do milênio. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 2, n. 2, p. 36-41, set. 1998.
- PEREIRA NETO, O. **A formação do município de Orizona (GO)**. Brasília: Gráfica Distrital, 1970. v. 1.
- PEREIRA NETO, O. **Orizona em Prosa e Verso 2002: homenagem à “Cici Pinheiro” /Floracy Alves Pinheiro...** João Pereira de Almeida. (Coord.). Brasília: Gráfica Distrital, 2002. v. 1.
- PIRES, M. O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição paradigmática. In: DUARTE, L. M. G; BRAGA, M. L. de S. (Org.). **Tristes Cerrados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. v. 1.

- PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 383 p.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 9-130.
- PRADO JÚNIOR, C. **Dialética do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. 819 p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de M. C. França. São Paulo: Ática, 1980.
- RIBEIRO, D. D.; MELO, N. A.; HESPANHOL, A. N. Considerações preliminares sobre a agricultura moderna no município de Jataí-GO. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, João Pessoa. **Anais**. UFPB/AGB, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 236 p.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 2003, p. 72-85.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 20-35.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 45-50.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 130-138.
- SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **CAMPOTERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <http://www.ig.ufu/campoterritorio/> Acesso em: 10 de maio de 2006.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbanos-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Est Edções, 2003.
- SAQUET, M. A. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: Est Edições, 2002.
- SEABRA, G. F. **Fundamentos e perspectivas da geografia**. João Pessoa: UFPB, 1997. 106 p.

SE LIGA. **Para quem enxerga longe a oportunidade está perto.** Governo Itinerante: Secretaria de Indústria e Comércio e Secretária da Educação. Governo de Goiás, 2001. Não paginado.

SEPLAN-GO. **Secretaria de planejamento de Goiás. 2009.** Disponível em: <<http://seplan-go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 03/10/2010.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 2, p. 73-110.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1994. cap. 5, p. 177-228.

SILVA, M. A. **A modernização da agricultura e os desafios dos pequenos produtores da Região de Firmeza - Orizona (GO).** 2005. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio, Pires do Rio, 2005.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio:** efeitos da Lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996. 373 p. (Coleção Repertórios).

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2008. 145 p.

SILVA, K. F. **Um ato de fé e união na Comunidade Mata Preta no município de Catalão.** 2003. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão (GO), 2003.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 218 p.

SOUZA, S. de F. P. O. **Agricultura familiar no Taquaral - Orizona (GO) frente aos desafios da modernização da agricultura.** 2005. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -. Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio, Pires do Rio, 2005.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família;** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EdUPF, 2001.

- TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 116-173.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT**. São Paulo, 2003. 97 p.
- UZUNIAN, A.; FRANCO, J. M. V. **Cerrado brasileiro**. São Paulo: Harbra, 2004. v. 1.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 128-141, maio/dez. 1995.
- VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2005. 239 p.
- VITTE, A. C. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294 p.
- WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 27-61.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campensinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 37-57, maio/dez. 1997.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento. In: BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 2000. cap 1, n. 42, p. 53-90.
- WEG, R. M. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana, 2006. 67 p. (Coleção aprenda a fazer).
- WOORTHMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Herdeiros do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, Brasília: EDUnB, 1995. 336 p.
- VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na Comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PEQUENOS PRODUTORES

Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral

Mestranda: KÁTIA DA COSTA LEMES

I – Identificação do produtor e da propriedade

- 1) Nome? Idade?
- 2) Nome da esposa? Idade?
- 3) Tamanho da propriedade?
- 4) Grau de parentesco com a esposa? () sim () não. Qual é o grau de parentesco?
- 5) Número de irmãos? () esposa () esposo
- 6) Número de filhos? Idade? Onde moram? Profissão dos filhos? Grau de escolaridade dos filhos?
- 7) Grau de escolaridade do produtor? E da esposa?
- 8) Situação do produtor? () proprietário () arrendatário () parceiro () ocupante
- 9) De que forma adquiriu a propriedade? () herança () compra () concessão de uso
- 10) Há quanto tempo está na propriedade?
- 11) Possui outra fonte de renda? Qual?
- 12) A residência possui: () banheiro () energia elétrica () água encanada () lavadora () televisão () geladeira () refrigerador () telefone () microondas () computador () vídeo game () outros.

II – Dados sobre a produção

- 1) Quais os produtos cultivados na propriedade? Que área ocupa cada um?
- 2) Quais produtos cultivados para o consumo da família
- 3) Quais os produtos cultivados para comercialização?
- 4) O que estimulou a se dedicar a essas atividades produtivas para comercialização?
- 5) Qual a quantidade produzida?
- 6) Qual é a renda aproximada?

III – Dados sobre a comercialização de produtos

- 1) Quem compra esses produtos? () consumidores diretos () frutarias () supermercados () Feiras
- 2) Quantidade comercializada? () diariamente () semanalmente () mensalmente () anualmente
- 3) Qual é o valor alcançado pelo produto?
- 4) Possui transporte próprio? Qual
- 5) Em caso de negativo, quem faz o transporte e qual o custo?
- 6) Tem acesso as informações (preço, mercado, exigências do consumidor, demandas...)?
- 7) Como obtém essas informações?

8) Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?

IV – Dados sobre a força de trabalho

1 - Familiar

Número de pessoas?

Grau de parentesco? () filhos () irmãos () esposa

Idade? () menos de 10 anos () 11-21 () 21 - 59 () acima de 60 anos

Qual período do ano em que trabalham?

Qual o tipo de serviço em que trabalham?

2 – Assalariados permanentes

Número de pessoas?

Faixa etária e sexo?

Origem?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Qual o tipo de serviço que realizam?

3 – Assalariados temporários

Número de pessoas

Qual a idade e o sexo?

Qual a origem desses trabalhadores?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Período do ano em que trabalham?

Tipo de serviço que realizam?

Existem outras formas de trabalho? Quais?

V - Dados sobre a tecnologia e a utilização de recursos

1) Utiliza sementes selecionadas? Quais?

2) Possui irrigação? De que tipo?

3) Como adquiriu o equipamento?

4) Possui máquinas e equipamentos próprios? Quais?

5) Faz adubação?

6) Utiliza defensivos? Que tipo e para que finalidade?

7) Como é feita a pulverização?

8) Faz ou já fez análise do solo?

9) Faz correção do solo?

10) Utiliza curva de nível ou outra forma de conservação do solo?

VI – Dados sobre assistência técnica

- 1) Conta com assistência técnica?
- 2) Quais órgãos?
- 3) Como é feita a assistência técnica?

VII - Dados sobre a organização política dos produtores

- 1) Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
- 2) Como você chegou a filiar na entidade? Convite ou iniciativa própria?
- 3) Qual a importância dessa entidade para a sua produção?
- 4) Quais são suas perspectivas para com essa entidade?

VIII – Dados sobre os aspectos culturais

- 1) Você participa das atividades culturais da comunidade?
- 2) Quais as atividades que você participa?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral

Mestranda: KÁTIA DA COSTA LEMES

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Quanto tempo ocupa o cargo?
- 5) Quais as atividades desenvolvidas?
- 6) Quantas propriedades acompanha?

- 7) Quantos produtores acompanha?
- 8) Quantas propriedades existe na comunidade?
- 9) Quantos produtores existe na comunidade?
- 10) Quais as atividades desenvolvidas por eles?
- 11) Quais os desafios enfrentados?
- 12) Quais as perspectivas futuras quanto à comunidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



ANEXO C
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
AGRICULTURA

Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral

Mestranda: KÁTIA DA COSTA LEMES

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Quanto tempo ocupa o cargo?
- 5) Quais tipos de apoio a prefeitura oferece aos pequenos produtores?
- 6) Qual a relação da prefeitura com as associações rurais?
- 7) Qual a relação da prefeitura com a EFAORI?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



ANEXO D

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE TAQUARAL (ADCT)

Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral

Mestranda: KÁTIA DA COSTA LEMES

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Quanto tempo mora na comunidade?
- 5) Como foi constituída a Associação?
- 6) Quantas famílias são associadas?
- 7) Quais os incentivos recebem? De quais órgãos?
- 8) Quais produtos cultivam?
- 9) Como funcionam as atividades da Associação?
- 10) Quais os desafios enfrentados?
- 11) Quais as perspectivas futuras?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



ANEXO E

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES MAIS ANTIGOS DA
COMUNIDADE TAQUARAL**

Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral

Mestranda: KÁTIA DA COSTA LEMES

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Quanto tempo mora na comunidade?
- 5) Como foi constituída a comunidade?
- 6) Quais as primeiras famílias a ocupar a região?
- 7) Qual o papel da Igreja Católica na formação da comunidade?
- 8) Quais as tradições e/ou manifestações culturais realizadas na comunidade?
- 9) Quais os desafios enfrentados no meio rural?
- 10) Quais as perspectivas futuras?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA



ANEXO F

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FILHOS DOS PRODUTORES DA
COMUNIDADE TAQUARAL**

Projeto de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES: os desafios dos produtores rurais da comunidade Taquaral

Mestranda: KÁTIA DA COSTA LEMES

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Local de residência:
- 5) Quais as atividades desenvolve na propriedade familiar?
- 6) Quais as atividades desenvolve na Comunidade?
- 7) Você estuda? Em qual unidade de Ensino?
- 8) Quais as contribuições de seus estudos para a propriedade?
- 9) Quais os desafios enfrentados no meio rural?
- 10) Quais as perspectivas futuras?

